

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC/SP
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
CIÊNCIAS SOCIAIS – PEPG

MAYARA PINHEIRO FORTES

**SINDICATO E PARTIDO EM UM ESTADO PERIFÉRICO DA FORMAÇÃO SOCIAL
BRASILEIRA: o SINPROESEMMA e o PCdoB no governo do Maranhão**

São Paulo
2018

MAYARA PINHEIRO FORTES

**SINDICATO E PARTIDO EM UM ESTADO PERIFÉRICO DA FORMAÇÃO SOCIAL
BRASILEIRA: o SINPROESEMMA e o PCdoB no governo do Maranhão**

Dissertação apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, área de concentração Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida.

São Paulo
2018

Fortes, Mayara Pinheiro.

Sindicato e partido em um estado periférico da formação social brasileira: o SINPROESEMMA e o PCdoB no governo do Maranhão / Mayara Pinheiro Fortes.

134 f.

Orientador: Prof. Dr. Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, São Paulo, 2018.

1. Sinproessemma. PCdoB. 2. Governo do estado do Maranhão. 3. Prática Política. 4. Atuação sindical I. Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida. II. Título.

MAYARA PINHEIRO FORTES

**SINDICATO E PARTIDO EM UM ESTADO PERIFÉRICO DA FORMAÇÃO SOCIAL
BRASILEIRA: o SINPROESEMMA e o PCdoB no governo do Maranhão**

Dissertação apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, área de concentração Ciência Política.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida (Orientador)
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

2º examinador

3º examinador

1ª (suplente)

2ª (suplente)

Dedico esta pesquisa aos trabalhadores e trabalhadoras, que resistem.

Esta pesquisa foi realizada com financiamento, por meio de bolsa integral, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Ministério Nacional da Ciência, Tecnologia e Inovação.

AGRADECIMENTOS

Esses tempos, foram tempos difíceis. Longe de casa, da família e de amigos próximos, em diversos momentos contei com a ajuda de desconhecidos, pessoas que cruzaram meu caminho, se solidarizaram, me ouviram, intermediaram contatos, proferiram palavras de incentivo, um abraço, um almoço, um gesto, sem esperar absolutamente nada em troca, isso me deu forças para continuar. Um trabalho de pesquisa, é um trabalho coletivo. É uma trajetória que percorremos contando com o apoio de uma rede de pessoas, no meu caso, começou na graduação em Ciências Sociais, em São Luís e estendeu-se para São Paulo, cidade onde cursei o mestrado. São extensos os agradecimentos a pessoas de ambas as cidades que me ajudaram e colaboraram com a construção desse trabalho.

Começo agradecendo aos professores da Universidade Federal do Maranhão, em especial, a professora do Departamento de Sociologia e Antropologia, Ilse Gomes Silva, minha orientadora na graduação e intermediadora de diversos contatos no Maranhão e em São Paulo que foram essenciais e imprescindíveis para o desenvolvimento e conclusão dessa pesquisa.

Ao professor do Departamento de Economia da UFMA, Saulo Pinto Silva, pelas dicas e intermediações de contatos.

À professora de política da UFMA, Arleth Borges e ao assessor da APRUMA, Claudio Castro, pela ajuda.

Aos professores da rede estadual de ensino do Maranhão que me concederam entrevistas, em especial, Wagner e Mary Jane, que disponibilizaram muitas horas de conversa quando essa pesquisa ainda estava “bem crua”.

A todos os professores da PUC e de São Paulo pelas contribuições à minha formação como cientista política e pesquisadora.

As professoras que fizeram parte da banca da qualificação e posterior defesa da dissertação, pela disponibilidade em ler com atenção e ajudar na construção do trabalho.

À colega da UFMA, Andressa Brito, dividindo “perrengues” desde a graduação.

Aos colegas da PUC/SP, em especial, Davi Franzon, Marcelo Hailer e Victor Rodrigues, pelas conversas, dicas e trocas durante as aulas do mestrado.

Ao meu namorado, Mateus Potumati, que não mediu esforços para me ajudar de todas as formas possíveis.

A Edilson Montrose, pelas dicas, artigos, insights e hipóteses.

A Bruno Azevêdo, professor, editor e pesquisador maranhense que me disponibilizou bibliografia particular e uma infinidade de dicas.

Ao amigo Daniel Carmo, que é engenheiro e também mestrando e, desde a minha graduação, me ajuda com os gráficos e tabelas dos meus trabalhos.

Ao amigo da minha mãe, Robério Rafael, que também me ajudou com os gráficos que estão nesse trabalho.

Ao secretário de Igualdade Racial do governo do estado do Maranhão, Gerson Pinheiro, pela disponibilidade e tempo para me conceder uma entrevista.

Ao sindicalista Julio Guterres e à vice-presidente do Sinproesemma, Hildinete Rocha, pelo tempo, entrevistas concedidas e total disponibilidade em ajudar fornecendo documentos e informações.

À secretária da CTB/seção Maranhão, Jéssica Carvalho, pela ajuda.

À CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, pela concessão de bolsa para a realização dessa pesquisa.

E em especial, ao meu orientador professor Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida, pelas aulas de política, conjuntura, crise, sobre tantos autores que não havia estudado antes, aulas sobre Althusser e Poulantzas, por toda ajuda, apoio, correções e orientações no desenvolvimento desse trabalho. Foram muitas aulas, palestras, conversas, encontros, resultando em um inestimável aprendizado. Eu saio, definitivamente, muito melhor que entrei. Obrigada por todo o conhecimento compartilhado e empenho comigo.

E aos meus pais, Denise e Gilson, pelo apoio financeiro e emocional. Sem eles, mesmo com toda a dedicação do mundo, seria impossível ter completado essa etapa da minha formação acadêmica.

A todos os outros amigos, colegas e familiares, meu muito obrigada.

RESUMO

Esta dissertação apresenta os resultados de uma pesquisa sobre a atuação do SINPROESEMMA – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Estadual e Municipais do estado do Maranhão -, a partir de suas lutas econômico-corporativas e política, desde a vitoriosa campanha eleitoral de Flávio Dino (PCdoB) para governador, em 2014. A pesquisa parte da perspectiva teórica de que a estrutura sindical de Estado é condicionante da atividade política dos trabalhadores; inclusive os de classe média. Neste sentido, a análise da atuação do SINPROESEMMA leva em conta: 1) a reforma da estrutura sindical durante o governo Lula, perpassando a atuação do Sinproesemma à luz dessa estrutura; 2) a reforma trabalhista de 2017. A eleição de Flávio Dino marcou o fim de um longo ciclo oligárquico (o sarneyismo) nos governos estaduais, e também abre um novo momento para a educação do Maranhão, com impactos na atuação do sindicato e em sua base docente. Aqui se esboça a análise das práticas de um governo dirigido pelo PCdoB, particularmente, no que diz respeito à implementação de políticas educacionais, e de um sindicato docente cuja direção a presença deste partido é predominante.

Palavras-chaves: Sinproesemma. PCdoB. Governo do estado do Maranhão. Prática Política. Atuação sindical.

ABSTRACT

The present thesis displays the results of research made on the activity of SINPROESEMMA – Union of Maranhão State’s Workers in Public Basic Education from State and City Networks -, based on their political, economic and corporative struggle, since Flavio Dino’s (PCdoB) winning campaign to the government of Maranhao, 2014. The research relies on the theory that the union structure of State drives the political activity of the unions; include those from the middle class. In that sense, the analysis from Sinproesemma’s activity considers: 1) the reform in the unionist structure during Lula’s administration, encompassing Sinproesemma’s operation in light of that structure; 2) the 2017’s Labor Reform. Flavio Dino’s election represented the end, on the state level, of the oligarchic cycle known as *sarneyismo*, thus unleashing a new moment on Maranhão’s education – one that impacted both the union’s activity and the teacher’s base on the state as a whole. This work outlines an analysis of policies undertaken by a PCdoB administration, particularly on the behalf of the implementation of educational policies, as well as those from a teacher’s union which board is predominantly led by that party.

Keywords: Sinproesemma. PCdoB. Maranhão State Government. Political Practice. Unions Activity.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Número de sindicatos existentes no Brasil de 1931 a 2001.....	42
Gráfico 2 -	População total (pessoas), por situação do domínio (percentual) e crescimento médio anual do Brasil, Nordeste e Maranhão – anos 1970, 1980, 1991, 2000, 2010.....	59
Gráfico 3 -	Número de filiações ao PCdoB de 1982 a 2000.....	84
Gráfico 4 -	Número de filiações ao PCdoB de 2001 a 2017.....	86
Gráfico 5 -	Número de docentes do Ensino Médio regular do estado do Maranhão de 2011 a 2017.....	91
Gráfico 6 -	Filiações à CTB nos anos de 2008 a 2017.....	108

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Panfleto de chamada da greve de professores em 2011.....	37
Figura 2 -	Número de sindicatos com registro ativo no Brasil.....	42
Figura 3 -	Ato organizado pelo Sinproesemma em protesto contra a reforma trabalhista.....	53
Figura 4 -	Roseana Sarney e Lula.....	81
Figura 5 -	Tabela salarial do magistério da educação básica referente ao ano de 2018.....	105
Figura 6 -	Holerite professor da rede estadual de ensino referente a abril de 2018.....	106

LISTA DE SIGLAS

AI-5 – Ato Institucional Nº5

AIT – Associação Internacional dos Trabalhadores

ALCOA – Aluminium Company of America

ALUMAR – Consórcio de Alumínio do Maranhão S.A.

ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

ANL – Aliança Nacional Libertadora

AP – Ação Popular

APEMA - Associação dos Professores do Estado do Maranhão

APRUMA - Associação dos Professores da Universidade Federal do Maranhão

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CBDT – Central do Brasil Democrática de Trabalhadores

CCJC – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CESP – Central das Entidades de Servidores Públicos

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CGG – Comando Geral da Greve

CGT – Comando Geral dos Trabalhadores

CGTB – Central Geral dos Trabalhadores do Brasil

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

COB – Confederação Operária Brasileira

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CONTEMA – Congresso dos Trabalhadores em Educação Pública do Maranhão

CSB – Central dos Sindicatos Brasileiros

CSP – Central Sindical e Popular

CTB – Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operação de Defesa Interna

EBC – Empresa Brasil de Comunicação

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FJP – Fundação João Pinheiro
FS – Força Sindical
FNT – Fórum Nacional do Trabalho
FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
GAM – Gratificação de Atividade do Magistério
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IMESC – Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MEC – Ministério da Educação
MJ – Manifestações de Junho
MP – Medida Provisória
MPL – Movimento Passe Livre
MOSEP – Movimento de Oposição Sindical na Educação Pública
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
MUT – Movimento Unificador dos Trabalhadores
NCST – Nova Central Sindical dos Trabalhadores
PAN – Partido dos Aposentados da Nação
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PDC – Partido Democrata Cristão
PDS – Partido Democrático Social
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PEC – Projeto de Emenda Constitucional
PIB – Produto Interno Bruto
PL – Projeto de Lei

PLC – Projeto de Lei da Câmara
PMDB– Partido do Movimento Democrático Brasileiro¹
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA – Programa Plurianual
PPS – Partido Popular Socialista
PR – Partido da República
PROCARD – Programa de Capacitação Docente
PRP – Partido Republicano Progressista
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSD – Partido Social Democrático
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PSP – Partido Social Progressista
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PTN – Partido Trabalhista Nacional
PV – Partido Verde
SD – Partido Solidariedade
SEDUC – Secretaria de Educação do Governo do Estado do Maranhão
SINDEDUCAÇÃO - Sindicato dos Profissionais do Magistério da Rede Municipal de São Luís
SINPROEEMMA – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Estadual e Municipais do Maranhão
SINTERP-MA - Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino da Rede Particular do Maranhão
STF – Supremo Tribunal Federal
SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas Brasileiros
UDN - União Democrática Nacional

¹ O PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro mudou de sigla em dezembro de 2017 e voltou a ser MDB – Movimento Democrático Brasileiro, seu nome à época da ditadura militar, entretanto, essa dissertação se refere ao partido como PMDB.

UGT – União Geral dos Trabalhadores

UNE – União Nacional dos Estudantes

UST – União Sindical dos Trabalhadores

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O SINDICALISMO BRASILEIRO: do Vargasismo às Reformas Neoliberais de 2017	21
2.1 O SINPROESEMMA: sua origem como Associação e sua continuidade como Sindicato	30
2.2 O SINPROESEMMA como ator político: uma perspectiva	38
2.3. Estrutura Sindical: Sindicalismo de Estado no Brasil	39
2.4. Reforma Sindical: mudanças e continuidade	43
2.5 O Governo Temer e a aprovação da Reforma Trabalhista	46
3 O PROCESSO POLÍTICO MARANHENSE: da Oligarquia Sarney à ascensão do PCdoB	55
3.1 O passado pré-capitalista e a mudança no padrão de desenvolvimento	57
3.2 Oligarquia: aportes teóricos	61
3.2.1 Oligarquia: o caso do grupo Sarney	63
3.3 O declínio do Grupo Sarney ou apenas o “fim de um ciclo”	67
3.4. O PCdoB	72
3.4.1. A cisão.....	73
3.4.2. A guerrilha do Araguaia.....	73
3.4.3. A política de aliança e as práticas inovadoras.....	75
3.5. O Perfil de Flávio Dino e os imbróglios com o Partido dos Trabalhadores 78	
3.6 O Avanço do PCdoB no estado do Maranhão	80
4 AÇÃO REIVINDICATÓRIA E AÇÃO POLÍTICA NO MARANHÃO: lutas históricas e ganhos efetivos	86
4.1 O Programa do Governo Flávio Dino e as Políticas Sociais	88
4.2 O sindicalismo de classe média	92
4.3. O SINPROESEMMA, a CTB e o PCdoB	96
4.4. Bandeiras de luta da categoria ou “Questões de Caráter Reivindicatório” 99	
4.4.1. GAM – Gratificação de Atividade do Magistério	100
4.4.2. As progressões salariais	100
4.4.3. O piso salarial.....	102
4.5 Mapa do sindicalismo maranhense	106
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS	112
ENTREVISTAS	124
ANEXO	122

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação de mestrado resulta de pesquisa desenvolvida a partir de inserção no Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Meu despertar pela Ciência Política ocorreu em São Luís, minha cidade natal, durante a graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal do Maranhão, o que resultou em um Trabalho de Conclusão de Curso nessa área de concentração. O interesse pelo sindicalismo também nasceu nesse momento da minha formação, levando ao desenvolvimento de uma pesquisa, bem tímida, sobre o Governo Provisório de Getúlio Vargas (1930-1934) e sua legislação sindical. Quando da minha entrada no mestrado, o momento em São Luís era de euforia em torno da recente eleição de Flávio Dino (PCdoB) para o governo do estado, e o conseqüente fim de um ciclo de quase 50 anos de um mesmo grupo político no poder daquela unidade federativa. Influenciada por leituras e discussões sobre a realidade social, econômica e política maranhense, em sua maioria desenvolvidas junto ao GEPOLIS – Grupo de Estudo de Política, Lutas Sociais e Ideologia –, ligado ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, decidi prosseguir na pesquisa sobre o tema e elaborei um pré-projeto que unia dois dos meus interesses: sindicalismo e governos de esquerda.

O SINPROESEMMA – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do estado do Maranhão –, ainda pouco estudado, era, na época, alvo constante de críticas por parte dos docentes do estado. Em conversas informais, entrevistas, nas redes sociais, a insatisfação crescia e se tornava notória. Tais críticas – direcionadas, em sua maioria, à direção do sindicato – tinham um pano de fundo: a “atomização” de sua luta sindical, consequência do estreitamento das relações entre a direção do Sinproesemma e quadros do PCdoB.

Tendo em vista esse contexto, a pesquisa se debruçou na análise da atuação desse sindicato a partir de uma elaboração específica que levasse em conta suas lutas política e econômica frente a certos elementos – alguns de caráter “estrutural”, como a “estrutura sindical de estado” e outros de caráter conjuntural ou mesmo “emergencial”. Entre estes últimos, cabe mencionar que, no decorrer da pesquisa, em 2017, o Congresso Nacional aprovou a Reforma Trabalhista proposta

pelo Governo Temer (2016-2018), mudando regras da CLT e afetando enormemente a legislação sindical.

Fez-se necessário, primeiramente, uma análise das relações entre luta sindical e prática política, utilizando como referencial teórico formulações poulantzianas. A obra de Nicos Poulantzas, cientista social grego, já vinha sendo uma influência em minha formação prévia por conta de suas grandes contribuições à teoria política marxista. A ele somaram-se autores brasileiros que adotam, no geral, a mesma perspectiva teórica, como SAES, ALMEIDA e BOITO.

Para Poulantzas, “a prática política tem como objeto simultaneamente o econômico, o ideológico, o teórico e o político em sentido estrito – na sua relação, a qual constitui uma conjuntura”. (POULANTZAS, 1977, p. 39). Ou seja, compreendemos a prática política, contemplando o conjunto da superestrutura jurídico-política, em sua relação com a ideológica e a econômica, sempre levando em conta modo de produção e formação social específicos. Na realização da presente pesquisa, deu-se ênfase a formulações presentes em *Poder Político e Classes Sociais* (1968), sua primeira obra teórica de grande repercussão. Segundo SAES (1994, p. 49) a obra: I) mantém-se no campo do materialismo sem cair no economicismo, concepção esta em que vigora uma relação de exterioridade e causalidade mecânica entre a infraestrutura e a superestrutura político-ideológica, mero epifenômeno das relações de produção; II) critica o economicismo sem cair no campo do funcionalismo ou da concepção hegeliana de totalidade social, de determinação circular, não hierarquizada.

Poulantzas, fortemente influenciado em seus primeiros escritos pela escola althusseriana, se debruçou sobre a problemática da função do Estado e “começou a constituir o conceito de Estado capitalista por meio de sua *autonomia relativa* no modo de produção. O Estado ocupa um papel central como espaço organizativo do *bloco no poder* e na articulação das distintas estruturas e práticas de cada formação social específica. E a sua *autonomia relativa* das classes dominantes permite por meio da sua burocracia agir em diferentes ações nas quais alcançam distintas classes e segmentos da formação social” (MOTTA, 2014, p. 407). Ou seja, “as estruturas e práticas possuem uma autonomia relativa, e não são produtos (ou resultados) de uma infraestrutura econômica, mas sim causalidades de si mesmas, originam-se por si própria a partir de suas contradições específicas”.

Para abordar a ideia de prática política é necessário entender como a teoria marxista do Estado compreende a relação entre Estado e classe, e dessa forma visualizar qual o espaço legado à prática dos agentes, tanto no que se refere aos constrangimentos colocados pelos aparelhos estatais como pelos decorrentes da sociedade de classes. Prática política é uma manifestação de interesses de classe, ou seja, é uma ação ininteligível sem a referência à caracterização da situação de classe do agente. Poulantzas (1975a, p. 41) identifica, portanto, a existência de dois tipos de “práticas políticas”: a) uma prática política cujo resultado é a “manutenção da unidade de formação (de uma formação social) ou seja, de sua não transformação; b) uma prática política que tem como objetivo o Estado como estrutura modal de ruptura desta unidade, na medida que ele é o fator de coesão: neste contexto, o Estado poderá, por outro lado, ser visado como fator de produção de uma nova unidade, de novas relações de produção”.

Metodologicamente, analisou-se o Maranhão a partir de sua inserção subordinada em uma formação social capitalista dependente, a brasileira. Inserção complexa, pois: 1) membros da “oligarquia” maranhense, a começar pelo seu principal líder, ocuparam lugares importantes na cena política e no aparelho de Estado nacionais, como a chefia do Executivo e a presidência do Senado; 2) esta oligarquia perde, em seu reduto, a direção do executivo para um membro de um partido comunista, caso sem precedente na história brasileira. Enfim, para se compreender ação política do SINPROSEMMA, é necessário cruzar as determinações ideológicas de um segmento que, em grande parte, se opõe à “oligarquia”, mas, por outro lado, sofre sérias limitações ideológicas relacionadas com o sindicalismo de classe média.

Para a aquisição dos dados, recorreu-se a fontes diversas – além da extensa revisão bibliográfica, referências primárias como Leis, Projetos de Lei, Decretos e jornais de veiculação no Maranhão, dentre os quais *O Imparcial* e *Jornal Pequeno*; agência de notícias do governo do Maranhão, bem como páginas online (sites) do SINPROSEMMA, do CTB e o *Portal Vermelho*; recorreu-se a dados sistematizados por institutos de pesquisa, como IBGE, IPEA, IMESC, INEP e TSE; e também à leitura de Atas de reuniões e assembleias e Estatutos, entre eles o do SINPROSEMMA, do PCdoB e do Educador; sete entrevistas foram realizadas, duas por e-mail e cinco presenciais. Foram entrevistados presencialmente Wagner Aquino, professor da rede estadual de ensino do Maranhão, em 11 de junho de

2017; Mary Jones Ferreira, professora da rede estadual de ensino do Maranhão, em 11 de junho de 2017; Julio Guterres, professor da rede estadual de metalúrgico e sindicalista, militante e fundador da CTB se/Maranhão, em 7 de março de 2018; Hildinete Rocha, professora da rede estadual de ensino do Maranhão, vice-presidente do Sinproesemma no quadriênio 2017-2021, e parte da direção nacional da CNTE, quadriênio 2017/2021, em 7 de março de 2018; Gerson Pinheiro, Secretário de Igualdade Racial do governo do estado do Maranhão, gestão Flávio Dino 2015-2018, militante do movimento negro, ex-presidente do PCdoB maranhense, em 19 de março de 2018. Em condição de anonimato, foram realizadas entrevistas “informais” por e-mail com dois professores da rede estadual de ensino do Maranhão.

A exposição está organizada em três capítulos. No primeiro são apresentadas as condições de implantação da estrutura sindical de Estado, bem como de seu funcionamento em distintos períodos da formação social brasileira desde a década de 1930 até os governos petistas, durante os quais se realizaram reformas da referida estrutura. No decorrer da pesquisa, ocorreu a chamada Reforma Trabalhista proposta pelo governo Temer e aprovada pelo Congresso Nacional. Aqui se trata de uma ofensiva pela direita contra a estrutura sindical de Estado, processo no qual a questão sindical e a política se revelaram indissociáveis como partes de uma crise que não apresenta sinais de superação. Tentou-se apreender, no interior deste processo mais geral, o sindicalismo docente no Maranhão, mais especificamente o processo de criação e desenvolvimento do Sinproesemma e suas relações com diversos governos deste estado.

O segundo capítulo aborda os nexos entre relações sociais no Maranhão, fortemente marcadas, até o final dos anos 1970, pelo pré-capitalismo e a formação de oligarquias, em especial o “*sarneyismo*”. Analisa-se o aspecto especificamente maranhense do padrão de desenvolvimento capitalista dependente brasileiro, quando o estado se insere na rota dos chamados “Grandes Projetos Industriais”. Foi neste turbilhão socioeconômico que a oligarquia Sarney chegou ao seu apogeu e também à sua maior crise, a qual criou as condições para a ascensão de Flávio Dino ao governo estadual. Neste mesmo capítulo, é proposta uma periodização do PCdoB, a qual se divide em quatro fases; se examina também o crescimento desse partido no Maranhão.

O terceiro e último capítulo se volta para as relações entre a prática política e a sindical, o que requer considerações teóricas que orientem o estudo de alguns aspectos importantes de uma situação concreta: os ajustes e defasagens e possíveis contradições entre o Sinproesemma e o governo maranhense, em um período muito particular do Maranhão e da formação social brasileira.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O SINDICALISMO BRASILEIRO: do Varguismo às Reformas Neoliberais de 2017

Os sindicatos representaram nos primeiros tempos do desenvolvimento do capitalismo, um progresso gigantesco da classe operária, pois propiciaram a passagem da dispersão e da impotência dos operários aos rudimentos da união de classe. (LÊNIN, 1960).

Os sindicatos nascem dos esforços da classe operária na luta contra o nepotismo e a dominação do capital. (ANTUNES, 1985, p.12). Reúnem conjuntos de trabalhadores em associação com o objetivo de reivindicar seus direitos, tais como melhorias salariais e das condições de trabalho. Têm como finalidade primeira impedir que os níveis salariais coloquem-se abaixo do mínimo necessário para a manutenção e sobrevivência do trabalhador e sua família. (Antunes, 1985, p. 12).

Os sindicatos são, portanto, associações criadas pelos operários para a sua própria segurança, para a defesa contra a usurpação incessante do capitalista, para a manutenção de um salário digno e de uma jornada de trabalho menos extenuante, uma vez que o lucro capitalista aumenta não só em função da baixa de salários e da introdução de máquinas, mas também em função do tempo excessivo de trabalho em que o capitalista obriga o operário a exercer. (ANTUNES, 1985, p.13).

Para MARX² “o objetivo imediato dos sindicatos limitou-se às exigências do momento, enquanto meio de defesa contra os permanentes assaltos perpetrados pelo capital, em uma palavra: limitou-se às questões relacionadas com salário e jornada de trabalho. [...] os sindicatos tornaram-se centros de organização da classe trabalhadora, tal como o foram as municipalidades e comunidades medievais para a burguesia”.

Ao longo dos dois últimos séculos, XIX e XX, a classe operária a que Marx se refere, se organizou e lutou incessantemente, tanto no plano político, como no plano sindical. Exemplos de reivindicações, manifestações, uniões, congressos operários, greves e, até mesmo, revoluções proletárias não faltam na história: o Ludismo e o Cartismo na Inglaterra, a Revolução Bolchevique, a Comuna de Paris na França e várias outras que serão citadas ao longo desse capítulo.

Para Hobsbawm, o movimento operário é, em muitos aspectos, anterior à Revolução Industrial. A introdução de um enorme maquinário, que veio em grande parte substituir a mão de obra operária e as condições degradantes de trabalho, é certamente fator preponderante para o fortalecimento da luta operária organizada.

² Associações sindicais: seu passado, presente e futuro. Resolução sobre os sindicatos do Congresso de Genebra.

Entretanto, no século XIX, o movimento se reveste de uma especificidade característica.

O verdadeiramente novo no movimento operário do princípio do século XIX era a consciência de classe e a ambição de classe. Os 'pobres' não mais se defrontavam com os 'ricos'. Uma classe específica, a classe operária, trabalhadores ou proletariado, enfrentava a dos patrões ou capitalistas. A Revolução Francesa deu confiança a esta nova classe; a revolução industrial provocou nela uma necessidade de mobilização permanente. Uma existência decente não podia ser obtida simplesmente por meio de um protesto ocasional que servisse para restabelecer a estabilidade da sociedade perturbada temporariamente. Era necessária uma eterna vigilância, organização e atividade do "movimento" - o sindicato, a sociedade cooperativa ou mútua, instituições trabalhistas, jornais, agitação. (HOBSBAWM, 2010, p. 149).

A Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) ou Primeira Internacional (1864 - 1872) foi uma experiência extremamente relevante nesse sentido, inspiração para as principais organizações operárias surgidas posteriormente.

Foi o Conselho Geral da AIT que aprovou algumas das mais famosas resoluções sobre a importância do sindicato, a criação do partido político e a socialização da terra e dos meios de produção. Os congressos da AIT foram o palco no qual se forjaram debates históricos sobre o comunismo e a anarquia ou sobre a guerra como produto inevitável do regime capitalista. (MUSTO, 2014, p. 1).

Em 1866 realizou-se em Genebra o primeiro Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores, reunindo representantes operários de todo o mundo. Lá estavam presentes as ideias anarquistas de Bakunin, de Proudhon e as ideias comunistas de Marx e de Engels e reafirmou-se a importância da criação dos sindicatos, definida como uma das tarefas primordiais do proletariado. (ANTUNES, 1985, p. 22 - grifo nosso).

No Brasil, desde o século XIX, e com mais força no início do século XX, tem-se diversos registros de reivindicações da classe trabalhadora. Muitas evoluíram para a formação de ligas e uniões, como a Liga Operária (1870) e a União Operária (1880) e, posteriormente, sindicatos. Fausto (1970) defende a ideia de que a fase inicial da formação da classe operária no Brasil já se deu a partir dos últimos anos do século XIX.

Uma das primeiras lutas organizadas, realizada no Rio de Janeiro, ocorreu em 1858, quando os tipógrafos insatisfeitos com os míseros salários que recebiam, declararam-se em greve, exigindo uma elevação de 10 tostões diários em seus vencimentos. Essa greve durou vários dias e foi vitoriosa. Os tipógrafos foram vanguarda não só das lutas como também da

organização da classe operária no Brasil. (Boletim liga operária, 1954, p. 01).

O aumento do contingente industrial de trabalhadores somado com o contexto nacional e mundial de crise econômica, havia a chamada crise de produção consequência da 1ª Guerra Mundial, culminou em uma crescente onda de insatisfação da classe operária brasileira, gerando tensões e confrontos. No ano de 1907 são expulsos do país 132 sindicalistas. Dez anos mais tarde viria uma das mais famosas manifestações do operariado brasileiro, a Greve Geral de Julho de 1917, que paralisou por três dias as atividades industriais, comerciais, o setor de serviços e o de transporte na cidade de São Paulo.

A greve geral de julho de 1917 em São Paulo assumiu na consciência coletiva das gerações mais jovens o sentido de um ato simbólico e único. Símbolo de um movimento de massas impetuoso, das virtualidades revolucionárias da classe operária, de organizações sindicais representativas não contaminadas pela infecção burocrática. (FAUSTO, 1970, p. 81).

Entretanto, os sindicatos tiveram significado restrito na deflagração da greve de 1917. (Fausto, 1970). Muitos atribuem à greve um sentido de “movimento espontâneo” do proletariado e de organizações sindicais ainda “não contaminados pelo aparato burocrático” como descreve Fausto na citação. Os sindicatos no Brasil, em sua maior parte, surgiram das ligas operárias de bairros, de inspiração anarquista, e também a partir da organização do operariado em federações e confederações, como a Confederação Operária Brasileira (COB).

De início, eram sindicatos compostos por membros de tendências anarquistas, os chamados anarcossindicalistas. Surgem também, influenciados pelos ideais da Revolução Russa, sindicatos com tendências comunistas e trotskistas. Um grande marco para o movimento operário e sindical no Brasil foi a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB)³, no ano de 1922.

Junto ao movimento sindical o PCB teve uma ação bastante definida, congregando em seus quadros um número bastante significativo de sindicalistas. Em 1928 foi criada a Federação Sindical do Rio de Janeiro, com representantes de vários estados e, como consequência desta, no ano seguinte, a Confederação Geral do Trabalhadores do Brasil (CGTB), que aglutinou os sindicatos sob orientação marxista. (DIAS, 1985, p. 28; 29).

Na década de 1930 houve uma reconfiguração do movimento sindical no Brasil. No plano internacional, a crise de 1929 e o crash da bolsa de valores de Nova

³ O PCB edita também a revista Movimento Comunista e em 1925 inicia a publicação do jornal “A Classe Operária”.

York afetaram substancialmente a economia agroexportadora brasileira. Os Estados Unidos eram, até então, o maior comprador de café do Brasil e, com a crise, as exportações diminuíram drasticamente, gerando um acúmulo de sacas de café sem precedentes até então. No plano nacional, há, segundo Saes, “uma crise do capitalismo agrário-mercantil brasileiro, cujas contradições haviam sido agravadas e evidenciadas pela crise do mercado mundial”. (1984, p. 80).

É certo que a crise do capitalismo agromercantil brasileiro se encontra na origem da revolução de 30; todavia, não se deve deduzir daí que a crise tenha sido vivida de uma só maneira pelos diferentes grupos sociais e forças políticas. (SAES, 1984, p.80).

Segundo SAES (1984, p.80), “antes de mais nada, a crise cindiu definitivamente a burguesia cafeeira, dado que a política econômica do Estado era o objeto de uma disputa entre o bloco oligárquico hegemônico e as oligarquias dissidentes reunidas no Partido Democrático de São Paulo”.

Todavia, a despeito da participação oligárquica, a revolução de trinta se define igualmente, em certa medida, como uma “revolução burguesa”. É claro que não queremos, com essa afirmação, relacionar o movimento revolucionário com um projeto de industrialização da qual a burguesia industrial ter-se-ia feito o agendamento político; a observação histórica dificilmente nos levaria a admitir a presença de uma burguesia industrial à procura da hegemonia política e disposta a conduzir, enquanto classe dirigente, o processo de industrialização. Mas, ao destruir o monopólio oligárquico do poder político, o movimento político-militar de 1930 criou as condições institucionais indispensáveis à aceleração do processo de industrialização periférica e ao desabrochar de uma nova classe dominante. A revolução de trinta substituiu o federalismo oligárquico pela centralização político-administrativa, e concede ao Estado os instrumentos institucionais indispensáveis à execução de uma política intervencionista e industrializante. (SAES, 1984, p.83).

Para o mesmo autor, a revolução de trinta abriu o sistema político, pela via da legislação do trabalho e do sindicalismo de Estado, ao conjunto de trabalhadores urbanos. (SAES, 1984, p.110). A implementação dessa política intervencionista e industrializante ficou a cargo do chamado “Governo Provisório”, que durou entre os anos de 1930 a 1934 e foi presidido por Getúlio Vargas. Vargas governou a partir do decreto nº 19.398, que lhe conferia as funções e atribuições não só do Poder Executivo como também do Poder Legislativo, e se expressava na prerrogativa de elaborar decretos-leis. A partir dessa medida, ficaram dissolvidos, portanto, o Congresso Nacional, as Câmaras estaduais e municipais e quaisquer órgãos legislativos ou deliberativos existentes no país até então. Essa situação excepcional deveria perdurar até que fosse eleita uma Assembleia Constituinte, que

estabeleceria uma nova organização constitucional, revendo e corrigindo os males da Constituição de 1891.

Foi nesse momento que se desenhou a política sindical de Estado no Brasil. O novo governo tratou de regular a questão, promovendo ao mesmo tempo medidas assecuratórias de direitos e o tão discutido enquadramento das organizações sindicais. De acordo com Fausto (2006, p. 48,49).

Uma das grandes novidades do governo provisório [...] residiu na criação de dois novos ministérios, denotando a atenção peculiar que se daria a seus respectivos campos: o Ministério⁴ do Trabalho, Indústria e Comércio e o da Educação e Saúde Pública, ambos criados em novembro de 1930.

Fausto (2006) observa que, entre março de 1931 e novembro de 1932, estabeleceram-se novas modalidades para a concessão de férias. Criou-se a Carteira Profissional, regulou-se o horário de trabalho na indústria e no comércio, bem como o trabalho das mulheres e dos menores. (FAUSTO, 2006, p.49).

Outro marco do Governo Provisório, que só se regulamentaria em 1940 com o Decreto 6.596, foi a Carta Constitucional de 1934. A Carta instituiria direitos sociais importantes para os trabalhadores, como salário mínimo, jornada de trabalho de oito horas, repouso semanal, férias anuais remuneradas e indenização por dispensa sem justa causa.

Nas palavras de Fausto (2006, p.49):

O enquadramento dos sindicatos ocorreu em março de 1931, por um decreto que consagrava o princípio da unidade sindical⁵ e trazia as associações operárias, assim como as patronais, para a órbita do Estado, ao definir o sindicato como órgão consultivo e de colaboração com o poder público. No caso dos trabalhadores, embora a legislação dispusesse que a sindicalização seria facultativa, apenas os sindicalizados poderiam gozar dos benefícios da legislação social. Os sindicatos existentes até então, quase à margem do Estado, resistiram por algum tempo à ofensiva do governo, mas tiveram de adaptar-se, e os que não o fizeram foram varridos pela nova estrutura imposta.

O enquadramento dos sindicatos a que Fausto se refere é o decreto nº 19.770, de 19 de março de 1931, que estabeleceu a Lei de Sindicalização.⁶ A Lei,

⁴ Durante o Governo Provisório, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio teve a sua frente dois Ministros: Lindolfo Collor nos anos 1931 e 1932 e Salgado Filho entre os anos de 1932 a 1934.

⁵ A unicidade sindical significa o sindicato único estabelecido em lei. Para Boito (1991), além do reconhecimento, pelo Estado, do sindicato oficial como organismo representativo, a unicidade sindical e as contribuições sindicais obrigatórias, são elementos essenciais da subordinação do sindicato oficial à cúpula da burocracia de Estado.

⁶ Há uma nova Lei de Sindicalização anos mais tarde, mas ainda durante o Governo Provisório, que derruba a unicidade sindical e expressa a pluralidade sindical (Decreto nº 24.694, de julho de 1934). Porém, o reconhecimento dos sindicatos pelo Ministério do Trabalho é mantido.

cuja intenção era colocar em prática um modelo sindical autoritário-corporativo, tinha o imposto sindical obrigatório como um de seus pressupostos. A importância que o novo governo concedeu às legislações trabalhistas evidenciou sua preocupação com a pressão das classes populares, bem como o novo tipo de relação que se estabeleceria entre os trabalhadores e o Estado. Na apresentação do decreto, o então ministro do trabalho Lindolfo Collor, em seu discurso, enunciava: “*Os sindicatos ou associações de classes serão assuntos de sua prerrogativa imediata, sob as vistas cautelosas do Estado*”.

Para Dias (1985, p.32) a cisão do bloco dominante⁷, a ascensão do fascismo, a derrota da ANL, e um operariado relativamente fraco do ponto de vista organizacional forneceram as condições para o Estado criar instrumentos de controle do movimento operário e sindical, mantendo-os sob sua tutela.

O Estado que emergiu da Revolução de 1930 manteve o papel fundamental de desorganizador político da classe operária, reprimindo duramente a vanguarda e suas organizações partidárias, ao mesmo tempo em que procurava estabelecer com o conjunto da classe um novo tipo de relações. A política de marginalização pura e simples, realizada pelas velhas classes dominantes, não tinha mais condições de se sustentar. Se na plataforma da Aliança Liberal já se encontravam os traços de um maior interesse pelo chamado problema social, as agitações operárias dos primeiros anos da década de trinta acabaram por “sensibilizar” o governo em definitivo. (FAUSTO, p.1970).

Muitos sindicatos e trabalhadores resistiram à Lei de Sindicalização e não aceitaram se enquadrar à nova estrutura imposta. De acordo com Antunes (1982) os sindicatos anarquistas, comunistas e trotskistas dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro negaram-se, até por volta de 1934, a se converter em sindicatos oficiais.

De acordo com indicações da Liga Operária, os anarcossindicalistas conseguiram agrupar seus seguidores na Federação Operária de São Paulo. Em 1934, os socialistas criaram a Coligação de Sindicatos Proletário, que passou a lutar pela completa autonomia sindical. Os comunistas, também em 1934, criaram a Federação Sindical Regional no Rio de Janeiro; em 1935, realizaram em São Paulo a Convenção Nacional de Unidade dos Trabalhadores. Com presença de 300 delegados, representando mais de 500 mil trabalhadores, a convenção reorganizou a Confederação Sindical Unitária. Além do surgimento de tais organizações, o período também foi marcado por inúmeras greves e manifestações.

⁷ Este bloco dominante a que a autora se refere é a oligarquia cafeeira hegemônica no poder durante a República Velha e a burguesia industrial.

O trecho de um discurso do PCB do ano de 1931 reitera a condição de resistência à estrutura imposta:

Nessas condições é necessário atentar para a nova lei sindical fascista que o governo Vargas está à véspera de votar. Cremos que é útil lembrar que os sindicatos revolucionários não poderão aceitar nem adaptar-se a essa lei. É preciso organizar uma luta vigorosa contra o decreto fascista, uma das tarefas essenciais do movimento sindical revolucionário no futuro imediato; é preciso conseguir que os sindicatos recusem categoricamente em se inclinar diante desse decreto aproveitando-se notadamente do fato de que o mesmo não proíbe expressamente a existência de sindicatos 'não reconhecidos', porém recusa a capacidade jurídica dos mesmos.

Nesse período, são promulgados pela presidência da República outros importantes decretos que dispõem sobre a legislação sindical, como o Decreto-Lei nº 1.402, de 5 de julho de 1939, que regula as associações em sindicato no que tange a questões como reconhecimento, investidura sindical, administração do sindicato, eleições, direitos dos sindicalizados, gestão financeira, penalidade e fiscalização. Um ano depois, o Decreto-Lei nº 2.377, de 8 de julho de 1940, passa a regular o pagamento e a arrecadação das contribuições sindicais sob a nova denominação de "imposto sindical", que se torna obrigatório a todos aqueles que participarem de uma determinada categoria econômica ou profissional representadas pelas referidas entidades.

A legislação que vai se amarrando no Brasil se firmou com a característica particular de suprimir a liberdade sindical. Os delegados do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, órgão a que os sindicatos eram até então subordinados, tinham livre circulação nas assembleias dos sindicatos e detinham o poder absoluto das organizações sindicais, podendo destituir as diretorias e também fechar os sindicatos, cerceando de inúmeras formas a luta dos trabalhadores.

Na década de 1940, constituiu-se uma frente popular, liderada pelo PCB. De acordo com Dias (1985, p. 45), ainda sob a presidência de Vargas, decretou-se a Lei Antitruste, reafirmou-se no plano diplomático as relações com a União Soviética, eliminou-se a presença obrigatória de representantes do Ministério do Trabalho nas assembleias sindicais e, inclusive, dispensou-se a obrigatoriedade de aprovação prévia do Ministério em relação à realização de eleições e posse de diretorias sindicais eleitas. Fundou-se também o MUT – Movimento Unificador dos Trabalhadores⁸.

⁸ Organização intersindical de trabalhadores de âmbito nacional, criada em abril de 1945 sem o reconhecimento do Ministério do Trabalho. Tinha como objetivo fortalecer a unicidade sindical dos

Pela CLT, era proibida a formação de confederações gerais de trabalhadores, só sendo admitidas associações representativas de categorias profissionais específicas. Nesse sentido, o nascimento do MUT se alinhou a um momento de avanço da luta pela abertura sindical no Brasil, interrompido pela deposição de Vargas e posse do general Eurico Gaspar Dutra, em 1º de fevereiro de 1946. Em setembro do mesmo ano, promulgava-se a quinta Constituição brasileira. Dutra proibiu a existência do MUT, decretou intervenção nos sindicatos, suspendeu eleições sindicais e colocou na ilegalidade o Partido Comunista Brasileiro (DIAS, 1985,45). Segundo BENEVIDES (1980, p.63), durante o governo Dutra:

[...] a repressão será justificada em nome da consolidação democrática, que exige a “paz social”. De 1946 até fins de 1947 multiplicam-se as intervenções nos sindicatos, as eleições sindicais são suspensas e os comícios abertos proibidos. Em 1947 a repressão atinge seu alvo principal, com os decretos contra a Confederação Geral dos Trabalhadores, contra a MUT, contra a União das Juventudes Comunistas e, sobretudo, ao cassar o registro eleitoral do Partido Comunista.

Os anos 1950 são considerados uma época de intensa luta dos trabalhadores nas cidades e no campo, com muitas paralisações e greves. Os trabalhadores urbanos organizados cresceram:

[...] a expansão sindical, de 1952 a 1954, fortaleceu, crescentemente, os trabalhadores. Os números de sindicatos de categorias profissionais passou de 1096 para 1365 e o número de federações sindicais passou de 49 para 63. Em 1958, já existiam 1600 sindicatos e 74 federações. (SILVA, 2013, p. 87 apud TELLES,1962).

Destaque para a luta camponesa, com o surgimento da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) em 1954 e da 1ª Liga Camponesa em 1955. Convém frisar que as Ligas Camponesas eram institucionalmente autônomas em relação ao Estado. Francisco Julião, uma grande liderança da Liga da Galileia, sobre o seu funcionamento (TELLES, 1962, p. 47,48):

As Ligas, como organização, se caracterizam pela forma centralizada de atuação. Trata-se de uma associação, o nome pouco importa, que organiza delegacias em qualquer lugar onde haja camponeses. [...] para se fundar uma Liga basta reunir um certo número de camponeses, submeter o estatuto geral à sua apreciação e, uma vez todos de acordo, eleger a diretoria. [...] constituída a Liga sem a introdução do prefeito, do juiz ou de qualquer outra autoridade para lhe servir de cúpula ou de fator capaz de moderar o radicalismo do movimento, os camponeses fustigados dia e noite pelo inimigo da classe, o latifundiário e seus protetores, trabalham no sentido de arrematar mais companheiros para a Liga a fim de fortalecê-la.

As Ligas diferenciavam-se do sindicato oficial de Estado pois não dependiam juridicamente do Ministério de Trabalho para a sua outorga. Francisco Julião enumerou esse “fator jurídico” como preponderante para o sucesso das Ligas.

O Código Civil é, portanto, útil na arregimentação dos camponeses. Além disso, com base nessa legislação é fácil registrar rapidamente o estatuto de uma sociedade civil qualquer, de uma Liga Camponesa. Não dependendo do Ministério do Trabalho, com sua complexa burocracia, mas de um Cartório de Títulos e Documentos, a sociedade se funda, adquire personalidade jurídica, legaliza-se com rapidez e facilidade. (JULIÃO, 1962, p. 60).

As lutas se intensificam nos anos 1960, e algumas dessas uniões se transformaram em sindicato. Em 1963, a ULTAB se converteu em Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Para ALMEIDA (2014, p. 195):

No início dos anos 1960, um intenso processo de politização do movimento operário e popular teve como resposta o esfacelamento do leque de forças industrializantes que se constituíra durante o governo de Juscelino Kubitschek. Desde o final do governo JK, diversas greves eclodiram principalmente devido a questões de política salarial.

Para o autor, a greve de 5 de julho de 1962, considerada a principal de natureza política do período 1930-1964, foi uma grande vitória de então (ALMEIDA, 2014, p. 209). A mais importante resolução no que se refere à organização ocorreria em agosto de 1962, quando o antigo CGG (Comando Geral da Greve) foi transformado na CGT (Comando Geral dos Trabalhadores). Órgão dirigente do movimento sindical em âmbito nacional, ainda que sua existência tenha sido curta,

[...] revelaria certa capacidade de intensificar os efeitos, no interior do aparelho de Estado, da ascensão do movimento popular. Apesar da ausência de sólidos laços com a grande massa dos trabalhadores e de estar, por meio dos sindicatos, federações e confederações oficiais, alicerçado na estrutura corporativa, a existência da CGT representava uma certa brecha nessa mesma estrutura. (ALMEIDA, 2015, p. 212).

Em 1964, ocorreu um golpe militar no Brasil. Já em abril,

[...] sindicatos, federações e confederações vinculados ao CGT sofreram intervenção das novas forças que assumiram o comando do país. Cerca de 350 sindicatos, 22 federações e as seis confederações de trabalhadores tiveram nesse período suas diretorias destituídas, sendo que muitos dos antigos dirigentes sindicais foram presos, outros se exilaram e houve mesmo os que desapareceram sem deixar vestígio". (COSTA, 1981, p. 148).

Em fins de 1968, a decretação do AI-5 intensifica a restrição às liberdades civis. O regime fechou temporariamente o Congresso Nacional, cassou mandatos,

instituiu censura prévia à imprensa nacional e cerceou direitos civis. “Dispensa às organizações de trabalhadores a repressão e a moldagem de uma nova concepção de atuação sindical”. (SILVA, 2013, p. 88). O regime militar se estendeu por 21 anos, durante os quais os trabalhadores resistiram de forma clandestina à repressão.

Porém, é interessante pontuar que, no período mais repressivo da ditadura militar no Brasil, houve um crescimento do número de sindicatos oficiais. Segundo Boito (1991, p.178):

[...] na chamada ‘década negra’ do sindicalismo brasileiro, entre os anos 1968 e 1978, período que o movimento popular encontrava-se desarticulado, e que o regime militar conheceu o seu período mais estável e mais repressivo, nessa década o número de sindicatos oficiais saltou de 2.616 para 4.009, representando um crescimento de 53,3%.

O gráfico 1, na página 44, corrobora essa informação, apresentando a crescente escalada dos sindicatos oficiais. Para Boito, “os 1.400 sindicatos oficiais de trabalhadores, criados ao longo da década entre 1968 e 1978, ao ritmo de um novo sindicato a cada dois dias, representam apenas um dos aspectos da expansão burocrática do sindicato de Estado no período áureo da ditadura militar”. (1991:178).

2.1 O SINPROEEMMA: sua origem como Associação e sua continuidade como Sindicato

O SINPROEEMMA – Sindicato dos Professores Públicos, Especialistas em Educação Pública e Servidores Públicos da Educação Estadual e Municipal do Ensino de 1º e 2º Graus do Estado do Maranhão, tem sua origem na APEMA (1976) – Associação dos Professores do Estado do Maranhão –, e passou de associação a sindicato um pouco depois do fim da ditadura militar, em 30 de janeiro de 1989.

A APEMA foi fundada a 29 de junho do ano de 1976 no centro cívico do Liceu Maranhense em um momento que muitos consideram de abertura gradual do regime militar vigente no país à época. De acordo com o trabalho do professor José Brussio, aquele ano foi crucial para se fundar uma associação e não um sindicato. Fato relevante aqui é considerar a lógica que rege o funcionamento do Sinproessemma desde sua origem na APEMA.

O tempo passou não muito e eis que a 29 de junho de mil novecentos e setenta e seis, surgiu um nome a mais nas Associações de classe do nosso Estado, a APEMA, assim tão bem compreendida: “Associação dos Professores do Estado do Maranhão”. [...] Dignifica-nos sentir que a ideia foi

recebida com simpatia nos altos escalões da nossa esfera Estadual. (A NOVA 1976, p.4).

No Maranhão, a luta docente organizada em associação e posteriormente sindicato esteve historicamente atrelada ao Estado. Segundo (BORGES, 1998), entre os anos de 1970 e 1980 os sindicatos mantiveram vínculos estreitos com o Estado, via Ministério do Trabalho, com patrões ou com governantes locais. Em muitas organizações não havia práticas cotidianas e coletivas. A ação do sindicato correspondia, frequentemente, à ação da diretoria, na figura do presidente.

Com a APEMA não foi diferente: desde sua concepção como associação, o órgão esteve imbricado em uma estreita relação com o Estado. É possível indicar alguns elementos em sua ATA de fundação, datada de 1976:

[...] foram tratados os seguintes assuntos: [...] visita no dia dezesseis de julho do ano em curso ao Exmo. Sr. Secretário de Educação de Estado e a Secretária de Educação e Ação Comunitária do Município de São Luís no sentido de comunicarmos nosso objetivo como dirigentes da APEMA e solicitarmos ajuda para mobilizar a Associação dos Professores, bem como comunicarmos da Fundação da Entidade e, também, solicitarmos permissão para realizarmos campanhas informativas nas escolas oficiais da rede escolar estadual e municipal. (APEMA, 1976).

Ao “pedir ajuda para mobilizar os professores” e “solicitar permissão para a realização de campanhas” à Secretaria de Educação, a APEMA demonstra que sua organização - ou pelo menos as suas lideranças - nutria a expectativa de que a tutela do Estado sobre os sindicatos ou associações a ajudasse a capacitar os trabalhadores, assim como a impor limites à exploração do trabalho. É o que Boito (1991) denomina “fetichismo do Estado protetor” no plano sindical. Esse “fetichismo” tem como consequência uma inércia sindical ou associativa, intrínseca à estrutura do seu próprio modo de organização.

Não podemos desconsiderar que era o ano de 1976 (ainda vigorava o AI5), que o Brasil estava em plena ditadura militar e que o momento era “extremamente hostil para a fundação de qualquer agremiação que pudesse pôr em risco o poder constituído”, nas palavras de José Brussio, professor, sindicalista e pesquisador do SINPROESSEMA⁹. Para ele, “a APEMA surge como associação beneficente pois essa era a única forma possível na época para organizar os trabalhadores da educação pública dentro de um cenário tenebroso e arbitrário de instabilidade econômica causado pelo regime autoritário do momento”. (BRUSSIO,

⁹ Defendeu tese de doutorado em Portugal intitulada “A memória e a identidade do Sinproesemma”.

2015, p. 83). O mais antigo sindicato de professores do Maranhão, da rede particular de ensino, atual Sinterp-MA, foi fundado em 1945 e teve seu registro homologado pelo Ministério do Trabalho em 1947. Entretanto, foi posto na ilegalidade durante todo o período do regime militar.

Posteriormente, por meio de Assembleia Geral, o Sinproesemma passou a ser Sindicato dos Trabalhadores em Educação das Redes Pública Estadual e Municipais do Maranhão. A mudança na nomenclatura teve como objetivo englobar a totalidade das categorias que representa, pois além dos professores o sindicato também representa funcionários e especialistas em educação.

De 1989 a 2001, embora tenha passado por processos eleitorais regulares, o Sinproesemma foi presidido por um mesmo grupo, liderado pela professora Lucimá Goes de Sousa. De acordo com informações contidas em seu currículo lattes, Lucimá exerce o cargo de professora do curso de Matemática da Universidade Federal do Maranhão desde 1976. As gestões de Goes de Souza sofreram desgaste devido a denúncias de corrupção e autoritarismo. Apesar da crescente insatisfação das categorias, os professores que se organizaram como oposição não conseguiram vencer nenhuma eleição interna do sindicato. Em 1997, se organizaram em um movimento, já extinto, o MOSEP – Movimento de Oposição Sindical na Educação Pública. De acordo com BRUSSIO (2015, p. 98):

[...] o MOSEP dentro de pouco tempo se fortaleceu a ponto de cancelar uma eleição no dia 28 de junho de 1998. Essa eleição, elegeria uma nova diretoria, e teria mais uma vez a professora Lucimá Goes como presidente. Sem alternativa, a presidente convocou para o dia 31 de junho uma Assembleia Geral Extraordinária para a eleição de uma junta governativa aprovada para um prazo de um ano, tendo o MOSEP concorrido com um chapa que fora posteriormente derrotada.

O “período Lucimá Goes”¹⁰ padeceu com uma série de outras acusações, como de fechar acordos em nome do sindicato, entre eles os de reajustes salariais dos professores, diretamente com a cúpula das administrações estaduais, sem discussão com os trabalhadores. E, ainda, eleições com “cartas marcadas” e pouco enfrentamento com o governo estadual, principalmente com o grupo Sarney.

Quando ela dirigia o sindicato, ela fez algumas greves, isso aí é indiscutível, não vamos dizer que não fez. Mobilizou a categoria, ela fez. [...] O Estatuto do Magistério anterior ao atual foi na gestão dela, ela ajudou a construir o estatuto que deu algumas garantias mínimas aos trabalhadores. Ela fez

¹⁰ Divide-se aqui a administração do Sinproesemma em dois períodos: de 1989 a 2001 tem-se o período Lucimá Goes. Com a sua destituição e rompimento do atual grupo com a mesma, inicia-se o período das “práticas classistas”, de 2002-atual.

enfrentamento no governo Luiz Rocha¹¹, ela foi pra rua e mobilizou [...] só que chegou um momento que ela deu uma acomodada, num momento que a conjuntura exigia um enfrentamento¹².

No início dos anos 2000, há dois momentos de grande mudança na história do sindicato: a entrada na CUT e o afastamento da professora Lucimá Goes. A filiação do Sinproesemma à CUT¹³ aconteceu em 29 de janeiro de 2000. Para Silva (2013, p. 172) “com a adesão ao movimento sindical nacional, com a entrada na CUT, são criadas também as condições para a entrada na CNTE, implicando uma nova dinâmica de organização, distinta da lógica que antes determinara sua existência”.

A professora foi afastada da direção do sindicato em 26 de outubro de 2001. Como vimos, ela esteve à frente da diretoria do sindicato desde a APEMA¹⁴ e por mais alguns anos na presidência do Sinproesemma, totalizando mais de 20 anos de gestões. Após uma série de ações, tanto judiciais¹⁵ como administrativas, por denúncias de irregularidade na prestação de contas relativas ao pagamento do PROCARD¹⁶ (Programa de Capacitação Docente), não cumprimento de acordo com a UEMA e não pagamento de recursos provenientes desse acordo, resultarem em uma Assembleia Extraordinária e uma Comissão interna, ocorreu o seu afastamento definitivo de qualquer atividade relativa ao Sinproesemma, assim como sua destituição do cargo de presidente. “É empossado o professor Odair José Neves, no cargo de presidente, para concluir o mandato que se finalizou em 13 de junho de 2002” (BRUSSIO, 2015, p. 100). Nesse momento há uma mudança no formato das

¹¹ Luiz Rocha foi governador do Maranhão de 1983 a 1987 pelo PDS, e, nesse momento, o Sinproesemma ainda era APEMA. Em 1985, durante o seu governo, ocorreu uma greve de professores com grande repercussão e apoio da sociedade maranhense, considerada a primeira grande greve dos professores no estado. Reivindicavam melhorias salariais (piso salarial de três salários mínimos) e das condições de trabalho para a categoria, com forte apelo para o cumprimento e reforma do Estatuto do Magistério, que nesse momento, ainda era muito incipiente. Os professores, com apoio da APEMA, acamparam durante 1 mês em frente ao Palácio do Governo e a greve, uma reação a política de arrocho salarial e contratos de trabalho que ficou conhecida como “Lei do Cão”, durou 3 meses.

¹² Trecho de entrevista com o sindicalista Júlio Guterres, março de 2018.

¹³ De acordo com entrevista feita com o sindicalista Júlio Guterres, a entrada do Sinproesemma na CUT, ainda na gestão de Lucimá Goes, foi mal recebida no interior da central. Alguns cutistas protocolaram documento no 7º Congresso Nacional da CUT – CONCURT - contra a entrada do sindicato, alegando que isto seria a entrada do “sarneyzismo” e do “peleguismo” na CUT.

¹⁴ Foi por três vezes presidente da APEMA.

¹⁵ Afiliados ao Sinproesemma da cidade de Cururupu – MA, ingressaram com processo judicial contra Lucimá Goes.

¹⁶ Convênio assinado em 2001 pelo SINPROESEMMA em parceria com a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) para a execução de Programa de Capacitação Docente (PROCARD) no valor aproximado de R\$ 600.000,00. (BRUSSIO, 2015:98).

eleições sindicais, que passaram a ser congressuais, modelo que perdurou até o ano de 2012.

Odair José continuou na presidência do sindicato, quando foi oficialmente eleito para um mandato no triênio 2002/2005 durante o Primeiro Congresso dos Trabalhadores em Educação Pública do Maranhão (I CONTEMA) realizado nos dias 12, 13 e 14 de abril de 2002. Essa época foi marcada por uma série de paralisações dos professores e forte insatisfação em relação aos acordos feitos entre o sindicato e o governo, à época sob a gestão de José Reinaldo Tavares¹⁷. As greves, a primeira em 2002 e a segunda em 2003, reivindicavam, entre outras coisas, reajuste salarial e cumprimento do Estatuto do Magistério.

Apesar das “turbulências”, Odair José foi reeleito para o quadriênio 2005/2009 na realização do 2º CONTEMA nos dias 25, 26 e 27 de fevereiro de 2005. Sua segunda gestão à frente do sindicato foi marcada por uma tentativa de interrupção do predomínio do grupo Sarney no governo do estado, que já vinha enfraquecido politicamente em consequência do rompimento com o governo anterior, de José Reinaldo Tavares. A chamada “crise intraoligáquica” favoreceu em grande parte a eleição do médico Jackson Lago, que ocorreu em outubro de 2006¹⁸. Jackson Lago era a maior liderança oposicionista à oligarquia até esse momento. Nas palavras de Brussio (2015, p. 102):

Em 2006, vislumbramos a possibilidade de eleger um candidato de oposição ao Governo do estado do Maranhão, na intenção de se opor a continuidade da oligarquia Sarney e com o apoio dos sindicatos em geral, em especial, do SINPROESEMMA. O presidente Odair Santos conclamou a categoria a votar no médico Jackson Lago, por ser da oposição à oligarquia existente no estado do Maranhão há 40 anos. Como era esperado no final do pleito, as nossas perspectivas se concretizaram e Jackson Lago foi eleito Governador do estado do Maranhão em 2006. Contudo, ao assumir o

¹⁷ “Afilhado político” de José Sarney, José Reinaldo Tavares foi superintendente da SUDENE e Ministro dos Transportes em sua gestão como presidente da República (1985-1990). Deputado federal em 1990, vice de Roseana Sarney no governo do estado em suas duas primeiras gestões (1994 e 1998) e governador do Maranhão de 2003 a 2006. Em seu mandato como governador rompeu com o grupo Sarney, dando fim a uma parceria de longas décadas. Grande articulador político, esteve nos “bastidores” da eleição de Jackson Lago para o governo do estado. Foi acusado de utilização da máquina pública ao firmar parceria com as prefeituras em nome do governo do estado.

¹⁸ Para o historiador maranhense Wagner Cabral Costa (2009), “o governo de Jackson Lago não significou nem o “fim da oligarquia”, nem um “governo de transição” rumo a este objetivo, pois o combate foi realizado entre “máquinas políticas” profundamente assentadas no patrimonialismo e no clientelismo, na medida que a participação da máquina do Palácio dos Leões (com o dissidente do sarneyismo, José Reinaldo Tavares – grifo meu) foi uma das peças-chave na vitória eleitoral da Frente da Libertação”. A Frente da Libertação a que o autor se refere é a Frente de Libertação do Maranhão, colização formada pelos partidos PDT, PPS e PAN que elegeu Jackson Lago governador em 2006.

Governo no ano de 2007, o primeiro ato “benéfico” em reconhecimento ao apoio recebido dos funcionários públicos, em especial os professores, foi a aprovação do Projeto de Lei nº 8.592/07, de forma unilateral e sem discussão com os funcionários públicos, que foi uma das maiores forças na campanha para elegê-lo a Governador do Maranhão. Tal lei instituiu uma nova política salarial que teve como maior ponto de conflito o termo *subsídio*, uma vez que este não permitia direito as gratificações ou qualquer vantagem, além de provocar compressão na remuneração das primeiras referências funcionais dos educadores, entre outros malefícios.

A implementação de tal lei desencadeou a maior greve de professores do Maranhão, desde a de 1983, ocorrida no governo Luiz Rocha. Com uma enorme adesão da categoria, a greve durou 87 dias, e assim como na greve de 1983, os professores mantiveram-se acampados em frente ao Palácio dos Leões¹⁹. O governo dificultou as negociações, conseguiu na justiça declarar a greve ilegal²⁰ com corte de ponto dos grevistas e aplicação de R\$ 50 mil em multa diária. O Tribunal de Justiça do Maranhão revogou a aplicação de multa e o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a lei inconstitucional²¹, porém, com o fim da greve o governo se encontrava extremamente desgastado, com perda de parte de sua base de apoio, os funcionários da educação.

Em 24 de novembro de 2007, ainda na presidência de Odair José, em assembleia realizada na cidade de Bacabal - MA, o sindicato decidiu pelo desligamento da CUT. Declarou oficialmente descontentamento sobre os novos rumos seguidos por ela, como “problemas internos e atrelamento ao governo federal”. (ASSEMBLÉIA..., 2017). Um mês depois, em dezembro de 2007, deu-se o nascimento da CTB²² Nacional e o Sinproesemma, já fora da CUT, aderiu à central.

No 3ª CONTEMA, realizado nos dias 13, 14 e 15 de fevereiro de 2009, Julio Pinheiro foi eleito presidente do Sinproesemma para o quadriênio 2009-2013 com a chapa “Unidade Para Lutar”, onde o mesmo afirmou a intenção de dar continuidade ao trabalho das gestões Odair José: “Estamos prontos para dar continuidade ao trabalho já realizado pela gestão antiga e aplicar o que foi discutido durante o Congresso”. (JULIO..., 2009). Com a cassação de Jackson Lago em abril

¹⁹ Sede do governo do estado do Maranhão, localizado na praça Pedro II, Centro Histórico de São Luís.

²⁰ O juiz Raimundo Nonato Neres da 5ª Vara da Fazenda Pública decretou a greve ilegal, acatando pedido de antecipação de tutela da Ação Civil Pública movida pelo governo do estado.

²¹ Vale destacar que a Ação Direta de Inconstitucionalidade foi impetrada pelo diretório do PMDB, partido sob o comando da oposição, o grupo Sarney.

²² A CTB se originou na Corrente Sindical Classista, vinculada ao PCdoB. No Maranhão, nasceu com alto grau de homogeneidade, em sua maioria a partir de militantes do PCdoB, mas também de outros partidos políticos, como PSB e PT.

de 2009, a primeira gestão Julio Pinheiro foi marcada pela volta do grupo Sarney ao governo do estado e pela luta em defesa do Estatuto do Educador.

Em 2011, logo no início do governo Roseana Sarney, os professores iniciaram uma greve que durou 78 dias. As principais pautas eram aplicação imediata de Tabela Salarial com base na Lei do Piso; aprovação imediata do Estatuto do Educador acordado com o governo em 2010; criação de um Plano Estadual com a participação democrática dos educadores do Maranhão; concurso público imediato para funcionários de escola; prorrogação da validade do concurso 2009; nomeação dos excedentes do último concurso público; concessão imediata das Promoções, Progressões e Titulações; regularização de concessão das licenças-prêmios; cumprimento da decisão judicial quanto ao pagamento do acordo revogado pela Lei 7.885/2003; garantia de horas extras para os educadores que ultrapassarem a jornada de trabalho semanal na unidade de ensino; celeridade no processo de aposentadoria; formação inicial e continuada aos educadores; ampliação do Programa Pró-Funcionário; criação da gratificação de estímulo profissional para funcionário de escola; cumprimento da legislação (CEE/MA) vigente quanto ao limite de alunos em sala de aula; isonomia salarial entre os professores contratados e efetivos; reajuste imediato do vale transporte; fim da terceirização nas escolas; melhoria das condições de trabalho; promoção da melhoria das condições de saúde e segurança no trabalho em todos os espaços das escolas públicas estaduais; regionalização da assistência à saúde; criação de um plano estratégico de recuperação e ampliação das estruturas físicas do sistema educacional.

Figura 1 - Panfleto de chamada da greve dos professores do estado em 2011



Fonte: domínio público / site do Sinproesemma.

Entretanto, o acordo firmado entre o sindicato e o governo, que deliberou o fim da greve, foi bastante criticado pela categoria e mostrou-se insuficiente. Dois anos mais tarde, em abril de 2013, durante a 14ª Semana Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública, foi deflagrado novo movimento grevista, dando continuidade à luta pela implementação e aprovação do Estatuto do Educador. Nesse ínterim, houve a realização do 4º CONTEMA, em 31 de março de 2012, a reeleição de Julio Pinheiro para o quadriênio 2013-2017 e a última eleição realizada no formato²³ congressual. A greve durou até fins de maio, e do acordo saiu o novo Estatuto do Educador, que substituiu o antigo Estatuto do Magistério de 1994. A conquista do Estatuto, Lei Nº 9860, é considerada o grande legado da gestão Julio Pinheiro à frente do Sinproesemma.

Em 2017, com a posse de Julio Pinheiro (PCdoB) para o cargo de vice-prefeito da cidade de São Luís, a professora Benedita Costa, vice-presidente da gestão, assumiu a presidência até o término do mandato. A eleição sindical referente ao quadriênio 2017-2021, realizada em 16 de dezembro de 2016, elegeu presidente o professor Raimundo Oliveira, secretário de Patrimônio e Administração da gestão anterior, e foi envolta em polêmicas. Um pedido de anulação foi protocolado junto ao Tribunal de Justiça do Maranhão, que concedeu liminar de cancelamento das eleições, seguida de multa de R\$ 60 mil, caso o pleito fosse realizado. A iniciativa

²³ Os primeiros quatro Congressos CONTEMA foram realizados a cada três anos, posteriormente passaram a acontecer extraordinariamente. O I Congresso Extraordinário dos Trabalhadores em Educação Básica e Pública do Maranhão foi realizado nos dias 17 e 18 de setembro de 2016.

partiu de um grupo de professores de oposição, que compunha a chapa “Autonomia, Resistência e Luta”, impedida de concorrer por falta de representatividade sindical²⁴. Apesar dos protestos e da decisão judicial, a eleição foi realizada com a chapa única “Unidade e Lutas por mais Conquistas”, composta por 110 membros, em sua maioria parte do grupo “classista”.

2.2 O SINPROESEMMA como ator político: uma perspectiva

Na perspectiva aqui trabalhada, compreende-se que existem debilidades de organização na atividade sindical brasileira, oriundas da estrutura sindical de Estado, ainda que reformada, que condicionam de certa forma a atividade sindical. No Maranhão, estado também politicamente marcado por décadas de práticas coronelistas, essas debilidades se aprofundam. É um estado periférico, inserido em uma formação social também excludente, a brasileira.

A pesquisa de (BORGES, p. 1998) sobre a construção do Partido dos Trabalhadores no Maranhão trata do sindicalismo maranhense e fornece alguns elementos importantes sobre a historicidade do movimento, como a chegada da CUT ao Maranhão em 24 de julho de 1984, a formação da CUT regional de São Luís, a Carta do Bacanga²⁵, assim como elucidações sobre o sindicalismo rural no estado. Entretanto, o ponto central da análise é a constituição do PT no Maranhão, e, apesar das ricas contribuições, a análise se aprofunda nas relações do sindicalismo maranhense com o surgimento do partido.

Outras pesquisas, mais recentes, trabalham especificamente o sindicalismo docente no Maranhão. (SILVA, 2013; DANTAS, 2016). A primeira trabalha a historicidade do movimento sindical docente maranhense, quando este passa de associação para sindicato, no caso, da APEMA ao SINPROESEMMA. A segunda, também sobre a história do associativismo docente no Maranhão, utiliza

²⁴ O art. 11 do Regimento Eleitoral do Sinproesemma estabelece a quantidade mínima de 110 membros para constituição de chapa, distribuídos em 3/5 do total de núcleos regionais (um total de 59 núcleos). A chapa “Autonomia, Resistência e Luta” apresentou 99 membros em 20 núcleos e teve seu registro indeferido pela Comissão Eleitoral, que alegou “ausência de representatividade sindical em duplo grau” em sua decisão. As informações constam de ata de registro de chapas para a eleição da diretoria geral e conselho fiscal do Sinproesemma, mandato 2017-2021.

²⁵ Manifesto publicado em outubro de 1978, que conclamava os professores da Universidade Federal do Maranhão a se organizarem numa entidade representativa de classe, o que vai ser efetivado em maio de 1979, com a criação da APRUMA – Associação dos Professores da Universidade Federal do Maranhão.

uma extensa documentação da APEMA como material empírico para analisar a entidade durante o período da ditadura militar. Entretanto, esses trabalhos integram o campo de estudos da Educação e não se centram na proposta da pesquisa, fruto de indagações sobre o processo político maranhense, capitaneado aqui na relação entre o sindicato dos professores em educação pública do Maranhão e o partido político do governador do estado, Flávio Dino, o PCdoB.

Com a eleição do ex-juiz federal Flávio Dino para o governo estadual em outubro de 2014, elege-se o primeiro governador do PCdoB no Brasil, encerrando-se o ciclo de 48 anos de oligarquia política no governo estadual. Antes oposição aos governos estaduais, prioritariamente compostos pelo grupo Sarney, exceto apenas um pequeno intervalo de governo Jackson Lago²⁶ (PDT – coligação Frente de Libertação do Maranhão composta por PDT, PPS, PAN), a partir de 2015 o Sinproesemma é alçado a um inédito “protagonismo” político, trazido pela proximidade política, programática e de militância ao novo governo, com parte da direção do sindicato filiada ao PCdoB e compondo também a política municipal²⁷.

2.3. Estrutura Sindical: Sindicalismo de Estado no Brasil

Existe uma longa tradição de estudos a respeito das relações entre sindicato e Estado no Brasil pós-1930. Aí se destacam, por exemplo, Moraes Filho (1952), Simão (1966) e Rodrigues (1968). Já às vésperas do golpe de 1964, Weffort inaugurou, com seu ensaio *Política de Massas* (1963)²⁸, uma fecunda trajetória de análises do tema, tanto no plano teórico como no empírico, todas, no geral, influenciadas por aportes marxistas. Ao mesmo tempo em que este autor se deslocava para o estudo do regime político, especialmente a democracia e se distanciava do marxismo, os estudos do sindicalismo de Estado passaram por forte renovação a partir de pesquisadores influenciados pelo marxismo de inspiração

²⁶ Eleito em 2006, teve seu mandato cassado pelo TSE – Tribunal Superior Eleitoral - em ação movida pela coligação Maranhão a Força do Povo da candidata e adversária política Roseana Sarney, acusado de cometer irregularidades eleitorais como abuso de poder e compra de votos. Em 16 de abril de 2009, o TSE confirmou a cassação do mandato de Jackson Lago e ordenou a diplomação de Roseana Sarney, segunda colocada no pleito.

²⁷ Julio Pinheiro (PCdoB), presidente do SINPROESEMMA durante duas gestões, nos anos de 2009 a 2017, é vice-prefeito da cidade de São Luís, capital do estado do Maranhão, na segunda gestão (2017-2020) do prefeito Eivaldo Holanda Júnior (PDT).

²⁸ Artigo escrito em setembro de 1963. O capítulo I do livro “ O populismo na política brasileira” intitulado “Política de massas”, toma por base o texto publicado na coletânea “*Política e revolução social no Brasil*”, organizado por Otavio Ianni, Ed. Civilização Brasileira (1965).

poulantziana. Aqui se destacam os estudos de Décio Saes (1985) e Armando Boito Junior (1991).

Ambos os autores consideram que o sindicalismo de Estado se constituiu em um período marcado por forte crise de hegemonia no interior do bloco no poder, momento em que a cúpula da burocracia de Estado recorreu à mobilização controlada dos trabalhadores urbanos para contrabalançar as pressões da burguesia mercantil-bancária e da alta classe média e levar adiante a implementação de uma política de desenvolvimento capitalista industrial e dependente no Brasil. Constituiu-se uma estrutura sindical apoiada em três pilares: a carta sindical, a unicidade sindical e o imposto sindical, estrutura que, além do controle institucional, secretava uma forte ideologia estatista, a qual obscurecia o caráter de classe do Estado burguês, contribuindo para que este aparecesse como voltado para o bem comum, com destaque para os trabalhadores. Nesta perspectiva, o autor produziu diversos estudos sobre o sindicalismo de Estado, desde o período varguista, passando pela democracia populista de 1946-64, a ditadura militar e a transição para o atual período democrático liberal brasileiro. (BOITO, 1991; 2007; 2012).

Essa “ideologia estatista” que secreta o caráter de classe do Estado burguês é o ponto onde Boito e Weffort se aproximam em suas análises. Ao discutirem populismo, propuseram analogias²⁹ entre o fenômeno e a pequena burguesia baseada na relação que Marx estabelece entre o campesinato e o Estado francês, presente em *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*. Correlacionam o bonapartismo com o populismo, como fenômenos do mesmo gênero, ao observar similitudes no que se refere à expectativa de que o Estado os proveja e conceda representação.

Na questão sindical, Boito (1991) se distancia³⁰ de Weffort (1973)³¹ ao propor que a subordinação do sindicato oficial à cúpula do Estado está inscrita na

²⁹ Décio Saes (1986), entretanto, critica essa analogia, ao afirmar que ao examinar as relações políticas entre o campesinato e o Estado francês, Marx descobre nelas uma forma de culto ao Estado. Todavia, a análise, mais que uma tentativa de construção de uma teoria geral do Estado capitalista, constitui uma análise de conjuntura voltada para a discriminação das relações entre uma classe de transição e o Estado capitalista em um contexto específico, o de uma sociedade capitalista central do século XIX.

³⁰ Outras polêmicas se seguem. Weffort defende o princípio da unicidade sindical em “Sindicatos, uma questão de liberdade” (1980), e é confrontado por Boito e Saes em uma série de artigos do extinto jornal *Movimento*.

³¹ Origens do sindicalismo populista no Brasil (1973).

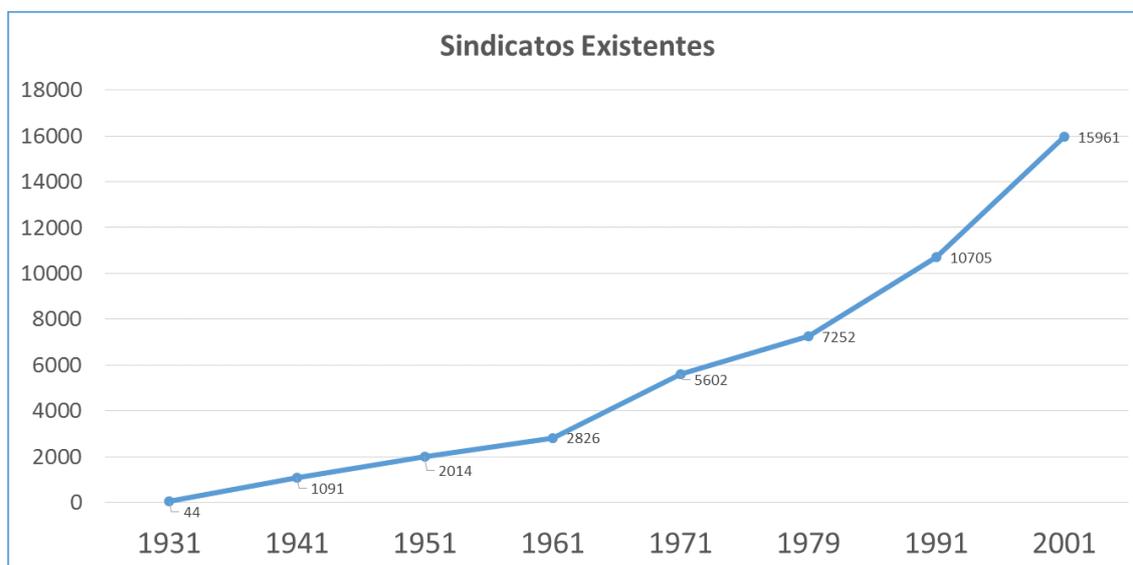
própria forma de organização desse aparelho sindical, ou seja, que o aparelho sindical é parte da estrutura do Estado.

Weffort se refere ao sindicalismo de Estado como um sindicalismo nacional-reformista específico do período entre os anos 1950 e 1964 e sua grande originalidade foi apontar a natureza pequeno-burguesa da ideologia populista ainda nos seus primeiros escritos. Mas se afasta dessas concepções quando, posteriormente, se coloca definitivamente no campo do liberalismo, encerrando assim sua contribuição para os estudos marxistas sobre o tema em questão.

Vários outros autores, entre os qual Paulo Agüena (2005), se alinham com posição amplamente difundida e discutida nas Ciências Sociais: com a revolução de 1930, a posse de Getúlio Vargas e o processo de industrialização no Brasil, uma legislação trabalhista que teve por objetivo disciplinar o trabalho ao capital foi gestada. Respondendo a demandas do operariado, o governo incorporou reivindicações à nascente legislação sindical, uma política vista como ‘conciliatória’. Apesar disso, defende o autor, houve ao mesmo tempo um movimento ideológico forte no sentido de dismantelar sindicatos livres e autônomos, subordinando centrais à estrutura do Estado burguês.

Os elementos que compõem essa estrutura “de Estado” estão invariavelmente presentes no sindicalismo brasileiro, podendo limitar a luta política sindical. Abaixo, um gráfico referente à quantidade de sindicatos existentes no Brasil, do ano de 1931 a 2001, mostra o crescimento exponencial dos sindicatos oficiais ao longo dos anos. É relevante pontuar que muitos têm pouca expressão, como os sindicatos conhecidos como “de cartório”, e uma parte considerável desse total são de sindicatos de empregadores. É possível que a partir de 2018, com o fim do imposto sindical obrigatório, muitos, principalmente os sindicatos menores, com baixa arrecadação e poucos associados, poderão se fundir ou simplesmente desaparecer por completo.

Gráfico 1 - Número de sindicatos existentes no Brasil de 1931 a 2001



Fonte: IBGE, 2007; Pesquisa Sindical 1987/2001, elaborado pela autora, 2018.

Em 1931, o Brasil registrou um número oficial de 44 sindicatos. Em 2001, último ano de registro da pesquisa pelo IBGE, havia no país 15.961 sindicatos. Dados do Ministério do Trabalho, referentes a 2017, contabilizam 16.720 sindicatos registrados no país. Entretanto, apesar da grande quantidade de sindicatos existe uma debilidade organizativa - consequência, em grande parte, da estrutura sindical de Estado. A figura abaixo apresenta um gráfico com o total de sindicatos oficiais registrados até novembro de 2017, data em que a reforma trabalhista aprovada no governo Temer entra em vigor. São 11.478 sindicatos de trabalhadores e 5.242 de empregadores.

Figura 2 - número de sindicatos com registro ativo no Brasil



Dados: Ministério do Trabalho e Emprego.

Mas o que significa exatamente essa estrutura de Estado? De acordo com a conceituação de Boito (1991, p. 25), trata-se de:

[...] um conjunto de relações – parte delas consagrada em lei – que envolvem burocratas do Estado, sindicalistas e trabalhadores, relações essas que se materializam em aparelhos, dotados de recursos humanos e materiais, como os sindicatos oficiais, as Federações e Confederações sindicais e a Justiça do Trabalho.

O Estado concede a representatividade e o poder de negociação ao sindicato oficial, através do seu reconhecimento como organismo que representa um determinado segmento de trabalhadores. Trata-se daquilo que Aziz Simão denominou investidura sindical. A investidura sindical, que se consuma na concessão, pelo Estado, da carta de reconhecimento ou carta sindical, é a característica fundamental, e por isso invariante, do sindicato de Estado.

Dois outros elementos, derivados, [...] são a unicidade sindical e as contribuições sindicais obrigatórias por força da lei. (BOITO, 1991, p. 27). A unicidade sindical é o sindicato único estabelecido em lei. E as contribuições sindicais obrigatórias são o chamado imposto sindical.

2.4. Reforma Sindical: mudanças e continuidade

Ressaltadas essas primeiras considerações teórico-metodológicas, é necessário trazer a discussão para um momento mais atual. As continuidades e mudanças na estrutura sindical têm sido estudadas mais recentemente, a partir da mesma perspectiva teórica, por Andréia Galvão. (2004; 2007; 2009).

Para a autora, o governo FHC, em seus dois mandatos (1995 a 1998 e 1999 a 2003), privilegiou a reforma trabalhista, deixando a reforma sindical em segundo plano. A única proposta efetivamente formulada, a PEC 623/1998, que desconstitucionalizava o princípio da unicidade sindical e possibilitava a extinção das contribuições compulsórias, foi arquivada por iniciativa do próprio governo, diante das reações contrárias por parte de sindicatos de trabalhadores e organizações patronais. (GALVÃO, 2007, p. 06).

Para Galvão, a PEC 623/98 atacava de frente os pilares do sindicalismo de Estado, mas para que a unicidade e o imposto sindicais fossem definitivamente banidos da legislação brasileira seria preciso suprimir, concomitantemente, a legislação ordinária, o que o governo FHC não se propôs a fazer. Conforme a

autora, para que não houvesse a menor sombra de dúvidas quanto à extinção da unicidade e do imposto, seria preciso elaborar um novo projeto de lei revogando o artigo 516 e o capítulo III da CLT, de modo que esses princípios não subsistissem na legislação ordinária. (GALVÃO, 2003, p. 283-284).

A vitória de Luís Inácio Lula da Silva nas eleições de 2002 conduziu à presidência não apenas o primeiro líder de origem popular na história do país, como também o primeiro oriundo do movimento sindical. O momento despertou muita esperança por um sindicato mais livre, e a reforma sindical voltou a ser uma pauta, dessa vez, com força total. Iniciaram-se discussões sobre a reforma por meio um órgão tripartite, o Fórum Nacional do Trabalho³². Criado no primeiro ano de governo Lula (2003) e coordenado pela Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, o fórum se constituía por representantes do Estado, trabalhadores e empresários divididos em oito grupos temáticos: organização sindical; negociação coletiva; sistema de composição de conflitos; legislação do trabalho; organização administrativa e judiciária do trabalho; normas administrativas sobre condições de trabalho; qualificação e certificação profissional; e micro e pequenas empresas, autogestão e informalidade.

As reformas sindical e trabalhista haviam sido propulsoras fundamentais da reconfiguração do movimento sindical sob o governo Lula. Por diferentes razões, diversas correntes sindicais se opuseram às propostas de extinção da unicidade sindical e de algumas contribuições sindicais obrigatórias, ainda que o projeto de reforma em discussão no *Fórum Nacional do Trabalho* (FNT) não assegurasse plenamente nenhuma dessas mudanças. (GALVÃO, 2009, p. 188).

Ou seja, apesar da atenção dada ao assunto, exaustivamente discutido, os pontos mais conflituosos da reforma proposta caminharam de forma lenta e pouco resolutiva. Foi gerado um Relatório Final sobre a questão, entregue ao então presidente no ano de 2004. O conteúdo do relatório foi aproveitado no ano seguinte (2005), quando o governo encaminhou ao Congresso uma proposta de emenda constitucional (PEC 369/2005) e apresentou um anteprojeto de lei, cuja tramitação estava condicionada à aprovação da PEC. (GALVÃO, 2007, p. 13).

Para Galvão (2007, p. 14) as propostas presentes na reforma não sinalizavam uma superação da estrutura sindical de Estado, porque não abririam

³² Foram criadas também a Comissão de Valorização do Salário Mínimo e o Fórum Nacional de Previdência Social, ambos importantes para o movimento sindical.

espaço nem para liberdade, nem para a autonomia dos sindicatos. A intervenção do Estado continuaria ocorrendo em diversos aspectos. Em primeiro lugar, por meio do estabelecimento de rígidos critérios de representatividade para que as entidades sindicais pudessem adquirir existência legal. Em segundo, por meio da atribuição de personalidade sindical aos que preenchessem os requisitos de representatividade. Por último, através da definição de um estatuto padrão para os sindicatos com direito de representação exclusiva.

De acordo com o texto do projeto apresentado pelo governo Lula, o Estado não exigiria autorização para fundação de entidade sindical, mas ressaltaria o registro ao órgão competente. Isso significou que, além de não permitir plena liberdade e autonomia sindical, a PEC também não rompia com outros limites impostos pela estrutura sindical de Estado, como, por exemplo, a unicidade sindical. A proposta sinalizava, mas, de fato, não acabava com o princípio da unicidade, na medida em que continuaria a conferir aos sindicatos que obtiveram registro antes da promulgação da lei o direito de manter a exclusividade de representação. O Estado, de fato, passaria a não exigir autorização para fundação de entidade sindical, porém continuaria com a exclusividade de outorga da personalidade sindical.

As discussões sobre a PEC 369 se acirraram na Câmara dos Deputados e as pressões vinham de todos os lados: do empresariado, das centrais sindicais, dos partidos políticos, dos trabalhadores. De acordo com Santos (2008, p. 107):

[...] era possível perceber três correntes que, de modo geral, solidificavam-se a ponto de merecerem citação: 1. 'Corrente governista formada por membros do PT e das centrais sindicais'; 2. 'Oposição dos trabalhadores' formada pela esquerda da Central Única dos Trabalhadores (CUT), alguns partidos políticos mais à esquerda como o PSTU, PCdoB, e PSOL e membros da estrutura sindical oficial contrários à reforma por temer que esta fosse implementada para diminuir o poder dos trabalhadores e deixá-los à mercê dos empregadores; 3. 'Oposição dos empregadores' formada por instâncias representativas dos empregadores, tendo na FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, a maior representante.

Em um determinado momento ficou claro para o governo que a PEC 369/05 não seria aprovada. A falta de consenso era muito forte, e o governo passava por um momento delicado por conta do escândalo de corrupção conhecido popularmente como mensalão³³. Seguiram-se inúmeras tentativas de readequá-la: duas Medidas Provisórias (MP)³⁴ 293 e 294, que, todavia, foram extintas por meio de

³³ Esquema de compra de votos de parlamentares da base aliada do governo federal, denunciado pelo então deputado federal e presidente do PTB Roberto Jefferson, no ano de 2005.

³⁴ Maio de 2006.

uma Ação Direta de Inconstitucionalidade e um Projeto de Lei (PL) 1990/07³⁵ relativo à regulamentação do funcionamento das centrais sindicais, aprovado na Câmara dos Deputados, porém barrado no Senado.

Ao contrário do que afirmavam representantes do governo, o documento final aprovado no FNT sempre esteve longe de representar qualquer consenso, mesmo no interior do próprio movimento sindical. As confederações, alijadas dos debates realizados no FNT e historicamente contrárias às mudanças na estrutura sindical, criaram um fórum paralelo, o Fórum Sindical do Trabalho, para expressar e articular sua resistência. A grande crítica endereçada pelas organizações de trabalhadores às discussões realizadas no âmbito do Fórum é que elas foram centralizadas pelas centrais, que não discutiram as propostas de reforma com as bases. (SANCHES, 2008, p. 55). O primeiro mandato de Lula foi marcado pelo aprofundamento da divisão do movimento sindical [...] e no segundo mandato, o cenário continua a se alterar. (GALVÃO, 2009, p. 197).

Em agosto de 2011, início do primeiro governo Dilma Rousseff, a PEC volta a tramitar na Câmara nas mãos do relator, então deputado federal, Moreira Mendes (PPS – RO). Em 2012 a matéria constava na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados, e naquele momento entidades sindicais pediam ajuda do então vice-presidente Michel Temer para barrá-la. Depois de alguns anos tramitando na CCJC e aguardando parecer, a PEC 369 encontrava-se totalmente defasada, ficando claro que, ao final, não houve avanços significativos em termos da reforma que ela inicialmente propunha e que poderia mexer com a estrutura sindical: o fim da unicidade e a extinção do imposto sindical obrigatório.

2.5 O Governo Temer e a aprovação da Reforma Trabalhista

A partir do ano de 2013, o Brasil mergulhou numa forte crise política, a maior vivenciada pelo ciclo de governos petistas (2003 - 2006; 2007 - 2010; 2011 - 2014; 2015 - 2016), impulsionada, em grande parte, pelas manifestações de junho daquele ano. De acordo com Martuscelli (2018, p. 04), entre 2005 (crise do mensalão) e 2013 (manifestações de junho), os governos Lula e Dilma realizaram

³⁵ Setembro de 2007.

uma série de reformas no capitalismo neoliberal. Entretanto, para o autor, foram reformas sem rupturas com este capitalismo neoliberal, que compreende três eixos principais: redução dos custos com a reprodução de força de trabalho, privatizações de serviços e empresas e abertura econômica (comercial e financeira).

Ambos os autores, Antunes (2015) e Martuscelli (2018) fazem uso do termo “social-liberalismo” para definir a política de governo do período petista. Abaixo, uma breve definição de social-liberalismo, utilizada por Martuscelli (2018, p. 02) em seus aspectos centrais:

a) a *luta anti-imperialista* é substituída por resistências pontuais e seletivas ao imperialismo. Não se fala mais, por exemplo, em suspensão da dívida externa, mas em cumprimento dos contratos e em pagamento da dívida externa como forma de garantir certa autonomia para execução da política governamental. Não se opera com a ideia de revolução nacional, nem tampouco, com a hipótese de uma política de substituição de importações, prioriza-se a ideia de integração ativa e soberana ao capitalismo mundial, sem questionamento do caráter dependente da economia brasileira, e se se aplica algum tipo de política protecionista, trata-se de iniciativas muito fragmentadas que condizem mais com a perspectiva de um protecionismo restrito e setorial; b) a *luta antimonopolista* é substituída por uma perspectiva de que o pequeno e médio capital devem ter presença ativa na economia desde que integrados à lógica de dominação dos grandes monopólios. Para garantir a governabilidade, é preciso garantir os interesses dos grandes monopólios e fortalecer as atividades econômicas voltadas a produção de mercadorias de baixo valor agregado, buscando, assim, ganhar mercados apenas nas zonas de menor tensão com o imperialismo. Na prática, isso significa afastar-se de qualquer linha política que vise produzir mudanças efetivas na situação de dependência econômica do país em relação aos países capitalistas centrais; c) a *luta antilatifundiária* é também descartada, pois a própria bandeira da reforma agrária cede lugar à integração subordinada da agricultura camponesa ao agronegócio, cuja resultante é a agricultura familiar.

Antunes defende que as políticas econômicas desses governos em pouco se diferenciaram dos anos FHC, “caracterizado mais pela *continuidade* ao neoliberalismo do que pela *ruptura*”. (ANTUNES, 2015, p. 10). Antunes (2015, p.18) fala na confluência de basicamente seis fatores determinantes para eclosão da crise do governo Dilma, que começou em 2013, se aprofundou depois da reeleição em 2014 e culminou no impeachment em 2016:

1) Ampliação da crise internacional e seus efeitos no Brasil; 2) vitória difícil nas eleições onde o candidato de centro-direita fortaleceu-se, ampliando seus votos até mesmo em bases tradicionais do PT; 3) ampliação da crise política decorrente das denúncias de corrupção envolvendo parte da cúpula política do PT, o que levou José Dirceu e João Vaccari ao cárcere em 2015; 4) descontrole político e desestabilização do arco de alianças que davam sustentação ao governo Dilma; 5) descontentamento, revolta e rebelião popular contra as medidas de ‘ajuste fiscal’ que penalizam os trabalhadores; 6) repercussões da crise política no PT e em sua relação por vezes tensa com o governo Dilma, além de

fissuras crescentes também nas relações entre Lula e Dilma. (ANTUNES, 2015, p. 18).

Martuscelli (2018, p. 3) assinala que houve descontinuidades entre os governos FHC e Lula/Dilma, mas que esses governos não desenvolveram lutas de caráter anti-imperialistas, antimonopolistas ou antilatifundiárias. “Executaram uma política social-liberal, que enquanto programa se situa entre o neoliberalismo ortodoxo e a social-democracia tradicional”.

Entretanto, apesar do seu governo enfrentar graves problemas no âmbito econômico, com arrocho salarial e alta da inflação, até as manifestações eclodirem em junho de 2013, a presidenta Dilma Rousseff contava com alta popularidade.

O que se chamou mais tarde de “jornadas de junho” começou como manifestação de alguns milhares de jovens contra o aumento das passagens de ônibus em diversas capitais brasileiras, com epicentro na cidade de São Paulo [...] no início, apenas a prefeitura e o governo estadual eram alvos. [...] Depois de algum tempo, começava a criação estética e moral do movimento antigoverno federal capitaneado pela grande imprensa. (SOUZA, 2016, p. 89,91).

“No dia 19 de junho, pela primeira vez o Jornal Nacional mostrou queda de popularidade da presidente Dilma: de 79% de contentamento com o governo em março de 2013 – sua maior aprovação histórica – para 71% em junho”. (SOUZA, 2016, p. 91). Apesar dessa queda inicial ter sido moderada, em meio as semanas seguintes de intensos protestos por todo o país, a queda se acentuou para 27 pontos percentuais em apenas três semanas. Os 57% da população que considerava o governo ótimo/bom em 6 e 7 de junho, de acordo com pesquisa do Instituto Data Folha, despencaram para 30% nos dias 26 e 27 de junho. Em contrapartida, os que consideravam o governo ruim/péssimo, sobem de 7% para 25%. Os dados, extraídos de pesquisa realizada pelo instituto Datafolha, que ouviu 4.717 pessoas em 196 municípios brasileiros em meio as primeiras semanas dos protestos de junho de 2013, também demonstravam que essa tendência se apresentava em todas as regiões do país.

Alguns estudiosos do tema analisam as Manifestações de Junho a partir de três fases. Jair Pinheiro (2017, 154, p. 155) as identifica como:

1ª. de destaque para a luta do Movimento Passe Livre, já que além da reivindicação contra o aumento do transporte, também se destacava a reivindicação da Tarifa Zero: ‘à qual suas lideranças atribuem o sentido de uma luta anticapitalista por retirar dos empresários do setor de transporte o poder de controle da mobilidade urbana’. 2ª. de mudança na abordagem da imprensa gerando maior adesão às manifestações. 3ª. de redirecionamento

político-ideológico, com repúdio aos partidos de esquerda e aumento das entrevistas com políticos opositores ao governo federal.

Para a socióloga e estudiosa das manifestações de junho Andressa Vieira (2016, p. 78) embora ganhe notoriedade o discurso de que as manifestações se formaram espontaneamente, observa-se que inicialmente foram organizadas por movimentos sociais consolidados, para somente nas últimas fases serem usurpadas por grupos conjunturais, que mudaram o caráter do processo.

É nessa última fase, de redirecionamento político-ideológico, que o governo Dilma Rousseff vai perdendo posição, e várias novas pautas são introduzidas por diferentes grupos e atores políticos e sociais, para além dos movimentos consolidados que puxaram as primeiras fases das manifestações, como o MPL, o MTST e o Movimento Periferia Viva. Para Antunes, todo o quadro de crise definido por ele e citado acima:

[...] fortaleceu a contraofensiva poderosa das direitas que conseguiram politizar o cenário aberto após as jornadas de junho de 2013, carregando parte significativa das camadas médias para suas propostas conservadoras que se resumem a praticamente uma única bandeira: lutar contra a corrupção do governo Dilma e contra o PT. (ANTUNES, 2015, p. 18).

Singer (2015), classifica como 3ª fase das Manifestações de Junho o “momento da fragmentação das manifestações em mobilizações parciais com objetivos específicos variados”, no qual entraram em pauta reivindicações de todos os espectros. Além das mais generalistas e apartidárias como as *Contra a Corrupção* e *Fora Todos Eles* (em alusão a saída de todos os partidos políticos do poder, ou simplesmente, “contra tudo que está aí”), viu-se também manifestações contra o gasto de dinheiro público para a realização de grandes eventos como a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e as Olimpíadas de 2016. E, ainda, contra programas específicos do Governo Federal, como o Mais Médicos, alvo de forte oposição da comunidade médica brasileira por trazer médicos cubanos para trabalhar em comunidades carentes do país. Pautas mais conservadoras entraram em jogo, como a redução da maioria penal e o repúdio a descriminalização do aborto.

O movimento que começou lutando contra o aumento da tarifa de passagem, e que tinha também em seu horizonte o passe livre, se transformou, se resignificou, e os grupos de interesse insatisfeitos com o resultado das eleições de 2014, que reelegeram a presidente Dilma Rousseff, se “apoderaram” das

manifestações. “A incorporação de novas bandeiras às manifestações foi fruto de uma estratégia da grande mídia, que a partir do momento em que observou o fortalecimento do movimento, utilizou todo o seu aparato de comunicação para influenciar no direcionamento que era conveniente dar às massas”. (ZOCCAL, 2017, p. 327). A partir daí seguiu-se uma série de eventos que ilustram tal guinada: apoio da grande mídia, que transmitia intensamente os protestos em clima amistoso, liberação de catracas para os manifestantes nos transportes públicos, repúdio às bandeiras de partidos políticos, principalmente de esquerda, e uma clara mudança de posição da força repressora do Estado, que passou a confraternizar com os manifestantes, ao invés de reprimi-los fortemente, como no início dos protestos.

A crise política se aprofunda e, apesar da reeleição, o governo Rousseff não consegue de fato “governar”. É importante, nesse momento, trazer explicações teóricas sobre o processo de crise política que se aprofunda para entendermos a correlação de forças que estavam em ‘conflito’ nesse momento no país. Martuscelli (2018, p. 12,13,16), utilizando aportes poulantzanianos, explica a crise política dos governos petistas a partir de três pontos:

a) a crise política se combina com uma crise econômica e uma retroalimenta a outra, tornando a dinâmica da conjuntura mais acelerada e o desfecho da crise algo imprevisível. b) a crise política também se relaciona com uma crise³⁶ ideológica³⁷; e c) a crise política apresenta-se como tal por se caracterizar como uma situação de condensação de contradições, na qual se observa a presença de uma força organizadora com capacidade de realizar mudanças nas relações de classe vigentes.

Para o autor, “antes mesmo de iniciar o segundo mandato, o governo Dilma vinha passando por dificuldades oriundas dos limites e contradições geradas pelos processos de reformas no capitalismo neoliberal. Tais contradições se apresentaram de maneira mais evidente nas manifestações de junho, na forte polarização e na pequena diferença de votos sobre o principal adversário nas eleições de 2014”³⁸. (2018, p. 12).

Singer (2015, p. 33) acredita que o impeachment é resultado de “um coquetel”: a mudança de fase da economia mundial, a orientação audaz, porém

³⁶ Singer (2015, p. 33) acredita que a fragilidade ideológica do projeto do lulismo veio à tona na “hora do aperto”.

³⁷ Segundo Poulantzas, a crise ideológica é sempre um elemento da crise política pois a ideologia desempenha um papel determinante na constituição das classes em forças sociais, na posição das classes no seio de uma dada conjuntura de sua luta, conjuntura que é o lugar próprio da crise política. (1975, p. 13).

³⁸ Dilma Rousseff (PT) com 51,64% e Aécio Neves (PSDB) com 48,36% das intenções de votos, resultado do 2º turno das eleições presidenciais em 2014.

pouco sustentável, adotada por Dilma Rousseff na economia e na política durante o primeiro mandato, a equivocada campanha de 2014, a atração do centro pós-materialista da classe média pela direita, o sucesso da Operação Mãos Limpas (à brasileira)³⁹ e a ascensão parlamentar de um peemedebista atípico⁴⁰. E conclui, em famoso artigo, que Dilma teria aberto excessivas frentes de luta simultâneas, “cutucando muitas onças com varas curtas demais”. O argumento explicativo “é que a quantidade de interesses empresariais contrariados. [...] acabaram (sic) por unificar o conjunto do capital contra a ‘nova matriz’⁴¹”. (SINGER, 2015, p. 67).

Em 31 de agosto de 2016, a presidente Dilma Rousseff é afastada definitivamente do cargo através de um processo de impeachment, no qual foi acusada de cometer crime de responsabilidade - as chamadas “pedaladas fiscais”. (Posteriormente, foi inocentada das acusações). Assume a presidência da República o então vice-presidente da coligação PT- PMDB, Michel Temer, com a missão de implementar uma política neoliberal ortodoxa e aprovar com urgência uma série de contrarreformas. Em 11 de julho de 2017, é aprovada a primeira delas, a Reforma Trabalhista, por meio do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 38/2017. No que se refere a legislação sindical, a reforma trabalhista atinge fortemente a forma de arrecadação de recursos pelos sindicatos, elemento extremamente relevante nessa pesquisa, pois o imposto sindical obrigatório é um dos pilares do sindicalismo de Estado.

De acordo com a redação final do relator, o deputado Rogério Marinho (PSDB/RN), o projeto de lei nº 6.787-B do ano de 2016 altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e nº 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de

³⁹ Singer refere-se a Operação Lava Jato, investigação deflagrada pela Polícia Federal em março de 2014, agravando a crise do governo petista com uma série de prisões e deleções que atingiram fortemente o partido.

⁴⁰ Singer refere-se a Eduardo Cunha, presidente da Câmara à época e um dos mais importantes articuladores do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

⁴¹ No artigo “Cutucando onças com varas curtas”, o autor utiliza o termo *ensaio desenvolvimentista* para caracterizar a política econômica posta em prática no primeiro governo Dilma, a que ele chama de “plano Dilma” e atribui como marca forte “o ativismo estatal na busca da reindustrialização”. Utiliza aportes teóricos do economista Ricardo Bielschowsky e define essa matriz econômica a partir de alguns elementos, como: a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro; b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas do mercado; por isso, é necessário que o Estado a planeje; c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e, d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente.

trabalho. A tabela “O antes e depois da reforma trabalhista”, anexada a esta dissertação, apresenta um quadro comparativo com algumas mudanças ocasionadas pela reforma em temas como férias, jornada de trabalho, terceirização e contribuição sindical, que são relevantes para a pesquisa.

Contado o prazo legal de vacância⁴² da lei – 120 dias após a sua publicação no Diário Oficial – a Reforma Trabalhista, Lei Nº 13.467 de 2017, passa a valer oficialmente a partir do dia 11 de novembro de 2017. Senadoras de oposição ao governo Temer, dentre elas Gleisi Hoffmann (PT-PR), Lídice da Mata (PSB-BA), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Fátima Bezerra (PT-RN) e Regina Sousa (PT-PI), condenaram fortemente a Reforma e ocuparam a mesa do Senado, protestando principalmente sobre a parte do texto que versa sobre as lactantes, que, a partir da adequação das novas regras, poderão trabalhar em local insalubre⁴³.

O Sinproesemma se posicionou oficialmente contra a Reforma Trabalhista e seguiu em campanha contra o governo Temer e o projeto de Reforma da Previdência. Participou de ato no prédio da Justiça Federal em São Luís no dia 26 de julho de 2017, junto a centrais sindicais, movimentos sociais e estudantes, como forma de protesto contra a retirada de direitos dos trabalhadores.

Para Raimundo Oliveira, presidente do sindicato para a gestão 2017 – 2021, a justiça deve se posicionar acerca da retirada de direitos. “Essa manifestação tem um sentido simbólico. A Justiça Federal tem que fazer seu papel e acabar com os ataques aos trabalhadores”, afirmou.

⁴² O período legal entre a data da publicação de uma lei e o início de sua vigência.

⁴³ O relator da reforma, deputado Rogério Marinho, alterou em 14 de novembro de 2017, o artigo que prevê que gestantes e lactantes poderão trabalhar em locais insalubres por Medida Provisória Nº 808/17. Entretanto, a MP recebeu 967 propostas de emendas e é alvo de disputa, provavelmente não será votada e perderá a validade.

Figura 3 - Ato organizado pelo Sinproesemma em protesto contra a Reforma Trabalhista.



Fonte: domínio público.

Entretanto, tendo o governo conseguido maioria no Congresso em favor da reforma⁴⁴, a mesma foi sancionada sem correções. Novas formas de contratação, flexibilização da jornada de trabalho, rebaixamento da remuneração, alteração das normas de saúde e segurança do trabalho, fragilização sindical e limitação do acesso à Justiça do Trabalho são os temas mais discutidos em um recente dossiê sobre a Reforma Trabalhista, elaborado pelo Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho ligado ao Instituto de Economia da UNICAMP. (CESIT, 2017).

Em relação à 'fragilização sindical', o dossiê destaca o aprofundamento da fragmentação das bases de representação sindical, a prevalência do negociado sobre o legislado, a possibilidade de negociação individual, a eliminação da cláusula mais favorável nos acordos, a representação dos trabalhadores no local de trabalho independentemente das entidades sindicais e a redução dos recursos financeiros dos sindicatos, em especial com a possibilidade⁴⁵ de revisão ou mesmo de exclusão do imposto sindical obrigatório. Esta última, com efeito, foi confirmada mediante a aprovação do texto completo da reforma, que tornou facultativo o recolhimento de

⁴⁴ 296 votos a favor e 177 contrários, com apenas uma sugestão de mudança no texto-base.

⁴⁵ O dossiê foi divulgado uma semana antes da aprovação da reforma, por isso fala ainda em 'possibilidade' de suspensão do imposto sindical.

imposto sindical, atingindo fortemente o financiamento futuro das entidades sindicais. O artigo 507-B⁴⁶ da Reforma é o que trata sobre o fim do imposto:

É facultado a empregados e empregadores, na vigência ou não do contrato de emprego, firmar o termo de quitação anual de obrigações trabalhistas, perante o sindicato dos empregados da categoria. (BRASIL, 2016).

Os sindicatos agora passaram a funcionar sob outra perspectiva e terão que se adaptar⁴⁷ para sobreviver à nova estrutura imposta.

⁴⁶ Artigo 507-B do Projeto de Lei Nº 6.787 de 2016 transformado em Lei Ordinária 13.467/2017.

⁴⁷ Para o início de 2018 alguns sindicatos decidem em assembleia pela contribuição sindical. Outros, em sua maioria sindicatos de empregadores, lançaram campanhas online de incentivo a contribuição.

3 O PROCESSO POLÍTICO MARANHENSE: da Oligarquia Sarney à Ascensão Do Pcdob

"Nesse sentido, econômico, eu sempre falava de um choque de capitalismo. Vamos trazer o capitalismo ao Maranhão⁴⁸".

O Maranhão é um estado-chave para se entender a política brasileira nos últimos 40 anos. Faz divisa com os estados do Pará, Piauí e Tocantins e nas últimas décadas tem figurado em pesquisas de Institutos oficiais como o IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e o IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada como detentor dos piores indicadores sociais do país em áreas como educação, saúde e segurança pública. Tal condição é consequência, em parte, de anos de descaso do poder público e falta de iniciativas concretas ou vontade política no que tange à realização de programas e parcerias no âmbito de políticas públicas e sociais.

De acordo com censo do IBGE de 2010, o estado possui uma população de 6.574.789 habitantes⁴⁹, distribuídos em uma área de 331.936,95 km², resultando em uma densidade demográfica equivalente a 19,81 hab./km². É considerado um estado de IDHM médio⁵⁰, com índice de 0,639. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal⁵¹ é uma medida composta por indicadores que contemplam três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. A desagregação por cor é extremamente marcante, o IDHM da população negra é de 0,620 (médio), enquanto o da população branca é de 0,706 (alto), contabilizando uma diferença de 0,086 pontos entre as duas populações, uma demonstração visível da desigualdade racial presente no estado⁵².

O IDHM em São Luís, capital e maior concentração populacional do estado (contabilizava um pouco mais de 1 milhão de habitantes em 2010), é de

⁴⁸ Trecho de entrevista com o governador Flávio Dino concedida ao portal UOL em 08 de outubro de 2014.

⁴⁹ A estimativa do IBGE é de que a população do estado esteja em 7.000.229 habitantes para o ano de 2017.

⁵⁰ É considerado médio IDHM entre 0,600 e 0,699.

⁵¹ O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em parceria com a Fundação João Pinheiro – FJP e IPEA lançou o Atlas do Desenvolvimento Humano, com vários indicadores, entre eles, o IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.

⁵² Informações presentes em Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013.

0,768⁵³ (249ª posição no ranking nacional). Bem menor que cidades como Curitiba, com IDHM de 0,823 (10ª posição), e São Paulo, com 0,805 (28ª). “Segundo o IPEA, que adota uma linha de extrema pobreza baseada em necessidades calóricas, o percentual de extremamente pobres do Maranhão era de 17,3% (1,2 milhões) em 2013, o maior entre os vinte e seis estados do país e Distrito Federal”⁵⁴. (BRASIL, 2015, p. 12). Essa linha de medição, considerada mais tradicional, é adotada também pelo Banco Mundial e pela Cepal – Nações Unidas e refere-se a uma abordagem definida a partir do acesso a quantidade mínima de calorias requeridas por habitante. Nas regiões mais pobres do estado, a renda da população é fortemente dependente de programas de transferência de renda do governo federal como o Bolsa Família⁵⁵.

Entretanto, classificar o Maranhão como estado pobre com base apenas no seu IDHM é pouco explicativo. Relatório elaborado pelo Itaú Unibanco em parceria com o IBGE, divulgado nos primeiros meses de 2018, levou em conta dados de produção agrícola, produção industrial, emprego formal, dados do Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – e do comércio para demonstrar que o crescimento do PIB do estado em 2017 foi o maior do país, impulsionado pela safra agrícola⁵⁶ e pela extração de minério. De acordo com o estudo, apesar de o estado responder por apenas 1,4% do PIB nacional, observou crescimento de 9,7%, muito acima da alta de 1% da economia nacional. Levando-se em conta essa complexidade conjuntural, relacionar a situação de “pobreza” do estado apenas ao indicador de desenvolvimento humano conduz a análises prematuras.

⁵³ IDHM referente ao ano de 2010. Ranking IDHM Municípios 2010 – Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013.

⁵⁴ Com informações contidas em Programa Plurianual 2016 – 2019, do governo do estado do Maranhão.

⁵⁵ O Programa Bolsa Família é fruto da unificação de quatro programas de renda mínima: Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Vale Gás e Cartão-Alimentação. São dois os tipos de benefícios do Bolsa Família: a) benefício básico destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de extrema pobreza; b) benefício variável destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza e extrema pobreza e que tenham em sua composição: gestantes, nutrizes, crianças entre zero e 12 anos de idade e adolescentes até 17 anos de idade. Os valores variam entre R\$ 85,00 para o benefício básico e R\$ 92,00 para o benefício variável, entretanto, sofrem reajuste a cada ano pelo governo federal. Foi destinado ao estado do Maranhão no ano de 2017 uma quantia de R\$ 2.412.820.783,00 (dois bilhões, quatrocentos e doze milhões, oitocentos e vinte mil, setecentos e oitenta e três reais), sendo o terceiro estado do país a receber a maior quantidade de recurso, atrás apenas de São Paulo e Bahia, ambos bem mais populosos.

⁵⁶ Impulso intermediado pelo governo Flávio Dino em forma de redução fiscal. A partir da assinatura do Decreto 33.110/2017, produtos agrícolas como soja, milho, milheto e sorgo, principais grãos produzidos no estado, receberam redução de 12% para 2% na alíquota de ICMS.

3.1 O passado pré-capitalista e a mudança no padrão de desenvolvimento

Fortemente marcado por relações pré-capitalistas e um fraco desenvolvimento de suas forças produtivas, o Maranhão começou a industrializar-se somente a partir dos anos 1970. “Desde o século XVII até meados de 1940, a ocupação/produção do espaço do estado do Maranhão, esteve vinculada à exportação/organização econômica relativa às culturas de algodão, da cana-de-açúcar e do babaçu”. (FERREIRA, 2017, p. 34). O Maranhão foi predominante rural, marcado por relações pré-capitalistas no campo, ou seja, “relações entre proprietários de terra e trabalhadores (meeiros, parceiros, colonos⁵⁷), que, tendo como objeto a cessão da posse da terra, se exprimem, para usar a expressão consagrada por Marx, como relações de dominação e dependência pessoal”. (SAES, 1998, p. 85).

Essa subordinação pessoal do produtor direto ao proprietário dos meios de produção é “regra geral para os trabalhadores do campo inseridos em relações de produção pré-capitalistas (meação⁵⁸, parceria e outras formas de prestação do sobretrabalho). É a sujeição a uma *relação de dependência pessoal* para com o proprietário da terra”. (SAES, 1998, p. 76).

De acordo com Balibar (1980, p. 432), “os critérios de identificação de um modo de produção só podem se fundamentar nas diferenças pertinentes que permitem a definição do conceito de cada modo de produção”. Balibar diz:

A estrutura econômica de um modo de produção é constituída por elementos invariantes que somente existem na sua combinação variável, quais sejam, 1) os trabalhadores (produtores diretos), ou seja, a força de trabalho; 2) os meios de produção (objeto de trabalho; meio de trabalho) e 3) os não trabalhadores, que se apropriam do sobretrabalho. (BALIBAR, 1980, p. 436).

O modo de produção pré-capitalista, a que nos referimos acima, caracteriza-se pelos seguintes elementos, segundo Boito (2001, p. 81):

a) o baixo nível de desenvolvimento e de socialização das forças produtivas; b) a subordinação pessoal do produtor direto ao proprietário dos meios de produção; e c) a proibição expressa de participação dos produtores diretos no aparelho de Estado, cujos cargos são monopolizados pelos indivíduos pertencentes à classe dominante.

⁵⁷ Saes (1985) argumenta que o *colonato* e a *moradia* não são formas de trabalho assalariado.

⁵⁸ Ação de dividir em duas partes. Contrato rural que determina a divisão do produto em duas metades, uma para o dono da terra e outra para aquele que cultiva.

O estado passa a inserir-se no modo de produção capitalista a partir do que se convencionou chamar, na literatura especializada sobre o tema, de “Grandes Projetos Industriais”. “O processo de industrialização do Maranhão iniciou-se na década de 1970, quando o estado incorporou à sua economia, predominantemente baseada na pecuária extensiva e na economia camponesa tradicional, os chamados ‘Grandes Projetos Industriais’”. (PEREIRA; CORONEL, 2013, p. 01).

A economia maranhense era composta, em sua fase de produção pré-capitalista, anterior aos anos 1970, por atividades primárias, agropecuária e uma indústria com baixíssima produtividade, ainda incipiente. Na fase pré-Carajás⁵⁹, surgiram pequenas empresas de baixa produtividade voltadas aos bens de consumo popular (empresas de bebidas e refrigerantes) e outras atividades do setor primário, sobressaindo-se a agricultura de subsistência, o extrativismo do babaçu e a pecuária extensiva. Quando passa à fase dos Grandes Projetos industriais, há uma nítida mudança, de um perfil agrário para um perfil industrial extrativo. Hoje, a economia maranhense está baseada no tripé soja (monocultura), minério de ferro e alumínio (indústria extrativa e de transformação), com grandes investimentos em siderurgia⁶⁰. O estado “integra-se ao cerrado brasileiro e, por vantagens climatológicas e de localização, consolida-se a última fronteira agrícola com destaque à produção em monoculturas, principalmente de soja”. (ARAÚJO, 2017, p. 07).

Como consequência dessa mudança do padrão de produção e desenvolvimento, houve uma mudança do perfil demográfico, um forte processo de urbanização marcado pela expulsão de pessoas do campo, ligadas a um processo de proletarianização (compra e venda da força de trabalho) com forte concentração de renda. O que impactou diretamente a composição do seu mercado de trabalho, assim como a divisão demográfica de sua população. Informações catalogadas pelo IMESC – Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos, demonstram a clara mudança do perfil populacional (IMESC, 2015, p. 9):

⁵⁹ Anterior ao Projeto Grande Carajás.

⁶⁰ A siderúrgica chinesa CBSteel fechou acordo com o governo do Maranhão e irá construir um Parque Industrial no município de Bacabeira, a 60 km de São Luís. O parque industrial terá capacidade inicial de produção de 8 milhões de toneladas de aço ao ano e poderá gerar até 10 mil postos de trabalho. As negociações entre o governo Flávio Dino e os chineses, começaram em 2015 e avançaram em 2018, com previsão de que a construção do parque, que inclui também a construção de um porto de uso privado (Terminal) em parceria com a empresa brasileira WRP Portos e Terminais e a chinesa China Communications Construction Company - CCCC, na Ponta da Madeira, inicie no segundo semestre de 2018. Com informações de agência de notícias do governo do Maranhão, disponível em: < <http://www.ma.gov.br/agenciadenoticias/>>.

Em 1970, a população rural do Maranhão representava 74,8% do total da população do estado. No Nordeste, o percentual era de 58,2% e no Brasil era de 44,1%. Em 1991, a população rural do Maranhão caiu para 60% e em 2010 ficou em 36,9% (um decréscimo médio de 1,8% ao ano de 1970 a 2010, enquanto, no mesmo período, o decréscimo médio do Nordeste foi de 2,9% e o do Brasil de 2,6%). Mas, quando se analisa pelo viés da urbanização, de 1970 a 2010, o Maranhão apresentou o maior crescimento médio da população urbana (2,3%), quando comparado ao Nordeste (1,4%) e ao Brasil (1,0%).

Gráfico 2 – População total (pessoas), por situação do domínio (percentual) e crescimento médio anual do Brasil, Nordeste e Maranhão – anos 1970, 1980, 1991, 2000, 2010

Localidade	Situação do Domicílio	Anos					Cresc. a.a. (%)
		1970	1980	1991	2000	2010	
Brasil	Total (pessoas)	83.134.846	119.011.052	146.825.475	189.872.856	190.755.799	1,8
	Urbana (%)	55,9	67,6	75,6	81,2	84,4	2,9
	Rural (%)	44,1	32,4	24,4	18,8	15,6	-0,8
Nordeste	Total (pessoas)	28.111.551	34.815.439	42.497.540	47.782.487	53.081.950	1,6
	Urbana (%)	41,8	50,5	60,7	68,0	73,1	3,0
	Rural (%)	58,2	49,5	39,3	31,0	26,9	-0,3
Maranhão	Total (pessoas)	2.992.678	3.996.444	4.930.253	5.657.552	6.574.789	2,0
	Urbana (%)	25,2	31,4	40,0	59,4	63,1	4,4
	Rural (%)	74,8	68,6	60,0	40,6	36,9	0,2

Fonte: IBGE, IMESC

Fonte: IMESC, dados IBGE.

Esse aumento vertiginoso para a área urbana no intervalo de algumas décadas, de 25,2% em 1970 para 63% em 2010, mudou também a estruturação do mercado de trabalho, como citado acima. Em 2010, a população maranhense dividia-se em 8,6% (352.619) da população economicamente ativa desocupada, 58,8% (2.421.375) da população economicamente ativa ocupada e 32,7% (1.345.391) da população economicamente inativa, com os 58,8% concentrados⁶¹: 36,07% no setor de serviços, 30,45% no setor agropecuário, 14,91% no comércio, 8,34% no setor de construção, 4,96% na indústria de transformação, 0,69% nos setores de utilidade pública e 0,46% na indústria extrativa. “Em 2000, as atividades relacionadas à agricultura e pesca ocupavam 853 mil maranhenses e em 2010 recuaram para 751,6 mil”. (HOLANDA, 2015, p. 6). Para efeito comparativo, dados

⁶¹ Dados IBGE 2010.

do MTE de 2002 indicavam, 24,9% no setor de serviços, 44,7% no comércio, 4,6% no setor de construção civil, 6,5% na indústria de transformação e 0,2% na indústria extrativa.

Apesar de os setores agropecuário e industrial ainda terem uma grande fatia do mercado de trabalho – respectivamente 30,45% e 4,96% (em 2010) –, foram os setores de serviços e comércio que impulsionaram a economia maranhense nos anos 2011-2013, período de crise e recessão econômica no Brasil, consequência de maior concentração populacional nas áreas urbanas. De acordo com o presidente do IMESC, “o setor de serviços tende a ser mais desenvolvido quanto maior for a concentração da população em áreas urbanas”. (HOLANDA, 2015, p.12).

Esses setores se mantiveram estáveis e gerando empregos, enquanto o setor de construção civil e indústria de transformação encolheram. O ano de 2012 é considerado o ano mais crítico para a construção civil, com o fechamento de 4,2 mil postos de trabalhos formais no Maranhão.

Entretanto, os setores de serviço são marcados pela informalidade, de acordo com informações contidas no PPA⁶²: em menos de uma década, o contingente de trabalhadores maranhenses com vínculo formal (celetista ou estatutário) quase dobrou de tamanho. Em 2004, era 370 mil o número de maranhenses ocupados atendidos pelo conjunto das leis trabalhistas, o que correspondia aproximadamente a 13,3% do total de ocupados no estado (PNAD, 2004). Em 2013, esse número saltou para 721 mil, mas ainda correspondia somente a 23,7% do total de ocupados (PNAD, 2013)⁶³. Segundo o IBGE, o trabalho formal se distribui de forma desigual pelo território brasileiro e a informalidade no trabalho é um importante marcador histórico de desigualdade. O Pará, na região Norte, e o Maranhão, foram as Unidades da Federação que apresentaram as menores proporções de trabalhadores em empregos formais – respectivamente, 36,2% e 32,8%. (IBGE, 2017).

As oligarquias políticas, que tradicionalmente exerceram o comando político do estado, são elemento marcante das desigualdades e do padrão de desenvolvimento maranhense, tanto por sua posição de mediação como por suas escolhas políticas e econômicas. Para Silva (2005, p.03) “as razões históricas que

⁶² Programa Plurianual 2016-2019.

⁶³ Programa Plurianual 2016-2019, subitem Mercado de Trabalho, página 7.

explicam a inserção do Maranhão na economia capitalista brasileira de forma dependente apontam para duas direções. De um lado, encontram-se as opções econômicas adotadas pelas oligarquias regionais baseadas na agro exportação e no extrativismo e, de outro lado, a forma como foram estruturadas as trocas entre as regiões brasileiras, principalmente entre o Nordeste e o Sudeste”.

3.2 Oligarquia: aportes Teóricos

Compreender os processos sociais em sua totalidade exige rigor metodológico. Analisar uma formação social depreende pensá-la não só por seus índices socioeconômicos, mas a partir de todos os níveis que a compõem, sejam eles econômico, jurídico-político ou ideológico. Aqui, a ênfase é no processo político e suas especificidades, que no caso maranhense, nos remete a duas oligarquias, conhecidas na literatura sobre o tema como *vitorinismo* e *sarneyismo*. Para Caldeiras (1978) a formação social maranhense denota elementos que “a configuram como uma formação profundamente marcada pela ação de longos mandonismos políticos⁶⁴”. Aqui se dará ênfase apenas ao *sarneyismo*⁶⁵.

O termo oligarquia tem, etimologicamente, origem grega e no sentido “tradicional” do termo, ou seja, na linguagem política grega clássica, de Aristóteles e Platão, significa “governo de poucos”. A partir desse sentido tradicional, “oligarquia” passou a ser associada a um juízo de valor negativo.

Diz Platão: — ‘Que sistema político... entendes por Oligarquia? — A constituição baseada no patrimônio... onde os ricos governam, enquanto o pobre não pode partilhar do poder’ (República, 550 c). Diz, de igual modo, Aristóteles: ‘... poder-se-á dizer que existe democracia quando governam os livres; com maior razão ter-se-á uma Oligarquia quando governam os ricos, sendo geralmente muitos os livres e poucos os ricos’. (BOBBIO, 1998, p. 835).

Governo de poucos, governo de ricos, este significado negativo/valorativo perdurou em toda a tradição do pensamento político posterior. Para COUTO (2012), o próprio termo oligarquia perdeu boa parte de sua utilidade analítica na Ciência Política em virtude de seu uso pouco rigoroso.

⁶⁴ Segundo LEAL (1975), o mandonismo configura-se como uma característica secundária do coronelismo. Já para Maria Isaura Queiroz, o coronelismo é a forma assumida do mandonismo local a partir de um espaço-tempo específico, a partir da proclamação da República (QUEIROZ, 2006).

⁶⁵ Para mais informações sobre *vitorinismo* consultar: BUZAR, Benedito. O vitorinismo: lutas políticas no Maranhão de 1945 a 1965. São Luís, 1998, 527p.

Já na teoria política moderna, com a teoria das elites, tem-se a importante contribuição de Michels. Para COUTO (2012, p. 47), “talvez a contribuição teórica de maior alcance do clássico trabalho de Robert Michels, *Sociologia dos partidos políticos*, tenha sido a de ter-nos legado um conceito descritivo de oligarquia, aplicável não somente aos partidos, mas as diversas formas organizacionais nas quais relações de poder se estabelecem”.

No Brasil, um novo debate teórico sobre o sistema político nacional foi inaugurado a partir do estudo clássico de Victor Nunes Leal, *Coronelismo, Enxada e Voto*, de 1948, que rompeu com o caráter mais costumeiramente ensaístico predominante no debate até ali. A obra, ao tratar o “coronelismo” como um sistema que se traduzia uma hegemonia econômica, social e política, configurou-se em “uma análise profunda de realidades que aprofundaram suas raízes na organização agrária como produto espontâneo do latifúndio”⁶⁶.

LEAL (1975, p. 23) concebe o “coronelismo”:

[...] como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa.

Nas palavras de REIS:

Na elaboração proposta em *Coronelismo, Enxada e Voto*, o sistema é representado como uma cadeia de compromissos entre os poderes público e privado. O fato do “coronelismo” emergir quando o poder independente dos chefes locais já declinava ante a expansão do poder público e precisava pactuar para sobreviver, na conhecida fórmula de Nunes Leal, poder ser significativo para a compreensão da política oligárquica. (REIS, 2013, p. 21).

A partir dessas indicações teóricas, pontua-se que aqui o termo oligarquia será utilizado para designar uma categoria de políticos que exerceram funções de mediações entre o estado (Maranhão) e o governo federal e de organização da disputa política no âmbito regional, a partir de um domínio familiar e sucessório. Uma outra característica é que as relações entre o governo e a sociedade civil, nessa oligarquia, são de decisões em circuito fechado, com escassa participação democrática e sem espaço para a crítica de seus atos, pois o grupo político detém o oligopólio da mídia⁶⁷.

⁶⁶ SOBRINHO, Barbosa Lima. Prefácio à segunda edição, *Coronelismo, enxada e voto*.

⁶⁷ Com aportes teóricos de REIS, 2007 e REIS, 2017.

3.2.1 Oligarquia: o caso do grupo Sarney

O político maranhense José Ribamar Ferreira de Araújo Costa, adotou legalmente o nome que ficou conhecido nacionalmente, José Sarney Costa, em 1965. Nome próprio do seu pai, Sarney de Araújo Costa, que já utilizava para fins eleitorais desde 1958, por ser conhecido informalmente como Zé “do Sarney”. (DICIONÁRIO..., 2009). Esteve à frente da oligarquia denominada *sarneyismo* e suas ramificações nas últimas cinco décadas, considerada uma das mais longevas do Brasil. Sua trajetória política extensa e diversificada e sua grande influência como um dos velhos caciques da política brasileira soa indigesta, duradoura e está invariavelmente ligada às mazelas que assolam o Maranhão.

Sarney é um dos políticos com a mais longa carreira no plano nacional. Iniciou-se na política combatendo ele mesmo uma outra oligarquia, o *vitorinismo*, que deteve o poder no Maranhão entre os anos 1940 e 1960 e tinha como figura central o político Victorino Freire. (BUZAR, 1998). Fez parte e foi líder de vários partidos políticos ao longo dos anos, dentre eles o PSD, no qual iniciou sua carreira como suplente de deputado federal em 1955. Logo mudou-se para a UDN⁶⁸, onde permaneceu até o período do golpe militar e a vigência do bipartidarismo, quando optou pela ARENA, de apoio a ditadura militar. Presidiu ainda o PDS e, por fim, entrou no PMDB. “As temporalidades da política no Maranhão estão intrinsecamente ligadas ao grupo Sarney e seu projeto de dominação na política regional e local, vinculado ao discurso de modernização econômica desde 1965⁶⁹”. (BARBOSA, 2003, p. 1).

Para Barbosa (2003, p. 3) “José Sarney revelou grande competência para tirar proveito das diversas conjunturas, seja nos momentos em que prevaleceram os ciclos da ditadura militar, seja nos de adaptação às exigências de um regime liberal-democrático”. O grupo Sarney estabeleceu um domínio que se estende muito além das eleições – está no jurídico, na mídia, no setor privado, no nome da sua família batizando ruas, avenidas, hospitais, escolas e municípios em todo o Maranhão.

⁶⁸ A UDN no Maranhão era, no momento da derrocada do *regime vitorinista* e início da carreira política de Sarney, parte integrante das “Oposições Coligadas”. Uma oposição heterogênea formada pelos partidos PSP, PR, PDC, PTN, PRP, pela esquerda, por setores nacionalistas e com forte apoio dos movimentos sociais.

⁶⁹ Ano em que José Sarney foi eleito governador do Maranhão.

Nas palavras de COSTA (1997), a descrição do desenrolar do que seria o nascimento da oligarquia Sarney:

O evento significativo e que produziu forte impacto na política maranhense, redirecionando-a, foi o golpe militar de 1964, que derrubou o governo João Goulart e estabeleceu 21 longos anos de ditadura no país. (...) A ascensão dos militares ao poder foi fundamental para a ascensão na política maranhense da liderança de José Sarney. O movimento militar de 1964 produziu efeitos em três direções. De imediato, foi desencadeada uma forte onda repressiva que atingiu, no Maranhão, os setores nacionalistas e de esquerda, capitaneados por Neiva Moreira e Maria Aragão. Assim, José Sarney, com uma postura mais moderada, se consolidou como uma das principais lideranças da oposição, tornando-se o seu candidato a governador nas eleições de 1965, com a proposta de um 'Maranhão Novo'. (COSTA,1997, p. 05).

Em 2018, José Sarney, com mais de 60 anos de vida política, atuou sob quatro Constituições (1946, 1967, 1969 e 1988), quatro governos sob a Constituição de 1946, seis nos governos militares e, depois de seu mandato presidencial, cinco sob a Constituição de 1988 (considerada um legado do seu mandato como presidente). Como parlamentar, integrou 13 legislaturas, sendo quatro como deputado federal e seis como senador, dos estados do Maranhão e Amapá, além de ter sido governador do Maranhão e presidente da República. Tornou-se presidente por conta da morte, no dia da posse, do então presidente Tancredo Neves. De acordo com Barbosa (2003, p. 05):

A Aliança Democrática (PFL/PMDB), articulação conduzida pelas forças liberais burguesas levou à vitória da chapa Tancredo-Sarney, no Colégio Eleitoral, por uma ampla maioria de parlamentares. Em 21 de abril de 1985, gravemente doente, Tancredo morreu no Instituto do Coração e José Sarney assumiu a Presidência da República. Na busca da chamada governabilidade José Sarney lançou o Plano Cruzado, que embora não implementasse uma política contrária ao grande capital e ao imperialismo, angariou, por um curto período, popularidade suficiente para eleger um esmagador número de governadores e parlamentares ligados ao governo.

Para alguns autores, como Barbosa (2006) e Costa (1997), a especificidade do processo político maranhense decorre da ideia de uma “oligarquia modernizante”. Ou seja, é, segundo Costa, “uma oligarquia que de certa forma combate e relativiza as posições simplistas que identificam a oligarquia como o “atraso” do Maranhão” (1999, p. 03). Em relação à utilização do conceito de poder na citação de Costa (1997), é importante grifar que na perspectiva da presente pesquisa, “poder” é pensado a partir da problemática clássica do marxismo: relacionado às classes sociais (isto é, à divisão social do trabalho e as relações sociais de exploração) e às lutas de classes. O Estado não tem, por definição, poder

político próprio; o poder é sempre um poder de classe, não redutível ao Estado, aos seus aparelhos e aos seus “discursos”, mas constituído por ele e concentrado nele – lugar principal do exercício do poder político. (POULANTZAS, 1978).

A perseguição aos adversários, a concessão de favores aos amigos e familiares, colocando-os em empregos públicos com privilégios especiais, o falseamento do voto, assim como o voto de clientela, não são práticas exclusivas do Maranhão. O voto de clientela, bastante presente na região, define-se como uma relação de barganha em torno de vantagens materiais entre o eleitor e o agente político. (Farias, 1999:18). Uma das condições “estruturais” apontadas por diversos autores para a reprodução do clientelismo eleitoral seriam as condições de pobreza das classes trabalhadoras. Entretanto, segundo Farias (1999:20):

O problema em considerar a pobreza como fundamento explicativo do clientelismo está em que, nesse procedimento, abstrai-se o tipo das relações sociais sob as quais se reproduz a situação de miséria. Uma explicação mais consistente do voto de barganha decorre da consideração da estrutura social capitalista. [...] Os fundamentos do clientelismo não devem ser buscados numa abstrata situação de carência das classes populares, mas na estrutura social particular que produz uma pobreza específica.

Entender essa estrutura social particular é compreender como as relações sociais maranhenses de tipo predominantemente pré-capitalistas se inseriram na formação social brasileira. Para Costa (1997, p. 03) “a ascensão e consolidação de uma nova oligarquia no poder político estadual (no caso, o grupo Sarney – grifo meu) foi simultânea ao processo de expansão do capitalismo monopolista para o Maranhão e a Amazônia”.

Como exemplos mais clássicos dessa expansão podemos falar em três projetos: a SUDAM, o Projeto Carajás e a empresa ALUMAR. A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia foi criada em 1966, no governo do marechal Castelo Branco, logo após o golpe militar, em substituição a outros órgãos de mesma finalidade, para promover o desenvolvimento da região definida como Amazônia Legal – na qual se incluía, além de outros estados, o Maranhão. Na esteira desse mesmo processo de expansão capitalista, no início dos anos 1970, é criado o Programa Grande Carajás, projeto de exploração mineral das áreas dos estados do Pará e Maranhão. Já nos anos 1980, tem-se a criação da ALUMAR⁷⁰,

⁷⁰ A empresa teve suas atividades encerradas em São Luís no ano de 2015.

um consórcio de mineradoras transnacionais instalada na ilha de São Luís para fabricação de metais como alumina e alumínio.

Tais projetos têm um denominador comum: foram implementados para servirem exclusivamente aos interesses de empresas estrangeiras e contribuindo em nada ou quase nada para o desenvolvimento local. A partir da geração de incentivos fiscais (redução do IRPJ), a SUDAM atuou para atrair preferencialmente investidores internacionais. A United States Steel Corporation⁷¹, empresa norte-americana, detinha o monopólio da extração de minério de ferro em Carajás, sendo a Companhia Vale do Rio Doce obrigada a pagar uma indenização de 50 milhões de dólares à empresa quando da criação do Projeto Ferro Carajás⁷². A ALUMAR, por sua vez, já nasce como um consórcio de empresas internacionais, dentre elas a ALCOA, empresa norte-americana fundada em Pittsburgh, Pennsylvania. Empresas como a BHP Billiton Metais S.A. (anglo-australiana), a Alcan (canadense), dentre outras, formaram a Alcoa do Brasil S.A.

Esses projetos não trouxeram crescimento econômico para a região, que, apesar de muito rica em termos culturais, agrícolas e hidrográficos, continuou a amargar os piores índices sociais do país; tampouco trouxeram distribuição de renda ou melhorias de qualquer tipo para a população. Alicerçados em um modelo de desenvolvimento predatório e extrativista, tais empreendimentos se inseriram em uma lógica de expansão neocolonialista, mediada pela oligarquia Sarney. Trata-se de um caso típico do velho padrão de dependência, marcado pela exportação de produtos primários e/ou semiindustrializados. “Os Grandes Projetos Industriais são elemento-chave na hegemonia do capital monopolista, atendendo nacionalmente às exigências geradas pelo desenvolvimento das forças produtivas que também provocam o processo de deslocalização⁷³ da produção via empresa multinacional”. (TSUJI, 1986, p. 07).

Os estudos desenvolvidos pelo professor Antônio Carlos Leal, da Universidade Federal do Maranhão, acerca dos impactos socioambientais do complexo industrial de São Luís, demonstram que, trinta anos após as instalações das primeiras indústrias na região oeste da ilha, a renda domiciliar – definida como a

⁷¹ A empresa, através de sua subsidiária brasileira, a Companhia Meridional de Mineração, tornou-se proprietária de parte importante da Província Mineral de Carajás, através de manipulações feitas com relação ao Código Mineral Brasileiro. (Tsuji, 1986:10)

⁷² O projeto teve início em junho de 1978.

⁷³ Deslocalização industrial é um processo pelo qual se desloca a produção de uma região para outra, com o objetivo de reduzir custos operacionais. Processo também conhecido pelo termo “offshoring”.

soma das rendas de todos os residentes no domicílio no distrito industrial – era menor ou igual ao salário mínimo brasileiro em 78% dos lares, até duas vezes o salário em 19% e até três vezes o salário em apenas 1% das residências. (Leal, 2017; CASTRO et al., 2017, tradução nossa). Para Barbosa (2002, p. 109):

[...] mesmo sem a pretensão de esgotar a complexidade do processo que envolve o Programa Grande Carajás, é possível caracterizar as mudanças econômicas, sociais e políticas, desencadeadas por uma industrialização desenvolvida às custas da espoliação das classes trabalhadoras. Da exploração intensiva de recursos naturais, sustentada por uma política governamental socialmente preservadora, à expropriação e desorganização do espaço da pequena produção maranhense, aceleraram-se, também, os processos migratórios campo-cidade.

Trata-se, portanto, segundo a autora, de entender Carajás (e todo o complexo industrial que envolveu esses grandes projetos – grifo meu) como uma estratégia que se insere no próprio movimento de expansão do capitalismo em sua fase de transnacionalização. Nesse processo, “a população foi vista como um entrave que deveria ser removido para permitir a modernização industrial”. (Barbosa, 2002, p. 122). Essa modernização conservadora empreendida pela oligarquia Sarney, “esteve inteiramente subordinada a uma política econômica voltada a assegurar os privilégios do capital monopolista” (Barbosa, 2002, p.172), excluindo, nesse processo, políticas voltadas a proteção do meio ambiente, distribuição de renda, inclusão social e garantia de direitos sociais.

3.3 O declínio do Grupo Sarney ou apenas o “fim de um ciclo”

A ascensão de José Sarney como um dos grandes líderes do PMDB, partido no qual ingressou em 1984, foi coroada com a sua eleição para a presidência do Senado no ano de 2003. Vencedor, com maioria absoluta, em seu segundo mandato, mostrou-se essencial numa época em que a aliança PMDB-PT ainda não estava oficialmente estruturada, servindo como sustentáculo e grande aliado do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Manteve-se nesta por mais dois mandatos, sendo peça-chave na chamada *governabilidade* dos governos petistas.

Apesar da influência no âmbito federal, no plano regional (Maranhão), a oligarquia vivenciou, a partir dos anos 1990, uma crise de legitimidade política – relacionada, segundo Costa (1997), “ao aumento da competitividade eleitoral, evidenciada pelo fortalecimento da oposição e pelo processo de organização e luta

dos movimentos sociais”. Outro motivo ainda a ser considerado é o desgaste da figura de José Sarney após o fim do seu mandato como presidente, período em que mudou seu domicílio eleitoral para o estado do Amapá.

Em 1990, o sistema eleitoral foi caracterizado por algumas mudanças ditadas pela Constituição de 1988: a introdução do 2º turno nas eleições para governador e a maior permissividade legal para a formação de partidos, o que torna uma tarefa quase impossível rastrear “quem é quem” na imensa profusão de siglas e coligações partidárias. Mas a principal característica das eleições de 1990 foi o aumento da competitividade eleitoral dos diferentes grupos de oposição, implicando uma verdadeira mudança qualitativa do processo eleitoral estadual. O acirramento da competição política impôs à oligarquia dominante dificuldades crescentes, na medida em que um elemento básico dos sistemas democráticos, a incerteza, surgiu no cenário político maranhense, indicando a possibilidade de alternância no poder regional. Como resultado dessa nova conjuntura, desde então o comportamento político da oligarquia Sarney tem se pautado por um conjunto de ações em vários campos, visando minimizar a incerteza eleitoral e (re)construir suas bases de legitimidade política. (COSTA, 1997, p. 17).

Segundo o autor, “um dos desdobramentos dessa “crise de legitimidade” foi a vitória nas eleições para o governo do estado em 1990, em 1º turno, da “oposição oligárquica” liderada por João Castelo, dissidente do grupo Sarney, que fizera parte da coligação Maranhão Livre. (COSTA, 1997, grifo meu). A estratégia adotada parece ter sido a formação de uma ampla coligação interpartidária, atraindo diversos grupos e partidos descontentes com a hegemonia do grupo Sarney”. (COSTA, 1997, p. 17,18). João Castelo perdeu a eleição, em um segundo turno acirrado, para o candidato da oligarquia, Edison Lobão; porém, a estratégia de formar uma frente ampla de coalização para derrotar o grupo vai ganhando força nas eleições seguintes. Nessa eleição, uma oposição mais à esquerda, cristalizada na candidata do PDT Conceição Andrade, também se fortaleceu. A coalização Frente de Oposição Popular, formada por PDT, PT, PSB, PCdoB e PCB, recebeu 15% dos votos e consolidou na capital a força do “grupo do PDT”, liderada por Jackson Lago. Dois anos depois, nas eleições municipais de 1992, Conceição Andrade foi eleita prefeita de São Luís.

Em 1994, entretanto, a oligarquia ganhou novo fôlego com a eleição de Roseana Sarney para o governo do estado. Herdeira legítima do principal líder político do estado, a filha primogênita de José Sarney recebeu então a alcunha de “Princesa do Maranhão”. Repetiram-se elementos da eleição de 1990, novamente

disputada com candidatos da oposição oligárquica⁷⁴ e da oposição pedetista. Epitácio Cafeteira, da coligação Unidos Pelo Maranhão (PPR, PSDB, PSB) e Jackson Lago, da Frente Ética (PDT, PT, PMN, PPS, PV), ficaram em segundo e terceiro lugar, respectivamente. Em um segundo turno acirradíssimo, Roseana Sarney quase perdeu as eleições.

Durante a campanha eleitoral que se seguiu, Roseana contou com a participação mais intensa de seu pai e obteve o apoio de 128 prefeitos maranhenses, enquanto Cafeteira, baseando sua campanha em ataques ao domínio de José Sarney na política estadual e com recursos financeiros muito inferiores, somou o apoio de apenas seis prefeitos. No dia 15 de novembro, num pleito agitado, cuja segurança foi garantida por tropas federais, e após uma disputa acirrada, Roseana elegeu-se governadora com 753.901 votos (50,6%), contra 735.841 (49,4%) de Cafeteira. Dessa forma, tornou-se a primeira mulher no país a ocupar a chefia do Poder Executivo estadual". (DICIONÁRIO..., 2009).

Nas eleições em 1998, repetiu-se o embate Roseana Sarney e Epitácio Cafeteira; entretanto, Roseana, que conseguiu aglutinar durante o seu primeiro mandato parte da oposição em uma coligação chamada "O Maranhão segue em frente" (PFL, PMDB, PCdoB, PSD, PL, PTB, PSC, PSL, PRP, PST, PRTB, PRONA, PSDC), venceu em primeiro turno com 66,1% dos votos válidos. O candidato Epitácio Cafeteira, coligado com o PDT e tendo como vice a médica Clay Lago, esposa de Jackson Lago, amargou nova derrota. Em 2002, a oligarquia emplacou José Reinaldo Tavares, vice-governador de Roseana Sarney em seus dois mandatos como governadora, conseguindo ainda as duas vagas ao senado, com Roseana Sarney e Edison Lobão, ambos do antigo PFL. A Frente Trabalhista⁷⁵, comandada por Jackson Lago, não conseguiu porcentagem suficiente de votos para um segundo turno.

De acordo com COSTA (1997, p. 24), "o principal eixo de polarização do processo político-eleitoral estadual [Maranhense] é o conflito intraoligárquico". Nos

⁷⁴ A oposição oligárquica surgiu de um rompimento dentro do grupo Sarney nos anos 70. Os nomes mais fortes dessa oposição foram João Castelo governador do Maranhão de 1979-1982 e Epitácio Cafeteira, governador do Maranhão de 1987-1990, antes do rompimento com a oligarquia. Os políticos, hoje já falecidos, oscilaram em suas relações com o grupo, ora como aliados, ora como adversários. A oposição definida aqui como "oposição pedetista" foi a formada pelo médico e fundador do PDT no Maranhão, Jackson Kepler Lago (também já falecido), prefeito de São Luís por três gestões. A partir do final dos anos 80, o PDT sempre venceu as eleições municipais na capital, rendendo a cidade o apelido de "Ilha Rebelde", pelas derrotas consecutivas do grupo Sarney nos pleitos.

⁷⁵ Vale destacar que a coligação Frente Trabalhista de 2002, contava com o PDT e o PCdoB, o PT, entretanto, lançou candidatura própria com Raimundo Monteiro, ex-presidente do INCRA e ex-presidente do PT maranhense, em uma coligação chamada Maranhão presente, Lula presidente, que contava com a participação apenas do PCB.

anos 1990, os maiores expoentes foram João Castelo e Eptácio Cafeteira; nos anos 2000, tem-se a ascensão de um outro político como expoente desse conflito, José Reinaldo Tavares. Tavares, vice-governador de Roseana Sarney em 1994 e 1998, foi eleito governador em 2002, mas rompeu com o grupo durante o seu governo, alegando publicamente falta de autonomia para exercer seu mandato. Foi peça fundamental nas eleições de 2006, quando novamente uma ampla coalização entre opositoristas e ex-aliados se formou para enfrentar a oligarquia.

Em 2006, foi candidata, pela terceira vez, ao governo do Maranhão, mas foi derrotada por Jackson Lago (PDT), no 2º turno, com 1.393.754 votos válidos (51,82%). A eleição foi uma das mais acirradas da história maranhense: Lago venceu por uma diferença pouco maior do que 95 mil votos, e Roseana, que venceu na maioria dos municípios do estado, perdeu nos maiores colégios eleitorais: São Luís e Imperatriz. Foi sua primeira derrota para o cargo e na carreira, como um todo em disputas eletivas. Após a derrota, a fim de evitar sua expulsão do PFL por fazer campanha para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante as eleições presidenciais de 2006, pediu sua desfiliação do partido. Como o PFL fazia parte da oposição, ela teria que apoiar o candidato do PSDB, Geraldo Alckmin, mas em 22 de setembro, havia participado de um comício com Lula na cidade maranhense de Timon. Filiou-se ao PMDB em 2006, tornando-se líder da bancada governista no Senado no ano seguinte. (DICIONÁRIO..., 2009).

Após a cassação de Jackson Lago, em 2009, Roseana Sarney, segunda candidata nas eleições, assumiu o governo. Venceu a eleição seguinte, em 2010, disputando com Jackson Lago e Flávio Dino. Nessa eleição, houve um racha entre os dois candidatos e, Jackson Lago, desgastado com o episódio da cassação, corria o risco de ficar inelegível por oito anos. O Ministério Público Eleitoral entrou com um pedido de impugnação de sua candidatura através da Lei da Ficha Limpa, e sua candidatura esteve ameaçada até as vésperas da eleição, o que impulsionou Flávio Dino a pedir que abrisse mão de sua candidatura em prol de uma união opositorista entre PCdoB, PDT e PSB. Jackson Lago, entretanto, teve seu registro liberado pelo TRE-MA e seguiu no pleito, terminando em terceiro lugar.

Em 2013, José Sarney demonstrava sinais de que não concorreria à reeleição ao senado, cargo que ocupou pelo Amapá desde 1991. Em junho, declarou sua aposentadoria da vida política em evento do PMDB no Amapá. No Maranhão, a oligarquia passava por um novo ciclo de perda de legitimidade. Na esteira do processo de negação do establishment político pós-2013 e de uma alardeada renovação na política partidária, novas lideranças opositoristas se

fortaleceram. Uma delas, nesse momento, ganhou particular força: Flávio Dino de Castro e Costa.

Advogado, professor universitário, ex-juiz federal, ex-presidente da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) no primeiro governo Dilma Rousseff (2011 a 2014) e secretário-geral do CNJ – Conselho Nacional de Justiça, Dino ingressou na carreira política em 2007, quando se elegeu deputado federal pelo PCdoB. Em 2008, concorreu à prefeitura de São Luís e, em 2010, candidatou-se ao governo⁷⁶ do estado, sendo derrotado em ambos os pleitos. Em outubro de 2014, por fim, venceu a eleição para o governo estadual. O fortalecimento gradual de seu nome coincide com três momentos do cenário regional e nacional: a crise intraoligárquica no grupo de Sarney, o enfraquecimento da oposição pedetista, com a cassação de Jackson Lago em 2009 e seu falecimento em 2011, e um “apelo nacional” por renovação política, nascido das jornadas de junho. Seu adversário, a quem derrotou em primeiro turno com 63,52% dos votos, foi um candidato de pouca expressão apoiado pelo *sarneyismo*, o empresário Edison Lobão Filho (PMDB). Conhecido como Lobinho, ou Edinho, é filho do senador, ex-governador do Maranhão e ex-ministro das Minas e Energia dos governos Lula e Dilma Rousseff, Edison Lobão (PMDB).

A vitória de Flávio Dino configurou um marco no enfraquecimento do grupo Sarney – e aqui é importante frisar a escolha por se falar em enfraquecimento, em vez de fim, dado que a influência política do *sarneyismo* ainda é forte no estado. Sarney Filho (PV), deputado federal por nove mandatos consecutivos e ministro do meio ambiente no governo FHC (entre 1999 e 2002) assumiu novamente o mesmo cargo, em maio de 2016, no governo do presidente Michel Temer (2016-2018). Seu filho, Adriano Sarney, é deputado estadual pelo PV-Maranhão, considerado um quadro forte de oposição ao governo Flávio Dino. Roseana Sarney (PMDB), quatro vezes governadora do estado do Maranhão (1994-1998, 1999-2002, 2009-2010, 2010-2014), sinaliza uma pré-candidatura ao governo do estado nas eleições previstas para outubro de 2018.

Essa nova etapa do processo político maranhense – o governo de Flávio Dino, e a política desenvolvida por seu partido, o PCdoB –, é o caminho que seguiremos na exposição.

⁷⁶ Roseana Sarney foi reeleita em primeiro turno com 50,08% dos votos válidos.

3.4. O PCDOB

Uma vasta produção bibliográfica e diversas correntes interpretativas tratam da origem e da história do PCdoB, fundado em 1962, a partir de uma cisão com o PCB. À parte as controvérsias a respeito dessa cisão e de seus desdobramentos, aqui se fará uma periodização sobre o partido para efeito de contextualização, a partir dos eixos, nascimento/cisão, reorganização, luta armada e com a redemocratização, as políticas de aliança. Nas palavras de Sales (2007, p. 64,65):

O Partido Comunista do Brasil (PCdoB) surgiu em fevereiro de 1962, a partir de uma cisão no interior do velho Partido Comunista do Brasil (PCB), fundado em 1922, que naquele momento passava por uma fase de modificação de suas formulações teóricas. Aos poucos, e não sem muita dificuldade, o PCB abandonava a política que havia marcado sua atuação desde que fora colocada na ilegalidade na época do governo Dutra, caracterizada pela radicalização representada no “Manifesto de agosto de 1950” e nas resoluções de seu IV Congresso, realizado em 1954. Busca a partir desse momento a formulação de uma ampla frente política, nacional e democrática, que deveria ser feita, preferencialmente, pelo caminho pacífico. A nova orientação política seria coroada com a “Declaração de março de 1958” e referendada no V Congresso, em 1960. Além dos problemas internos, um evento internacional serviria como catalisador da crise latente no interior do PCB nos anos 50: o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), realizado em 1956. Foi a partir das resoluções desse congresso que se formou no interior do PCB o grupo que seria responsável pela cisão que daria origem ao PCdoB. O congresso do partido soviético denunciou os crimes que Josef Stálin cometera durante os anos em que estivera no poder, causando grande choque em todo o movimento comunista internacional. Além disso, o novo secretário-geral da PCUS, Nikita Kruchev, propôs mudanças profundas nos rumos da política soviética, o que afetaria a atuação dos partidos comunistas.

A cisão de 1962 abriu uma disputa ideológica entre dois partidos comunistas no Brasil. “O PCdoB se proclamou (e o faz até hoje) o mesmo partido comunista fundado em 1922 e “reorganizado” em 1962. Eleva esta duvidosa versão historiográfica a questão de princípio, pois se trata de afastar toda dúvida acerca de qual é o partido do proletariado brasileiro”. (GORENDER, 1987, p. 34).

Durante a V Conferência Nacional Extraordinária, o grupo que liderou a cisão – composto por João Amazonas, Pedro Pomar, Maurício Grabois, Carlos Danieli, Ângelo Arroyo, Lincoln Oest e mais algumas dezenas de militantes –, aprovou um Manifesto-Programa que traçava uma nova linha política para o partido. “Em fevereiro de 1962, o grupo expulso convoca uma Conferência Nacional Extraordinária, elege um Comitê Central, aprova novos estatutos, declara a

reorganização partidária e reivindica ser o verdadeiro partido comunista em atuação no país, adotando como diferencial a sigla PCdoB.” (SALES, 2007, p. 67,68).

3.4.1. A cisão

Para SALES (2007:68) a cisão é explicada, geralmente, a partir de três fatores: o conflito entre stalinistas e anti-stalinistas no interior do PCB; divergências entre as linhas “chinesa” e “soviética”⁷⁷; e o confronto entre os que defendiam uma “via pacífica” e os que propunham a luta armada como meio para a revolução socialista. Entretanto, SALES (2007) e GORENDER (1987) criticam essa via de explicações dicotômicas. Gorender, mais crítico, observa que “o PCdoB encontrou má acolhida na PCUS e por isso, opta pelo alinhamento com o Partido Comunista Chinês”. (GORENDER, 1987, p. 34). SALES (2007, p. 74) afirma que “o PCdoB tentou estabelecer as primeiras relações com o PCUS, tentativa por sinal infrutífera, pois os soviéticos não aceitaram sua versão a respeito da cisão e mantiveram contato com o PCB”.

A cisão de 1962 pode ser entendida a partir das divergências que surgiram no interior do PCB na segunda metade da década de 1950, ligadas a problemas candentes da conjuntura, como o posicionamento a respeito da profundidade das mudanças necessárias após as denúncias de Kruchev, a análise da conjuntura política e, a partir disso, a formulação da estratégia e da tática do partido na época dos governos Juscelino Kubitschek e João Goulart. (SALES, 2007, p. 70,71).

3.4.2. A guerrilha do Araguaia

“Foi no início do governo João Goulart que o PCdoB tornou público o programa que pautaria sua atuação até o início dos anos 80”. (SALES, 2007, p. 78). O chamado Manifesto-Programa pretendia chegar à revolução a partir de duas fases. A primeira, de desenvolvimento capitalista, compreendia dois eixos: a libertação da espoliação internacional (o imperialismo norte-americano) e a reforma

⁷⁷ Muitos autores erraram ao apontar a origem do PCdoB como reflexo, no Brasil, do cisma sino-soviético. Se fosse o caso, o partido teria procurado os chineses imediatamente após a cisão, o que não ocorreu. (SALES, 2007, p.74).

agrária; a segunda, por fim, traria a implementação do socialismo. É importante destacar que nesse programa não houve menção explícita à luta armada – havia, sim, de forma bem mais genérica, a busca pela revolução a partir de “todas as formas de luta”.

O golpe de 1964 forçou as correntes de esquerda a reformularem sua atuação tática e política, e a ação do PCdoB se voltou à luta contra a ditadura. A primeira reação do partido, atônito frente ao golpe, é lançar um documento chamado “O Golpe de 64 e seus ensinamentos”, no qual conclamava uma frente única ampliada (aceitando inclusive membros da UDN). É nesse momento que “a luta pelas liberdades democráticas e a questão nacional ganham destaque em relação a outras reivindicações” (SALES, 2007, p. 84), e que a luta armada surge claramente.

Com o AI-5, e o endurecimento do regime militar, muitos militantes de esquerda acreditavam que estavam dadas as condições para uma revolução popular. “Convencido disso, ainda em janeiro de 1969 e, portanto, sob o impacto do AI-5, o PCdoB lança o documento que se propunha a definir sua tática de luta armada. Trata-se de “Guerra popular – Caminho da luta armada no Brasil””. (SALES, 2007, p. 86).

A conjuntura internacional revolucionária dos anos 1960 também colaborou para incentivar a militância, com destaque para “a independência da Argélia (1962), a intensificação da guerra armada anti-imperialista no Vietnã, e, ainda, movimentos de protesto e mobilização política, como Maio de 1968, na França”. (PEREIRA, 2009, p. 31, grifo nosso).

A experiência de luta armada do PCdoB, a guerrilha do Araguaia, foi deflagrada em 1972 e teve duração curta, sendo surpreendida pela repressão e completamente sufocada em dois anos. A região do rio Araguaia, entre o sul do estado do Pará e o norte do estado do Goiás, hoje região tocantina, foi a escolhida para ser o local da prática de guerrilha revolucionária.

Para Sales, aquela “mistura de guerra popular e foquismo não teve melhor sorte que os projetos dos grupos armados nas cidades. Em 1974 quase todos os participantes haviam sido assassinados pelo Exército brasileiro”. (SALES, 2007, p. 87). O PCdoB discorda da avaliação feita por Gorender (1987, p. 211), segundo a qual a guerrilha do Araguaia foi “planejada para desfechar a guerra popular prolongada segundo o modelo maoísta, e reproduziu, no essencial, a tática do foquismo castro-guevarista. Ou seja, nenhum trabalho político prévio”.

A difícil história da experiência guerrilheira no Araguaia resultou em grandes baixas nas fileiras do partido. Muitos militantes, combatentes e lideranças foram mortos e presos não somente durante os confrontos no Araguaia, mas em outros episódios posteriores.

A derrota do Araguaia provocou efeitos arrasadores para o PCdoB. Perdeu dirigentes tarimbados, como Maurício Grabois, e dezenas dos melhores dentre os jovens militantes. E se tornou alvo privilegiado da atenção dos DOI/CODI, como pôde constatar Ozeas Duarte de Oliveira. No final dos anos 1972, e princípios de 1973, as garras da repressão se fecharam sobre Luís Guilhardini, Carlos Danielli, Lincoln Bicalho Roque, membros do Comitê Central e os três primeiros da Comissão Executiva. (GORENDER, 1987, p. 212).

Ângelo Arroio, Pedro Pomar e João Baptista Novais foram assassinados em uma operação do DOI-CODI durante uma reunião do Comitê Central em 1976 que discutia sobre o projeto político do Araguaia (seus desdobramentos/ensinamentos para o partido), no que ficou conhecido como “Massacre da Lapa”.

Em meados dos anos 1970, desarticulado e rachado por divergências em relação ao Araguaia, restou ao partido buscar uma reorganização. Nesse momento, ocorre a incorporação da Ação Popular (AP).

O surgimento da AP decorreu, simultaneamente, das mudanças na Igreja Católica a partir do pontificado de João XXIII e do aprofundamento da luta de classes no Brasil. Para os seus membros politizados, a Juventude Universitária Católica (JUC) se mostrava já demasiado estreita, dada a vinculação oficial à Igreja. Nasceu, por isso, a ideia de criar outro veículo de ação política, que permitisse liberdade de atuação e não envolvesse a hierarquia católica hostil à politização esquerdizante. Em junho de 1962, num congresso em Belo Horizonte, fez-se o lançamento solene da AP. (Gorender, 1987, p. 36,37).

Formada por estudantes e intelectuais que penetraram no meio universitário, os militantes da AP revigoraram e reforçaram o combalido PCdoB.

3.4.3. A política de aliança e as práticas inovadoras

Na segunda metade dos anos 1980 – mas sobretudo na década seguinte, com a crise do chamado “socialismo real” – o PCdoB reinventou-se e reorientou-se politicamente. No seu 8º Congresso, realizado em 1992, o partido passou por um processo de autocrítica, no qual abandonou o etapismo, reorientou suas relações internacionais e teceu, pela primeira vez, críticas a Stálin, significando

uma espécie de “atualização de sua identidade política”. (SALES, 2007, p. 94). Para GUASCO (2013), “no final do século 20, com a crise do socialismo e a ofensiva reacionária do capitalismo – por meio do projeto neoliberal –, o Partido soube enfrentar as intempéries”. De acordo com o documento do partido “A política de estruturação do PCdoB: Documentos Básicos”, de 2006:

O 8º Congresso foi fundamental para que hoje se possa ingressar em nova etapa de forças do Partido. Nele se reafirmou o caráter e a identidade dos comunistas, assegurando o sentido de permanência. A crise do marxismo e do socialismo posta em evidência com a queda do Leste encontrou firmes convicções sobre a necessidade de perseverar na construção do instrumento fundamental para a luta pelo socialismo – o Partido Comunista. Ao mesmo tempo, pôs em questionamento uma determinada visão modelada do socialismo e da própria organização do Partido. A dialética de renovação e permanência frutificou, levando a um novo Programa Socialista aprovado em 1995, e a um ingente e prolongado esforço de atualização de concepções e práticas de Partido, vigente até hoje. Coube ao 9º Congresso, com o Partido já vivendo uma expansão notória, cunhar a expressão “Partido Comunista de princípios, revolucionários, de feição, modernas. (PCdoB, 2006, p.94,95).

Nos anos 1980 e 90, o PCdoB se aproximou de vários segmentos da esquerda e ampliou sua inserção política: consolidou cada vez mais o seu espaço no movimento sindical e estudantil, com forte presença em sindicatos docentes e na direção da UNE.

Entre 1982 e 1988, o PCdoB procurou dar maior organicidade à sua influência no movimento de massas em ascensão no país. Por isso, contribuiu para a organização da Confederação Nacional das Associações de Moradores, Conam (1982); União da Juventude Socialista, UJS (1984); União Brasileira de Mulheres, UBM (1988); e União de Negros pela Igualdade, Unegro (1988). No movimento sindical, os comunistas, ao lado de outras correntes, criaram a Corrente Sindical Classista, CSC (1988). Em 1990, a CSC ingressou na Central Única de Trabalhadores (CUT), na qual atuou por alguns anos. (PCdoB, 2012, p. 57).

É no final da década de 1980 que a aliança com o PT se consolida. De acordo com SALES (2008, p. 245):

O ano de 1988 marcou um momento importante na história do PCdoB. Nesse momento o partido passou a participar periodicamente de coligações eleitorais com outros partidos de esquerda, especialmente com o PT. [...] essa política ampla de alianças talvez ajude a compreender o relativo crescimento do número de votos recebidos pelo partido no decorrer dos anos 1980 e 1990, quando outros partidos comunistas, no Brasil e no mundo, seguiram tendência inversa. A aliança com o PT, maior partido da esquerda brasileira, certamente contribuiu para dar maior visibilidade às propostas dos comunistas e proporcionar uma expansão de seu espaço eleitoral.

. Em 1989, foi oficializada a Frente Brasil Popular, aliança entre o PCdoB, PT e PSB para a eleição presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva. Apesar de

derrotada nas eleições, a frente de esquerda saiu otimista e consolidou o PCdoB e o PT como aliados nas eleições subsequentes.

As novas “feições modernas” do partido, expressas no 9º Congresso (1997), se cristalizaram na implementação dos Planos Nacionais de Estruturação Partidária, durante os anos 1999 a 2003. A prática política do partido passou a buscar também a construção partidária, passados 11 anos em que os seus afiliados estavam aptos a concorrer em eleições. De acordo com os documentos básicos do partido⁷⁸, foi o 10º Congresso que estruturou as bases para a vitória eleitoral de Lula em 2002⁷⁹.

O apoio do PCdoB à candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva começou a se delinear em abril de 2002, quando o candidato petista foi até a sede nacional do partido convidar oficialmente a organização a integrar a frente política. Naquele momento, o PCdoB já deu indícios de que continuaria no caminho que seguia desde a eleições de 1989, quando foi feita a primeira aliança em apoio a Lula. (SALES, 2008, p. 253).

Nesse momento, foi formada a Frente Lula Presidente, composta pelos partidos PT, PCdoB, PL, PMN e PCB. Lula saiu vitorioso frente ao candidato do PSDB, José Serra, dando início ao período petista à frente do governo federal, acompanhado por uma franca expansão institucional do PCdoB.

O PCdoB, pela primeira vez em sua história, assumiu um Ministério: o dos Esportes, ocupado primeiro por Agnelo Queiroz e depois por Orlando Silva. Originário de militância na UNE e na UJS, Silva foi presidente de ambas as Uniões e esteve no Ministério dos Esportes de 2006 a 2011. Aldo Rebelo (atualmente no SD/Partido Solidariedade), também presidente da UNE nos anos 1980, ocupou diversos ministérios nos governos petistas, entre eles o da Defesa, dos Esportes e da Ciência e Tecnologia. Além do relativo sucesso eleitoral, em 2002 o partido “elegeu o vice-governador do Piauí, 10 deputados federais e 17 estaduais”. (SALES, 2008, p. 254).

Em 2007 o partido lança mão, mais uma vez, de nova tática política, desenvolvendo e aprimorando a institucionalidade partidária. Com a reeleição de Lula, o partido decidiu sair de uma posição coadjuvante em relação a disputas eleitorais e avançar, lançando mão de suas próprias candidaturas⁸⁰. É importante

⁷⁸ A política de estruturação do partido – documentos básicos, 2006.

⁷⁹ Durante o 10º Congresso foram discutidas as propostas da 3º PEP do partido, dividida em quatro eixos: Organização, Propaganda, Finanças e Formação.

⁸⁰ Em comparativo com 2006, em 2010 o partido cresceu muito. Ampliou a bancada de 13 para 15 deputados (as). Quanto ao Senado, em comparação a 2002, em 2010 quase dobrou a votação,

frisar que apesar do desgaste sofrido pelo PT, a partir do escândalo do mensalão, o PCdoB não sofreu nenhum tipo de recuo e continuou em plena ascensão, tanto nas disputas eleitorais quanto no aumento de afiliados. Também em 2007, o partido avança no plano sindical, com a criação da CTB.

3.5. O Perfil de Flávio Dino e os imbróglios com o Partido dos Trabalhadores

O mais conhecido membro do PCdoB no Maranhão, Flávio Dino, nasceu em São Luís, capital do estado, em 1968. Formado em Direito pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA, atuou no movimento estudantil maranhense, onde iniciou a amizade com o ex-líder estudantil, jornalista e presidente do PCdoB maranhense, Márcio Jerry, secretário de articulação política e homem forte do seu governo.

Marcado por uma tragédia pessoal – a morte do filho Marcelo, de 13 anos, à época de sua gestão na presidência da Embratur, em 2012 – o advogado, de apenas 50 anos recém completados, tem uma trajetória de sucesso profissional e engajamento político. Recém-formado, no início dos anos 1990, assessorou sindicatos de trabalhadores, tornou-se professor do curso de Direito da UFMA e foi aprovado em primeiro lugar no concurso para juiz federal, em 1994, cargo que exerceu até 2006, quando filiou-se ao PCdoB para se candidatar a deputado federal e receber uma das maiores votações na história do estado.

Ex-petista, Dino foi filiado ao partido entre os anos 1987 e 1994, mas não conseguiu o apoio formal do PT nas eleições para o governo estadual em 2014. A coligação que o elegeu, “Todos pelo Maranhão”, uma união de forças de opositores e ex-aliados da família Sarney, tinha o objetivo de derrubar “o poder político mais antigo da história brasileira, atrás apenas de Dom Pedro II”, nas palavras do próprio Flávio Dino, em entrevista concedida a *Carta Capital* em 2014. (CARVALHO, 2014).⁸¹ O PT integrou a coligação “Pra Frente Maranhão”, do candidato da família Sarney, Lobão Filho.

com 12.561.716 votos, o que corresponde a 7,37% do total, índice que em 2002 fora de 4%. Passou a contar com duas cadeiras no Senado Federal, com Inácio Arruda e Vanessa Grazziotin. Para as Assembleia Legislativas, elegeu 18 deputados (as). Em 2012 estava à frente de 42 prefeituras, 66 vices prefeituras e contava com 609 vereadores e vereadoras. (Com informações de “PCdoB: 90 anos em defesa do Brasil, da democracia e do socialismo”, 2012:68)

⁸¹ Entrevista concedida à *Carta Capital* em fevereiro de 2014.

A situação e a articulação política do PT no Maranhão se complicaram desde que Lula passou a apoiar oficialmente Sarney no estado. Enquanto as forças políticas locais tentavam derrubar o grupo político de Sarney do comando, o ex-presidente, que teve a maior quantidade de votos proporcionalmente no Maranhão em todas as eleições que concorreu à presidência, apoiava a oligarquia local, em “gratidão” ao apoio de José Sarney no Senado.

Já em 2006, houve uma divisão entre Lula e o PT do Maranhão. No primeiro turno, o partido concorreu ao governo estadual com a candidata a vice na chapa do PSB⁸². A propaganda eleitoral usou imagens de um comício de 2000 em Imperatriz, em que Lula esbravejava contra os Sarney: “Quando vejo na imprensa de São Paulo a pesquisa dizendo que a Roseana é uma governadora aceita pelo povo do Maranhão, [...] fico imaginando por que ela aparece bem nas pesquisas. Sabe por quê? Porque a Globo é do pai dela, o SBT é do Lobão, a Bandeirantes é de não sei de quem. Vocês veem a televisão falando bem deles o tempo inteiro”. No segundo turno, entretanto, enquanto os petistas maranhenses ficaram com o pedetista Jackson Lago, Lula apoiou Roseana, que concorria pelo PFL. Em 2010, o presidente não permitiu que essa divisão voltasse a ocorrer e entrou logo de cabeça na campanha de Roseana ao governo do estado. O PT nacional interveio para impedir que militantes e filiados declarassem apoio a Flávio Dino. Em um de seus últimos programas eleitorais, Roseana foi a Brasília, ‘convidada’ pelo então presidente, que a “entrevistou” sobre a campanha. O colóquio durou quase seis minutos no horário eleitoral gratuito. Dino e toda a oposição não têm dúvidas de que foi Lula quem evitou um segundo turno no Maranhão naquele ano. (DELGADO, 2014, p. 6).

A aliança Lula – Sarney, causou desconforto e cisões no diretório regional petista, que mesmo quando intencionou apoiar indiretamente a candidatura de Flávio Dino, em 2010, foi atropelado pelos comandos do diretório nacional: o informe era pelo apoio à candidatura de Roseana Sarney, independentemente de qual fosse a decisão do PT local. Em 2010, principal adversário de Roseana Sarney ao governo do estado, Flávio Dino amargou a falta de apoio político, e acabou derrotado em primeiro turno, com 29,48% das intenções de voto, contra 50,08% de Roseana Sarney⁸³.

Figura 4 - Roseana Sarney e Lula

⁸² DELGADO (2014) refere-se aos candidatos Edson Vidigal do PSB e sua candidata a vice Teresinha Fernandes, do PT, pela coligação “O povo no poder”, formada por PSB, PT, PCdoB, PMN e PRB.

⁸³ Em 2010, Jackson Lago, apesar da cassação em 2009 e do desgaste político em torno de sua candidatura, não abriu mão de concorrer às eleições para de unir forças em torno da candidatura de Dino. Ficou em terceiro lugar no pleito, com 19,53% das intenções de votos. Essa eleição também foi marcada pela enorme abstenção de votos, mais de 1.035.648 (23,97%), uma das maiores do país.



Fonte: domínio público

Em 2014, entretanto, a aliança estava estremecida. O PT esteve na coligação junto ao PMDB, mas a ex-presidente Dilma Rousseff mantinha relação muito diferente à de Lula com Sarney. Ao contrário de seu antecessor, não se empenhou na campanha de Lobão Filho, não gravou nenhuma mensagem política e não fez nenhuma visita ao Maranhão. Corriam apenas boatos que Dilma e mesmo Lula visitariam o estado, mas nada se concretizou.

A direção nacional divulgou uma resolução impedindo o partido de indicar o vice na chapa de Lobão Filho. O partido, ainda que envergonhado, dava início à retirada, desembarcando do projeto Sarney no estado. Entre as muitas metamorfoses de Lula, a aliança com Sarney talvez tenha sido a que mais encabulou o PT. A militância respirou aliviada quando o pacto arrefeceu. (DELGADO, 2014, p. 10).

Entretanto, esse “pacto” não arrefeceu sem deixar sequelas. O partido tem pouco prestígio no governo Flávio Dino e, apesar de ocupar um cargo no governo, o candidato do PT, Márcio Jardim, foi preterido de concorrer na chapa majoritária do PCdoB ao Senado em 2018.

3.6 O Avanço do PCdoB no estado do Maranhão

O estado do Maranhão é composto por 217 municípios. A capital, São Luís, tem um histórico recente, a partir da redemocratização, de prefeituras do PDT,

sempre em oposição à oligarquia Sarney. Foram, de 1989 a 2008, ininterruptamente pedetistas, com Jackson Lago⁸⁴ de 1989 a 1992, Conceição Andrade (PDT)⁸⁵ de 1993 a 1996, Jackson Lago novamente (1997-2000, 2001-2002) e Tadeu Palácio (PDT)⁸⁶ de 2002 a 2008. Essa hegemonia foi interrompida apenas por quatro anos, com a gestão do PSDB de João Castelo de 2009 a 2012; entretanto, o tucano contou com o apoio informal de Jackson Lago nas eleições. João Castelo tentou, sem sucesso, a reeleição em 2013, contra o atual prefeito Edivaldo Holanda Junior⁸⁷ (2013 – 2016, 2017 - atual) agora pedetista e aliado do governador Flávio Dino.

O PMDB da família Sarney conta com 68.434 filiados, de acordo com dados disponibilizados pelo TSE para 2018. É o maior em filiação e sempre elegeu um grande número não só de prefeitos em todo o estado, como deputados estaduais e federais, senadores e, claro, governadores. Ambos os partidos, PMDB e PDT, estiveram sempre à frente de gestões municipais e estaduais no Maranhão nos últimos trinta anos, sendo o PDT o segundo maior em quantidade de filiações, com 59.548⁸⁸ afiliados.

Já o PCdoB não era tão expressivo em termos de atuação institucional como os partidos citados e não contava com grandes quadros no estado. Até 2014, não elegeu nenhum prefeito na capital, tampouco governadores e senadores. Tentou por algum tempo trazer Flávio Dino para o partido, na esteira da tática política de investir em quadros, desenvolvidas na 9ª Conferência do Partido⁸⁹. Mas

⁸⁴ É importante mencionar que Jackson Lago foi o maior quadro político do PDT maranhense. Fundador, junto a Leonel Brizola, do diretório nacional do partido, foi deputado estadual, três vezes prefeito da cidade de São Luís e o único político de oposição, antes de Flávio Dino, a conseguir vencer a oligarquia Sarney nas urnas elegendo-se governador do Maranhão em outubro de 2006. Entretanto, teve seu cargo cassado junto ao TSE em processo movido por sua adversária, Roseana Sarney, por acusações de abuso de poder político e compra de voto. Em abril de 2009, o TSE confirmou a cassação de Jackson Lago e a ordenação de Roseana Sarney, segundo colocada no pleito, como governadora do estado.

⁸⁵ Sai do PDT em 2003 e volta ao PSB, partido ao qual era filiada no começo de sua carreira política, ainda nos anos 80. Posteriormente é expulsa do PSB e filia-se ao PTB.

⁸⁶ Sai do PDT em 2009 e vai para o PMDB. Atualmente está filiado ao PP, entretanto, com a morte de Jackson Lago, seu padrinho político, sua carreira política encontra-se no ostracismo, praticamente encerrada. O ex-prefeito exerce atualmente a profissão de médico oftalmologista.

⁸⁷ O atual prefeito, entretanto, não possui um histórico de militância no PDT. Filiou-se em 2015 para concorrer à reeleição com uma coligação maior. À época de sua primeira gestão como prefeito de São Luís (2013-2016) e de seus cargos anteriores como vereador e deputado federal era filiado ao PTC – Partido Trabalhista Cristão - sigla que tem como presidente regional seu pai, o político Edivaldo Holanda, hoje aliado do governo Flávio Dino.

⁸⁸ Dados referentes a 2018.

⁸⁹ As linhas apontadas na 9ª Conferência dão a direção desse movimento: “a elaboração de uma política renovada de quadros, é tarefa das mais importantes hoje no terreno da organização. O vetor central de uma política renovada de quadros é sua formação e aproveitamento em prol do projeto político do Partido. (...) está em pauta renovar visões e práticas estabelecidas, em ampliar

somente em 2006 o atual governador filiou-se oficialmente, momento em que foi eleito deputado federal com mais de 120 mil votos. A bancada municipal do PCdoB em São Luís contou sempre com poucos vereadores. Porém, os eleitos pela sigla vêm em uma linha ascendente. De nenhum eleito em 2000 e 2004, dois vereadores se elegeram em 2008⁹⁰ e 2012⁹¹ e três⁹² em 2016. A bancada, atualmente com três vereadores, é a maior, empatando com o PDT, que também conta com três representantes⁹³. Compõem a Câmara Municipal de São Luís 31 vereadores (2018); legendas mais tradicionais nacionalmente como o PMDB, PT e PSB contam com apenas um vereador cada, o PSDB tem atualmente dois representantes e o presidente da Câmara, Astro de Ogum, em seu quinto mandato consecutivo como vereador, é um ex-quadro do PMN atualmente filiado ao PR.

No Maranhão, além de Flávio Dino, liderança incontestável do partido, destaca-se Rubens Pereira Junior⁹⁴, que se elegeu deputado estadual pelo PCdoB em 2010 e deputado federal em 2014, como o terceiro deputado estadual mais votado. Em 2017 foi eleito coordenador da bancada maranhense no Congresso Nacional. Na Assembleia Legislativa do Maranhão, o PCdoB é o partido com a maior bancada⁹⁵, atualmente, com 7 deputados estaduais⁹⁶ e o presidente da Casa, deputado Othelino Neto. A Assembleia possui 43 deputados, e o DEM, com 6 deputados, tem a segunda maior bancada. Com 4 deputados e a terceira maior bancada, PDT e PSDB empatam. Ambos os partidos fazem parte da coligação que elegeu Flávio Dino governador. Chamada de “Todos pelo Maranhão”, foi formada por PCdoB, PSDB, PDT, PSB, SD, PP, PTC, PPS e PROS.

a aposta com confiança na capacidade do PCdoB, em expansão, assegurar a formação de nova geração de quadros, advindos de experiências diversas do duro e prolongado aprendizado que fez a geração anterior”. (A Política de Estruturação do PCdoB-Documentos Básicos, 2006:104,105)

⁹⁰ Fernando Lima e Rose Sales foram eleitos pelo PCdoB em 2008.

⁹¹ Em 2012 são eleitos vereadores pelo PCdoB, Rose Sales (atual PMN, passou também pelo PP, PV e PMB) e Professor Lisboa.

⁹² Em 2016 são eleitos vereadores pelo PCdoB, Marcelo Poeta, Fátima Araújo e Ricardo Diniz. Prof. Lisboa não conseguiu se reeleger.

⁹³ São vereadores pelo PDT (2016-2019) Osmar Filho, Pavão Filho e Raimundo Penha.

⁹⁴ Filho de políticos maranhenses, foi filiado ao PDT de 1996 a 2005, elegeu-se deputado estadual pelo PRTB em 2006, onde ficou até 2009, ano em que se filiou ao PCdoB.

⁹⁵ Compõem a bancada do PCdoB na Assembleia Legislativa do Maranhão os seguintes deputados: Ana Mendonça (conhecida como Ana do Gás), Carlinhos Florêncio, Levi Pontes, Francisca Prima, Othelino Neto, Professor Marco Aurélio e Raimundo Cutrim.

⁹⁶ Dados referentes a 2018, posterior à abertura da chamada “janela partidária”. A Emenda Constitucional nº 91 de 2016 estabelece a possibilidade de desfiliação partidária antes das eleições. Geralmente 7 meses antes, há um período de 30 dias em que é permitido trocar de partido sem que ocorra a perda do mandato do parlamentar. Na janela partidária que aconteceu em abril/maio de 2018, três deputados migraram de suas respectivas legendas para o PCdoB.

As eleições de 2014 marcaram definitivamente o avanço eleitoral do partido no estado. Além da vitória esmagadora de Flávio Dino para o governo do estado em primeiro turno, com 63% dos votos, o partido conseguiu eleger, dois anos depois, 46 prefeitos nas eleições municipais (contra apenas 5 em 2012). O PMDB, partido do grupo político Sarney, elegeu 22 prefeitos em 2016, contra 48 eleitos em 2012⁹⁷. A coligação saiu ainda vencedora em 150 municípios. O resultado final das eleições municipais em 2016 foi: PCdoB com 46 prefeitos, PSDB com 29, PDT com 28, PMDB com 22, PP com 15, PRB com 14, PSB com 13, PTB com 7, PT com 7, PR com 7, PV com 7, PSD com 6, PSDC com 2, PMN com 2, PTN com 2, SD com 2, DEM com 2, PROS com 2, PPS com 1, PSL com 1, PTC com 1.

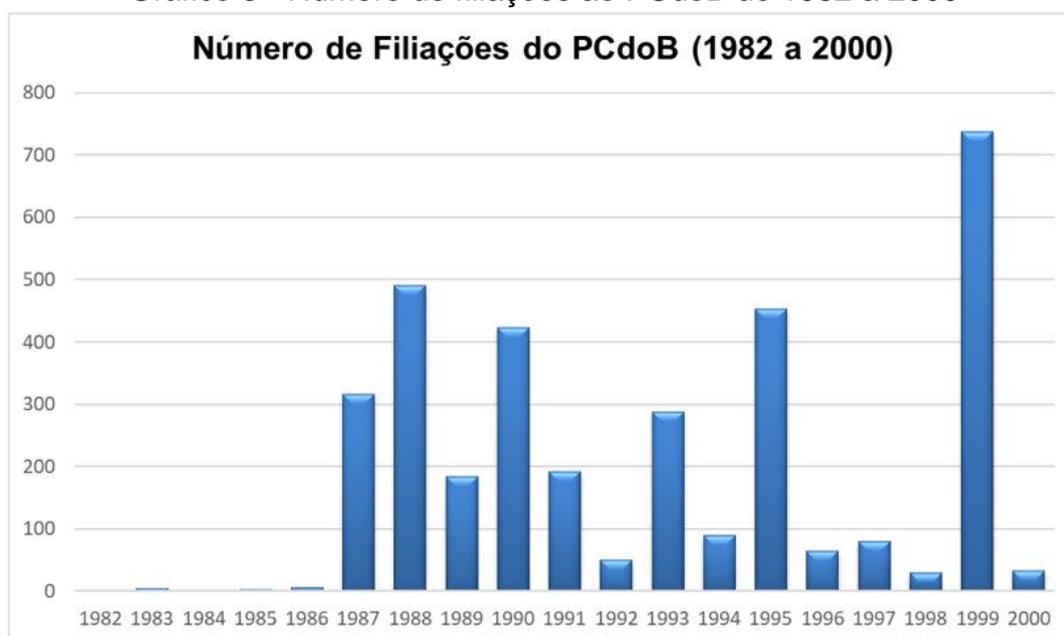
Além do crescimento eleitoral/institucional, o partido também cresceu em quantidade de filiações e conta com 33.822 filiados no Maranhão⁹⁸ em 2018, o quarto maior partido em quantidade de filiações. É somente a partir de 1980 que o TSE passa a registrar as filiações partidárias do PCdoB no Maranhão⁹⁹. Abaixo, os gráficos 3 e 4 mostram a quantidade de filiações ao partido de 1982 a 2017. Por falta de informações referentes ao ano de 1981, os gráficos foram desenvolvidos mostrando a quantidade de filiações a partir de 1982.

⁹⁷ Com informações de jornal *Estadão – caderno de Política*, 06 de novembro de 2016.

⁹⁸ Dados sobre filiação partidária divulgados pelo TSE em 2018.

⁹⁹ O PCdoB só conseguiu sua legalidade junto ao Tribunal Superior Eleitoral em 1985. Entretanto, de 1980 a 1985, excluindo apenas o ano de 1981, o TSE contabilizou filiações. 7 em 1980, 1 em 1982, 5 em 1983, 2 em 1984 e 3 em 1985 (para mais informações sobre ano de filiações, quantidade de filiações e situação dos filiados, ver tabela em anexo).

Gráfico 3 - Número de filiações ao PCdoB de 1982 a 2000



Fonte: dados do TSE, gráfico elaborado pela autora, 2018.

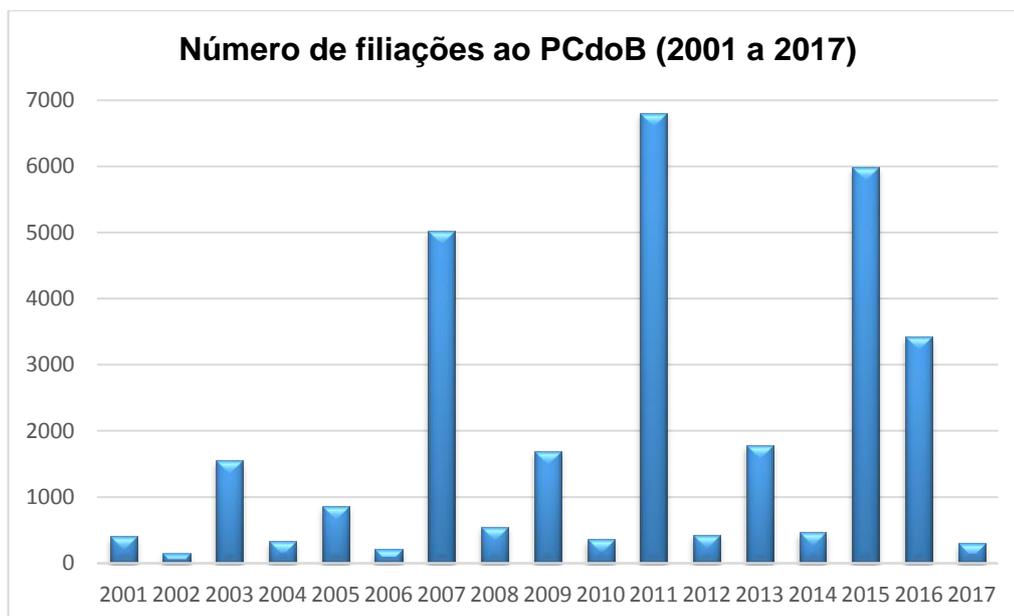
De acordo com o gráfico 3, é possível perceber poucas filiações de 1982 a 1986, um número pequeno que não chegava às dezenas, até porque o partido só foi legalizado junto ao TSE em 1985. A partir de 1987, dois anos após a legalização do partido, as filiações se tornaram mais expressivas em quantidade e saltaram de apenas 7 em 1980 para 316 em 1987 e 491 em 1988. Apesar de alguns anos da década de 90 demonstrarem crescimento pequeno, como 1992¹⁰⁰, 1996¹⁰¹ e 1998¹⁰², não houve involução e as filiações partidárias aumentaram durante toda a década, com destaque para os anos de 1993, 1995 e 1999, com 288, 453 e 737 filiações respectivamente.

¹⁰⁰ 50 filiações.

¹⁰¹ 65 filiações.

¹⁰² 29 filiações.

Gráfico 4 - Número de filiações ao PCdoB de 2001 a 2017



Fonte: dados do TSE, gráfico elaborado pela autora, 2018.

As filiações continuaram a crescer, e o começo dos anos 2000 registrou impressionantes 1554 filiações em 2003¹⁰³. É possível que esse aumento tenha decorrido de dois principais motivos: a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, e a política de alianças do partido, passados quatro anos da introdução das PEPs. Os anos com as maiores filiações em todo o registro, são 2007, 2011 e 2015, com 5025, 6806 e 5992, respectivamente.

¹⁰³ Em 2003, o crescimento do partido é excepcional também a nível nacional, com um alcance de 30 mil novos filiados no país.

4 AÇÃO REIVINDICATÓRIA E AÇÃO POLÍTICA NO MARANHÃO: LUTAS HISTÓRICAS E GANHOS EFETIVOS

As eleições de outubro de 2014 marcaram pela primeira vez na história do Brasil a ascensão ao governo estadual de um partido que se apresenta como comunista. Durante o processo eleitoral, o partido contou com o apoio estratégico do Sinproesemma, que historicamente compõe sua base política. Para analisar a atuação deste sindicato a pesquisa problematiza o conceito de luta sindical a partir de formulações marxistas, mais especificamente à luz da teoria poulantziana. Principalmente, mas não apenas, as propostas em *Poder político e classes sociais*, a primeira grande obra teórica datada de 1968, do filósofo e sociólogo grego Nicos Poulantzas, para quem:

O lugar da prática política é aquele no qual, em última análise, se fundem as relações entre as diversas contradições, relações que especificam a unidade da estrutura; o lugar a partir do qual se pode, em uma situação concreta, decifrar a unidade da estrutura e agir sobre ela com vistas à sua transformação. (POULANTZAS, 1977, p. 39).

Essa prática política é pensada no sentido de contribuir para manter ou alterar relações de forças entre as classes sociais e a análise se refere a agentes determinados: um partido político e um sindicato.

Assim, um exame que tenha como unidade de análise os indivíduos – já que se insere numa problemática fundada sobre “motivações de conduta” – deve descrever o papel e as alternativas por eles escolhidas, bem como aquelas preteridas, sempre tendo em vista, na sua tomada de decisões, a otimização de objetivos definidos na esfera individual. (SOUZA, 2011, p. 8,9).

As elaborações teóricas poulantzianas sobre o conceito de Estado capitalista apresentam-no como *estrutura, aparelho e relação*. Releituras analíticas, como a de CODATO (2008), periodizam a sua produção teórica em três fases, Poulantzas 1, 2 e 3. A primeira pensa o conceito de Estado como estrutura e define sua função como política. A segunda conceitua o Estado como aparelho e o pensa com função, além de política, também ideológica. A terceira conceitua o Estado como relação e define sua função como econômica, como constituição, e não apenas reprodução das relações de produção. (CODATO, 2008, p. 72).

Jessop é mais explicativo em sua proposição (2009, p. 132):

Em *Poder político e classes sociais*, Poulantzas examinou o tipo capitalista de Estado em três passos principais. Em primeiro lugar, inspirado pelo

marxismo althusseriano, ele argumentou que a separação institucional entre economia e política, típica do modo capitalista de produção, permitiu e requereu uma teoria autônoma da região política. Em segundo lugar, dadas essas possibilidade e necessidade, ele esboçou conceitos básicos de uma teoria jurídico-política para descrever a matriz institucional do tipo capitalista de Estado: um Estado territorial soberano hierarquicamente organizado, coordenado centralizadamente, baseado no império da lei [rule of law] e, em sua forma ideal típica “normal”, combinado com a democracia burguesa. Essa forma do regime político é orientada para sujeitos políticos como cidadãos individuais mais que como membros de classes opostas e, assim, distingue a realidade objetiva da exploração econômica e do poder de classe. Em terceiro lugar, remanejando a análise gramsciana da hegemonia, ele argumentou que, dada essa matriz institucional e os sujeitos políticos individualizados, a dominação política depende da capacidade da classe dominante de promover um projeto hegemônico que vincule os interesses individuais ao interesse nacional-popular, que também serve aos interesses de longo prazo da classe capitalista e dos seus aliados do bloco no poder.

Longe de meras expressões do econômico, ideologia e política constituem estruturas específicas para recorrermos às formulações althusserianas retrabalhadas por Nicos Poulantzas – um “todo complexo com dominante”. Para este autor, “a prática política tem como objeto simultaneamente *o econômico, o ideológico, o teórico e o político* em sentido estrito – na sua relação, a qual constitui uma conjuntura”. (POULANTZAS, 1977, p.39). O poder de Estado (não do Estado) é a condição da especificidade da prática política. Daí a crítica à generalidade de certas concepções sobrepolitizadoras, pois, “se nos contentarmos em definir o político apenas como *prática* com objeto e produto definidos, corremos sempre o risco de diluir sua especificidade, de identificar afinal como político tudo que ‘transforma’ uma unidade determinada”. (Poulantzas, 1977, p. 40).

Flávio Dino chefia o governo de uma unidade subnacional da formação social capitalista dependente brasileira, o estado do Maranhão. Isso não significa, no entanto, que o PCdoB ou o proletariado tenham conquistado o poder político no estado: o Estado nacional e a unidade subnacional se mantêm burgueses (dependentes), o que estabelece limites estruturais à atuação desse governo. Entretanto, dado seu histórico de inserção em um contexto de luta política das classes populares maranhenses, a administração tem se diferenciado da oligarquia Sarney pela destacada atuação na implementação de políticas sociais.

A conjuntura política nos planos nacional e estadual¹⁰⁴ sustenta a hipótese de que esse governo, sob a chefia de um quadro político oriundo da burocracia do Estado e pertencente a um partido de pretensões sócio-políticas

¹⁰⁴ É importante frisar que se deixou de lado, nesta pesquisa, o plano internacional.

transformadoras, mantém relações positivas com os interesses das classes populares. Trata-se de uma política, pelo menos simbólica, de denúncia ao golpe de Estado, o impeachment sofrido pela presidente Dilma Rousseff em 2016. Mais importante, trata-se de uma gestão marcada pela implementação de relevantes políticas sociais no Maranhão.

Em um manifesto chamado “Carta Pela Legalidade”, endereçado à presidente Dilma Rousseff em 8 de dezembro de 2015, governadores de quinze estados – Acre, Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Roraima, Santa Catarina e Sergipe – se posicionaram oficialmente contra o processo de impeachment da agora ex-presidente. O governador Flávio Dino, um dos articuladores da Rede pela Legalidade¹⁰⁵, tem sido desde então uma das vozes mais ativas na luta em defesa da democracia e do ex-presidente Lula.

4.1 O Programa do Governo Flávio Dino e as Políticas Sociais

Em 2014, o PCdoB organizou os chamados “Diálogos pelo Maranhão”, parte da campanha pré-eleitoral de Flávio Dino ao governo estadual. A iniciativa percorreu todo o Maranhão com o objetivo de elaborar de forma coletiva as bases de um eventual plano de governo. Depois de eleito, em convenção do partido, foi divulgado o PPA para os anos 2015-2018, dividido nos seguintes setores: saneamento, educação, assistência social, habitação, saúde, esporte, administração penitenciária, infraestrutura, segurança, agricultura, gestão, meio ambiente, turismo, comércio, trabalho, indústria, ciência e tecnologia e cultura. Compõem o aparato burocrático 26 secretarias, sendo três extraordinárias e uma de representação institucional no Distrito Federal, 3 agências, uma reguladora, uma estadual e uma executiva, a Casa Civil e a Procuradoria-Geral do Estado.

As diretrizes do governo ou ações estratégicas estão divididas em onze itens: 1 – Promover a execução de uma gestão pública com transparência ética e controle social, descentralizando as políticas públicas através da participação

¹⁰⁵ Campanha lançada em 2015 pelo governador Flávio Dino, o ex-governador do Ceará Ciro Gomes (PDT) e o presidente nacional do PDT, Carlos Lupi, na sede do governo do Maranhão, contra o impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Inspirada na campanha Rede da Legalidade idealizada por Leonel Brizola em 1961, durante processo de resistência à deposição do então presidente João Goulart.

popular com foco e qualidade visando atender a satisfação das necessidades do cidadão. 2 – Promover e ampliar o acesso à educação de qualidade e o desenvolvimento da capacidade de produção, absorção, difusão científica, tecnológica e inovação, garantindo a cidadania e ampliando as capacidades da população. 3 – Ampliar as políticas públicas de qualificação profissional, geração de emprego e renda elevando a produtividade do trabalhador e inserção no mercado de trabalho. 4 – Garantir à população o acesso com qualidade aos serviços de atenção básica e especializada em saúde, focado na integralidade do atendimento. 5 – Garantir a Defesa Social, reestruturando o Sistema de Segurança Pública e Penitenciário. 6 – Valorizar a cultura e identidades locais fomentando a criação e produção cultural, bens patrimoniais e promoção do turismo regional sustentável. 7 – Estimular práticas esportivas e de lazer possibilitando a melhoria na qualidade de vida da população. 8 – Garantir a preservação, conservação e utilização de forma sustentável das riquezas naturais. 9 – Realizar investimentos em infraestrutura de políticas públicas em aglomerados subnormais, saneamento básico, logística de transporte, mobilidade e acessibilidade, melhorando a qualidade de vida e ambiental. 10 – Assegurar o acesso às políticas públicas de assistência social e direitos humanos. 11 – Promover a dinamização da economia fortalecendo o sistema de produção e abastecimento, bem como o desenvolvimento regional aproveitando as oportunidades e potencialidades locais.

A gestão investiu em programas sociais, com foco nas políticas educacionais, como forma de combate às desigualdades no estado. E a busca pelo equilíbrio fiscal, com a implementação de arrecadação tributária proporcional, tem sido a forma encontrada pela gestão para cobrir os gastos sociais. Dentre os programas destacam-se o Escola Digna, na área da educação, e o MAIS IDH, ambos lançados em 2015. O Sim, Eu Posso, programa de alfabetização do MST, com inspiração no método cubano, que praticamente erradicou o analfabetismo em países como Cuba e Venezuela, formalizou parceria com o governo Flávio Dino em 2016. O programa já alfabetizou 7 mil pessoas, entre idosos, adultos e crianças, em municípios de difícil acesso em seu primeiro ciclo, com fila de espera de 12 mil inscritos para o segundo ciclo. Levando-se em conta o caráter das políticas de Estado no Brasil, o foco na implementação de políticas sociais é altamente significativo.

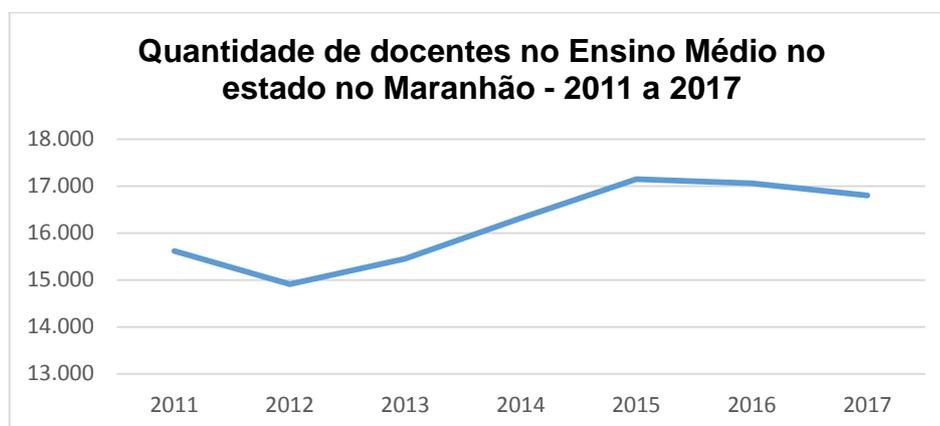
O programa Escola Digna tem como eixos o fortalecimento do Ensino Médio, na perspectiva de uma política de educação integral; formação continuada dos profissionais da educação; regime de colaboração com os municípios que institucionaliza o Escola Digna enquanto programa de governo; gestão educacional; avaliação institucional e da aprendizagem; investimentos em Pesquisa, Ciência e Tecnologias. O programa tem centrado o foco na construção e reconstrução de escolas, (mais de 750 escolas foram entregues em 3 anos de gestão, entre construções e reformas), e no aumento do número de docentes, com a realização de concurso público para professores do estado em 2016¹⁰⁶ e seletivos simplificados¹⁰⁷.

O gráfico abaixo, com dados disponibilizados pelo INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, sobre o panorama da educação básica no Brasil, traça uma estatística da quantidade de docentes na rede estadual de ensino do Maranhão entre 2011 e 2017. Levando em conta escolas no perímetro urbano e rural, de caráter federal, estadual e municipal.

¹⁰⁶ O concurso público para a Secretaria de Educação do Maranhão realizado em 2016 ofertou 1800 vagas para professores em educação básica nas áreas de Arte, Atendimento Educacional Especializado, Biologia, Educação Física, Filosofia, Física, Geografia, História, Instrutor de Libras, Intérprete de Libras, Língua Estrangeira – Espanhol, Língua Estrangeira – Inglês, Língua Portuguesa, Matemática, Química, Revisor de Braille, Sociologia e Transcritor de Braille, com carga horária de 40h semanais e remuneração inicial de R\$ 4.985,44.

¹⁰⁷ A Secretaria de Educação do Maranhão realizou em 2016 seletivo para contratação de 1400 professores para as áreas de Educação no Campo, Escolas indígenas e Educação Quilombola para atuar nas Casas Familiares Rurais – CFR, Áreas de Assentamento, escolas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional – EMIEP e na Escola Indígena do estado do Maranhão. Em 2017, houve seletivo para contratação de 77 professores para o ensino médio regular e quilombola e 89 para educação especial.

Gráfico 5 – Número de docentes do Ensino Médio regular do estado do Maranhão de 2011 a 2017



	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Total	17.277	16.613	17.229	17.840	18.601	18.473	18.177
Urbana	14.531	14.041	14.659	15.205	15.795	15.612	15.391
Federal	387	458	559	540	565	640	744
Estadual	12.158	11.567	12.325	12.980	13.587	13.252	12.882
Municipal	510	431	185	161	157	114	149
Privada	2.084	2.139	2.114	2.011	1.970	2.036	2.018
Rural	3.223	3.063	3.109	3.357	3.568	3.725	3.704
Federal	116	174	191	204	209	270	269
Estadual	2.765	2.609	2.523	2.797	3.029	3.112	3.074
Municipal	300	236	210	132	97	109	103
Privada	55	54	200	235	243	243	274
Total sem privada	15.615	14.911	15.454	16.316	17.150	17.058	16.803
Urbana	12.447	11.902	12.545	13.194	13.825	13.576	13.373
Rural	3.168	3.009	2.909	3.122	3.325	3.482	3.430

Fonte: INEP, 2017., gráfico elaborado pela autora, 2018.

Na montagem do gráfico, foi excluído o número de docentes da rede privada de ensino, tanto na zona urbana como rural – por não se tratar de competência do governo estadual, não fazem parte do programa Escola Digna. Os dados levam em conta o número de docentes do Ensino Médio e/ou Especial regular do estado do Maranhão dos anos de 2011 a 2017 e demonstram a tendência de aumento dos docentes a partir do governo Flávio Dino. Os professores da rede estadual de ensino (área urbana) foram de 15.615 em 2011 para 16.316 em 2014, último ano do governo Roseana Sarney. No primeiro ano de governo Flávio Dino, 2015, o número passa a 17.150; 17.058 no segundo ano, 2016, e 16.803 em 2017. Na área rural, em 2014 contabilizava-se 3.122, e em 2017, 3.430, um aumento de 308 professores.

O Plano MAIS IDH concentra suas ações nas 30 cidades¹⁰⁸ com os piores índices sociais do estado, em áreas como educação, saúde, moradia, infraestrutura e agricultura familiar. Instituído pelo governador Flávio Dino, por meio do Decreto nº 30612, de 2 de janeiro de 2015, o Plano Mais IDH é formado de diversas ações multissetoriais que visam promover a redução da extrema pobreza e a diminuição das desigualdades sociais no meio urbano e rural. Contempla iniciativas básicas como a retirada de documentos de identidade, até a promoção do uso terapêutico de plantas medicinais. A FESMA (Força Estadual de Saúde do Maranhão) é o carro chefe do programa, com a realização de atendimento médico e nutricional domiciliar em áreas de difícil acesso.

4.2 O sindicalismo de classe média

Parece haver, portanto, uma defasagem entre a prática política do governo estadual e a do sindicato. O contingente de trabalhadores representados pelo Sinproesemma não é especificamente proletário, mas, pelo contrário, sofre determinações estruturais que o leva a se constituir como distintos do proletariado. Isto não impede a forte combatividade sindical e política de amplos segmentos do pessoal docente. Apesar da articulação corporativa e de desenvolver uma luta que se comporta nos estreitos limites da estrutura sindical, o sindicato, em muitos momentos, promoveu estratégias de luta política. Abaixo, em trecho de entrevista com o sindicalista Julio Guterres, um relato sobre a luta política do Sinproesemma, ou, em suas palavras, as “estratégias de enfrentamento”:

Mesmo na época da professora Lucimar Góes, além da conquista do estatuto onde obteve-se garantias mínimas de trabalho, o sindicato fazia enfrentamento, e no governo Luís Rocha em 1983 houve muita reação por conta de uma série de demissões. A partir da sua substituição e do início de práticas classistas no sindicato, nos primeiros anos da nova direção, em dez anos foram cinco greves¹⁰⁹. (Informação verbal)

¹⁰⁸ Os municípios participantes do programa são Afonso Cunha, Água Doce do Maranhão, Aldeias Altas, Amapá do Maranhão, Araiases, Arame, Belágua, Brejo de Areia, Cajari, Centro Novo do Maranhão, Conceição do Lago-Açu, Fernando Falcão, Governador Newton Bello, Itaipava do Grajaú, Jenipapo dos Vieira, Lagoa Grande do Maranhão, Marajá do Sena, Milagres do Maranhão, Pedro do Rosário, Primeira Cruz, Santa Filomena do Maranhão, Santana do Maranhão, Santo Amaro do Maranhão, São Francisco do Maranhão, São João do Caru, São João do Sóter, São Raimundo do Doca Bezerra, São Roberto, Satubinha e Serrano do Maranhão.

¹⁰⁹ Trecho de entrevista com o sindicalista e secretário-geral da CTB-MA, Julio Guterres.

Essas estratégias não se limitam a greves e manifestações, compreendendo também participações em Congressos, formação sindical, discussão de políticas educacionais e conjuntura política. As manifestações e paralisações convocadas pelo sindicato durante os anos 2015-2018 priorizaram pautas relacionadas à conjuntura política nacional: contra o governo Temer, contra a Reforma da Previdência, em favor da democracia, em defesa do ex-presidente Lula. O sindicato endossou também manifestações e paralisações vinda de seus núcleos municipais, em denúncia ao descaso com pagamentos de precatórios e efetivação de reajustes salariais aos professores por parte de algumas prefeituras.

É relevante pontuar uma discussão, no entanto. O Sinproesemma – sindicato dos trabalhadores em educação pública, é um sindicato docente (apesar de não somente) e do setor público (educação estadual e municipal). Existe uma grande tradição teórica nas ciências sociais sobre estudos da educação, classes sociais e classe média, assim como sobre a noção de classe média na educação, que não será exposta nessa exposição. À discussão, caberá pontuar a perspectiva teórica de ambos autores utilizados no decorrer da pesquisa como BOITO (2004) e SAES (2005). Ambos desenvolveram teses sobre o chamado “sindicalismo de classe média”. Na perspectiva de Boito (2004, p. 211), o “sindicalismo do setor público é onde se concentra o sindicalismo de classe média”, caso específico do sindicato aqui pesquisado.

Os trabalhadores de classe média são, segundo a definição de SAES (2005, p. 100), um “grupo social que congrega todos os trabalhadores, assalariados ou não, que, além de desempenharem algum trabalho apenas indiretamente produtivo (quando não absolutamente improdutivo), autorrepresentam-se, no plano ideológico, como trabalhadores não-manuais, distintos dos trabalhadores manuais e superiores a eles nos planos profissional e social”. Para o referido autor, esses trabalhadores assalariados não-manuais” (classe média) distinguem-se dos trabalhadores manuais (operários) pelo seu apego à ideologia da meritocracia.

É importante destacar que um trabalhador se considera de classe média:

pela percepção social do trabalho que realiza, cercado de objetos e de símbolos típicos do trabalho intelectual, seja pela correlação de forças políticas e pela conjuntura ideológica, concebe a si próprio como um trabalhador não manual que merece, enquanto tal, um tratamento social diferenciado, isto é, poderá professar a ideologia meritocrática e, nessa medida, integrar a classe média. É importante pensar o processo de formação das classes e, portanto, da classe média, como algo que transcende o nível econômico, isto é, que realiza mas que também

transforma aquilo que se encontra apenas potencialmente presente no campo da economia. O que ocorre é que não há um limite objetivo, rigoroso e fixo que separaria, no âmbito do processo e da situação de trabalho, a situação de classe média da situação operária. Esse limite é definido também pela intervenção da luta de classes, apresenta-se como algo relativamente frouxo e móvel, e sua mobilidade depende tanto da situação de trabalho quanto da conjuntura específica da luta de classes. (BOITO, 2004, p. 222-223).

Esses profissionais se distanciam do proletariado pela autorrepresentação e percepção de sua condição, seja pelo diploma, estudo, intelectualidade ou merecimento. Essa condição, advinda de um suposto esforço individual, resume-se em uma “ideologia meritocrática”, funcional para esses trabalhadores, mas não para o operariado. Para BOITO (2004, p. 223,224):

[...] no limite superior do mundo dos trabalhadores de classe média, encontram-se as situações de trabalho que reúnem os atributos que tornam os trabalhadores que nela se encontram mais apegados à ideologia meritocrática [...] as diferentes situações de trabalho articulam-se de modos distintos com a ideologia meritocrática. Há situações de trabalho que predispõem fortemente os trabalhadores que a ocupam a apegar-se a essa ideologia, há outras que não estimulam tão intensamente o meritocratismo. Há, portanto, uma gradação, determinada pela situação econômica do setor considerado e pelo contexto histórico, no apego à ideologia meritocrática. A situação de trabalho e o meritocratismo são os dois fatores, portanto, fundamentais a serem considerados na análise das relações da classe média com o sindicalismo.

A situação de trabalho dos docentes em educação pública facilita em parte sua organização sindical, no comparativo com professores da iniciativa privada, por exemplo, pois esses profissionais têm estabilidade estatutária e padrões estabelecidos de carreira. Porém, o meritocratismo é fator condicionante de suas lutas sindicais. “Dentro dos limites impostos por essa ideologia e pelos interesses de classe média, o que repercute, nas concepções, no conteúdo das reivindicações, nas formas de organização e nos métodos de luta de tal sindicalismo”. (Boito, 2004, p. 225).

Para Boito (2004, p. 228)

[...] o meritocratismo pode, a despeito do efeito de isolamento que lhe é peculiar, articular-se com o sindicalismo graças ao deslocamento de ênfase do mérito individual para o da profissão. [...] trata-se, agora, não apenas de defender o poder aquisitivo do salário, como também de defender a posição relativa dos salários da profissão na hierarquia salarial.

Nesse sentido, nota-se que algumas das mais importantes pautas do Sinproesemma, denominadas nesta pesquisa de “ações reivindicativas”, são: a gratificação de atividade de magistério, as progressões salariais e o pagamento do

piso salarial dos professores¹¹⁰. O sindicato oficialmente declara que as suas bandeiras não se resumem a questões salariais (nem são essas as mais importantes), e que a GAM, por exemplo, já compõe o salário e foi contemplada em estatuto desde os anos 1990, época da conquista do primeiro estatuto do Magistério¹¹¹. Nas palavras da diretoria, a bandeira mais importante da luta sindical é a valorização e a universalização da educação pública de qualidade com destaque para o reajuste salarial e a melhoria das condições de trabalho dos profissionais:

Então, nesse novo estatuto (de 2013) a gente acha que com todas as dificuldades, conseguimos abordar as questões fundamentais da categoria. A pauta reivindicatória sendo a questão da saúde ocupacional do trabalhador, a questão da participação da mulher, ou seja, a pauta que a gente procurou estabelecer não é uma pauta absolutamente corporativa, mas trabalhar uma pauta mais ampla e debatê-la com o governo. Essa questão do orçamento para educação, como é que é isso, garantia disso, e o sindicato participar desse debate. A gente fez isso algumas vezes, a gente ocupou as galerias da Assembleia algumas vezes para o governo reajustar, aumentar o valor do orçamento para educação, etc., ou seja, a gente sempre buscou tratar essas questões¹¹². (Informação verbal).

Ressalta-se que o meritocratismo impõe limites e individualiza professores em luta, e constitui um obstáculo a que esta luta seja levada de modo político e unificado pela categoria docente. Para Boito (2004, p. 228) esse sindicalismo meritocrático:

[...] apresenta algumas características vinculadas entre si e que remetem, todas, à ideologia meritocrática e aos interesses econômicos que essa ideologia oculta e legítima. Esse sindicalismo meritocrático é particularmente notável entre as profissões cujo exercício exigem a posse de um diploma outorgado pelo sistema escolar. Nossa hipótese, contudo, é que ele é praticado, ainda que de modos distintos, em todas as frações da classe média que aderiram ao movimento sindical sem deixar de ser classe média, isto é, sem romper com o meritocratismo. No que diz respeito ao conteúdo das reivindicações, esse sindicalismo assume a defesa daquilo que denominaríamos “salário relacional”, isto é, a defesa não só do poder aquisitivo do salário, mas também da posição relativa que o salário de uma determinada profissão “deve ocupar” na “escala social das profissões” concebida pelo meritocratismo.

¹¹⁰ Em 28 de dezembro de 2017 o MEC – Ministério da Educação, anunciou o piso salarial dos professores em educação básica para o ano de 2018 equivalente a R\$ 2.455,35 para jornada de 40h semanais, respeitando os termos do Art. 5º da Lei N.º 11.738 de 2008, que estabelece a atualização anual do piso nacional do magistério, sempre a partir do mês de janeiro.

¹¹¹ A GAM de fato foi contemplada no Estatuto do Magistério de 1994, conquista ainda das gestões Lucimá Goes, entretanto, o pagamento do benefício foi negligenciado por diversos governos subsequentes. No novo Estatuto do Educador conquistado em 2013, o valor do benefício sofreu uma diminuição.

¹¹² Trecho de entrevista com o sindicalista Júlio Guterres sobre as pautas do Sinproesemma e a campanha salarial.

É nesta perspectiva que, tanto essa plataforma reivindicativa como “as formas de organização e os métodos de luta do sindicalismo meritocrático de classe média dificultam, embora não impeçam, a unificação com o sindicalismo operário”. (BOITO, 2004, p. 230).

4.3. O SINPROESEMMA, a CTB e o PCDOB

Mostrou-se pertinente trazer mais um elemento à análise, a CTB – Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil/seção Maranhão, central sindical à qual o Sinproessemma é filiado, fundada por militantes do PCdoB maranhense. A CTB/Nacional foi fundada no ano de 2007 em um Congresso realizado na cidade de Belo Horizonte, com a participação de mais de 2 mil representantes de delegações sindicais de 27 estados; nasceu, em caráter nacional, com a proposta de organizar os trabalhadores da cidade e do campo, e tem como horizonte um sindicalismo socialista e classista.

Uma das hipóteses é aferir se com a chegada do PCdoB ao governo do estado do Maranhão no ano de 2015, houve uma significativa expansão da CTB no estado. O Sinproessemma foi o primeiro sindicato do Maranhão filiado à CTB, logo após sua fundação no Maranhão, em 2008. Três membros da sua atual gestão “Unidade e Lutas por mais Conquistas” foram eleitos dirigentes da CTB para o quadriênio 2017/2021: o presidente do sindicato Raimundo Oliveira (2017-2021), eleito para integrar a direção executiva, a vice-presidente Hildinete Rocha e a secretária-geral, Izabel Lins, eleitas para compor a direção nacional.

Em abril do ano de 2008, é fundada a seção estadual da CTB no Maranhão, nas dependências do Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA-Ma, em caráter de Assembleia Geral de Fundação, com a presença de delegados e delegadas representantes de entidades sindicais e oposições sindicais, compondo a mesa de abertura do Congresso nomes como Flávio Dino, então deputado Federal pelo PCdoB/Ma (CTB, 2008).

Nas palavras de Júlio Guterres, um dos fundadores da CTB seção estadual do Maranhão, a central nasce com o objetivo de aglutinar trabalhadores e correntes sindicais:

[...] o centro da estrutura da CTB foram os militantes do PCdoB. O partido defendia fazer um enfrentamento político a partir de uma organização de

trabalhadores forte, uma central, defendíamos uma central única de trabalhadores. [...] Bom, vamos organizar então uma central sindical que junte trabalhadores dos mais variados espectros possíveis. E a gente tendo uma visão de que a central sindical precisa expressar isso no movimento sindical, vieram junto com os militantes do PCdoB, o pessoal do PSB, algumas pessoas do PT, alguns sindicalistas que não eram filiados a nenhum partido político, mas que concordavam com a visão ampla que a CTB debatia e discutia. E foi em 2007, de 12 a 14 de 2007, em dezembro, que nós fundamos a CTB em um importante congresso lá em Minas Gerais. (Informação verbal).¹¹³

Em 2018, onze anos após a sua fundação, a central é uma das maiores do país em representação sindical, estando presente em todos os estados da federação. De acordo com dados divulgados pelo Ministério do Trabalho em 2016, a CTB contava com 744 sindicatos filiados¹¹⁴, contabilizando um contingente de 1.286.313 (um milhão, duzentos e oitenta e seis mil, trezentos e treze) de trabalhadores. A central defende um dos três pilares do sindicalismo de estado, a unicidade sindical, como uma forma democrática de organização e fortalecimento dos sindicatos, federações e confederações¹¹⁵. No Maranhão, a central conta com 39 sindicatos filiados. A CUT continua sendo a maior central sindical do país, com 2.339 entidades filiadas, seguida da Força Sindical com 1.707 e da UGT com 1.304 filiações. A Nova Central Sindical de Trabalhadores aparece em quarto lugar com 1.155 filiações, seguida da CSB e da CTB, com 817 e 798 filiações respectivamente.

De acordo com CAMPOS (2016, p. 9,10) há no Brasil “[...] 549 federações, 43 confederações e 7 centrais sindicais, totalizando 16.491 organizações que representam empregadores (5.251) e trabalhadores (11.240)”. As sete centrais sindicais são: Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical (FS), União Geral dos Trabalhadores (UGT), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) e Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB)”. Dados mais atualizados, disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego em 2018, contabilizam 13 centrais sindicais, 6 delas não citadas pelo autor: Central do Brasil Democrática de Trabalhadores (CBDT Nacional), Central Sindical e Popular Conlutas (CSP), Central das Entidades de

¹¹³ Trecho de entrevista com o sindicalista Júlio Guterres, secretário-geral da CTB-MA.

¹¹⁴ Dados mais atuais referente à 2018, disponibilizados na página online do Ministério do Trabalho e Emprego, contabilizam 798 sindicatos filiados.

¹¹⁵ Capítulo II, art. II do Estatuto da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – Seção Estadual do Maranhão – CTB/MA.

Servidores Públicos (CESP), Intersindical – Central da Classe Trabalhadora, Publica – Central do Servidor e União Sindical dos Trabalhadores (UST). (BRASIL, 2018a).

Aparentemente, 10,8 mil sindicatos registrados é um número bastante representativo, mas o que o estudo do IPEA indica é que, apesar da quantidade, o índice de filiações é baixo, ficando em “16,2% (ou 17,3 milhões de sindicalizados, em um total de 107,2 milhões de trabalhadores). E esta porcentagem é apenas uma média, com vários sindicatos muito abaixo deste nível, o que provavelmente resulta em problemas na representação e na defesa dos trabalhadores, mais uma vez”.

Essa questão da representação é candente pois “a comparação entre o número de trabalhadores na base dos sindicatos e o daqueles que são efetivamente sindicalizados é marcante”. (CAMPOS, 2016, p. 16). Ou seja, é uma realidade no Brasil, que, apesar da baixa afiliação, por volta de 70% dos trabalhadores são cobertos pelos ganhos sindicais, o que não significa altos salários. Há também uma baixa ‘politização’ e participação, e a consequente perpetuação de grupos dirigentes no controle dos sindicatos. Isto demonstra que 1 – existe um problema de baixa afiliação, apesar da quantidade de sindicatos e do grande contingente de trabalhadores e 2 – como consequência, existe uma ‘lacuna’ que é preenchida por alguns profissionais. Mesmo não militando efetivamente, ou seja, participando de greves, ações, manifestações, paralisações, congressos, campanhas e reuniões, todos os profissionais, na ativa, ou aposentados, são beneficiados por eventuais conquistas sindicais.

O Maranhão tem uma base de docentes consideravelmente alta na rede pública de ensino. São 31.573 professores para 364.533 alunos, de acordo com a última estatística divulgada pelo INEP para o ano de 2016, o que equivale a 11,54 alunos por professor¹¹⁶. Esse número pode sofrer um pequeno aumento, se considerarmos que 2.439 professores estavam fora da sala de aula no ano de 2017. O que equivale, na prática, a 12,51 alunos por professor. De acordo com informações divulgadas pela agência de notícias do governo do Maranhão, estados como Pernambuco e Alagoas têm uma sobrecarga bem superior, com 27,08 e 29,26 alunos por professor, respectivamente.

¹¹⁶ O dado é significativo juridicamente pois respeita a quantidade limite de alunos em sala de aula de acordo com o Conselho Estadual de Educação do Maranhão – CEE/MA, que determina o máximo de 25 alunos em sala de aula no ensino fundamental e 35 no ensino médio.

O Sinproesemma, maior sindicato em educação pública do estado, possui um contingente de 34.524 associados, (BRASIL, 2018b) entre professores e funcionários em educação (diretores, agentes administrativos, agente escolar, coordenação e supervisão educacional). Uma organização antiga e expressiva na cidade de São Luís e outros municípios do estado, com eleições regulares a cada quatro anos e uma boa arrecadação advinda das mensalidades de seus associados. Em relação ao formato das eleições, é importante considerar que houve uma mudança a partir de 2002, época em que ocorreu a saída da professora Lucimá Góes da diretoria e que deu início às práticas classistas. No período Lucimá Goes as eleições eram feitas por votação direta, e a partir da sua deposição passaram a ser feitas em Congressos¹¹⁷, objetivando um processo mais idôneo, com debates, participação de trabalhadores e docentes de todo o estado e delegados municipais. Vale observar que o sindicato voltou ao modelo de eleições diretas em suas duas últimas eleições realizadas em 2013 e 2017, o que pode acenar para uma despolitização do processo.

4.4. Bandeiras de luta da categoria ou “Questões de Caráter Reivindicatório”

As ações de caráter reivindicatório não englobam apenas questões salariais e das condições de trabalho, mas também questões de caráter “prático”, como aquisição de transporte (carro) e construção/aluguel de sede para o sindicato em diversas cidades no estado. De acordo com a vice-presidente do sindicato, o Sinproesemma tem sede própria em Imperatriz, segunda maior cidade do estado, e ainda nas cidades de Bacabal, Santa Inês, Itapecuru e Chapadinha em vias de se concretizar.¹¹⁸ (Informação verbal). Essas iniciativas fazem parte de uma política de descentralização, em que sindicato investe em uma gestão em formato de núcleos municipais.

Fazem ainda parte dessas ações, parcerias com instituições educacionais para realização de cursos de aperfeiçoamento, mestrado profissional para os professores associados e realização de confraternizações. Entretanto, entre as ações reivindicatórias, destacam-se três: a GAM – Gratificação de Atividade do Magistério, as progressões salariais e o pagamento do piso salarial.

¹¹⁷ Nesse momento o sindicato ainda é filiado à CUT, que defendia o formato de eleições diretas.

¹¹⁸ Trecho de entrevista com a vice-presidente do Sinproesemma, gestão 2017-2021, Hildinete Rocha.

4.4.1. GAM – Gratificação de Atividade do Magistério

Antes conhecida como Incentivo Financeiro criado pelo Art. 18 da lei 4.270 de 16 de dezembro de 1980 a GAM¹¹⁹ – Gratificação de Atividade do Magistério, é de acordo com o Art. 59 (Cap. II, página 19) do Estatuto do Magistério do Maranhão (Lei Nº 6.110 de 15 de agosto de 1994), a vantagem pecuniária atribuída ao Professor e Especialista em educação, em razão de seu desempenho em atividade de magistério.

Inicialmente calculada sobre o vencimento base nos percentuais de: I – 100% (cem por cento) aos Professores de nível médio; II – 130% (cento e trinta por cento) aos professores e especialistas portadores de nível superior e professores que trabalham com educação especial¹²⁰. É posteriormente, no ano de 2013, alterada através de um novo Estatuto do Magistério, aprovado após greve da categoria resultar em um acordo entre o Sinproesemma e o governo Roseana Sarney. O cálculo da GAM passa a ser, para percentuais de: I - 75% (setenta e cinco por cento) aos ocupantes do cargo Professor I; II - 104% (cento e quatro por cento) aos ocupantes dos cargos Professor, Professor II, Professor III, Especialista em Educação, Especialista em Educação I e Especialista em Educação II e Professor I que estejam desenvolvendo atividades de Educação Especial. (MARANHÃO, 2013).

O critério para recebê-la é ser professor ou especialista em educação e atingir 5 (cinco) anos consecutivos ou 10 (dez) anos intercalados de efetivo exercício em atividade de magistério. De acordo com o estatuto, a GAM deve ser calculada sobre o vencimento-base.

4.4.2. As progressões salariais

De acordo com o Art. 44 do Cap. V do Estatuto do Magistério, a progressão salarial é a movimentação do servidor dentro de uma mesma classe e do

¹¹⁹ Art. 61 – Será incorporada para efeito de aposentadoria a Gratificação de Atividade de Magistério, quando o Professor ou Especialista em Educação atingir 5 (cinco) anos consecutivos ou 10 (dez) anos intercalados de efetivo exercício em Atividade de Magistério, independentemente de sua percepção na ativa.

¹²⁰ Art. 60 da lei de 1994.

mesmo cargo, ou seja, é quando o profissional avança de uma referência para outra superior na tabela salarial. Para efeito de progressão serão considerados os seguintes fatores¹²¹: I) Tempo de serviço obedecendo aos seguintes critérios:

a) – Professor Classe I Referência 1 – de 0 a menos de 5 anos; Referência 2 – de 5 a menos de 10 anos; Referência 3 – de 10 a menos de 15 anos; Referência 4 – de 15 a menos de 20 anos; Referência 5 – de 20 a menos de 23 anos; Referência 6 – a partir de 23 anos;

b) – Professor Classe II Referência 7 – de 0 a menos de 5 anos; Referência 8 – de 5 a menos de 10 anos; Referência 9 – de 10 a menos de 15 anos; Referência 10 – de 15 a menos de 20 anos; Referência 11 – de 20 a menos de 23 anos; Referência 12 – a partir de 23 anos.

c) – Professor Classe III e Especialista Classe I Referência 13 – de 0 a 5 anos; Referência 14 – de 5 a menos de 10 anos; Referência 15 – de 10 a menos de 15 anos; Referência 16 – de 15 a menos de 20 anos; Referência 17 – de 20 a menos de 23 anos; Referência 18 – a partir de 23 anos.

d) – Professor Classe IV e Especialista Classe II Referência 19 – de 0 a menos de 3 anos; Referência 20 – de 3 a menos de 7 anos; Referência 21 – de 7 a menos de 11 anos; Referência 22 – de 11 a menos de 15 anos; Referência 23 – de 15 a menos de 19 anos; Referência 24 – de 19 a menos de 23 anos; Referência 25 – a partir de 23 anos.

Para o sindicato, a Campanha Salarial do ano de 2017 configurou-se um grande avanço. Sua diretoria “acredita que saiu do debate com avanços e boas perspectivas com relação à implantação automática das progressões funcionais dos educadores” (SINPROESEMMA, 2017), bandeira de luta histórica. Depois de zerar a dívida acumulada das progressões, que se arrastava por quase 20 anos, o governo Flávio Dino iniciou a concessão automática do benefício (a partir de 2017)¹²² para os educadores que estão aptos a progredir de nível. Essa garantia foi estabelecida em acordo fruto da greve dos professores ocorrida em 2013, durante o governo Roseana Sarney, porém, mesmo com o acordo selado os profissionais da rede ainda lutavam pelas progressões.

Segundo dados divulgados pela Secretaria de Estado da Educação do Maranhão (SEDUC), para o ano de 2018, cerca de cinco mil professores da rede

¹²¹ Art.45 do Estatuto do Magistério.

¹²² Em 29 de julho de 2017, 5.559 professores tiveram suas progressões concedidas.

têm direito ao benefício, que deve ser concedido ao final de cada ciclo de quatro anos da carreira do magistério e de acordo com a data de aniversário de cada profissional, conforme determina o Estatuto do Magistério. Além dos professores que entraram em concurso público realizado no ano de 2009, têm direito à progressão outros professores mais antigos a esse período, que nunca receberam o benefício por descaso dos governos anteriores em efetivar as progressões.

4.4.3. O piso salarial

O Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério¹²³ Público da Educação Básica é uma das principais bandeiras de luta dos professores, sindicatos e centrais sindicais pela valorização da carreira do magistério e o cumprimento do seu pagamento é uma questão sempre envolta em polêmicas. De acordo com a CNTE, o primeiro anteprojeto de lei sobre o piso nacional, elaborado pela central, data de 1981, e de diretrizes de carreira, de 1992, sendo que os dois foram debatidos durante a tramitação do PL 1.258/88, que versava sobre a regulamentação da LDB pós redemocratização do país.

Após um¹²⁴ longo período de lutas durante os anos 90, o piso salarial foi estabelecido no governo Lula, pela Lei nº 11.738¹²⁵ de 16 de julho de 2008 e passou a vigorar em 1º de janeiro de 2009¹²⁶. O piso é o pagamento mínimo para o profissional do magistério de nível infantil, fundamental ou médio para jornada de 40h semanais em início de carreira com formação em nível médio, na modalidade Normal, entretanto, muitos estados e municípios não a obedecem e pagam abaixo

¹²³ Por profissionais do magistério público da educação básica entendem-se aqueles que desempenham as atividades de docência ou as de suporte pedagógico à docência, isto é, direção ou administração, planejamento, inspeção, supervisão, orientação e coordenação educacional, exercidas no âmbito das unidades escolares de educação básica, em suas diversas etapas e modalidades, com a formação mínima determinada pela legislação federal de diretrizes e bases da educação nacional.

¹²⁴ De acordo com informações divulgadas pela CNTE no ano de 2016, 14 estados pagavam menos que o estabelecido pelo piso nacional. Alguns complementavam a remuneração com gratificações e complementos, outros, como o estado do Espírito Santo não cumpriam o valor estipulado para 2016 nem mesmo na remuneração.

¹²⁵ A lei regulamenta o piso ao que se refere à alínea “e”, inciso III, caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988. Com informações de <planodecarreira.mec.gov.br/perguntas-frequentes>. Acesso em 21 de fevereiro de 2018.

¹²⁶ O Supremo Tribunal Federal permitiu que a remuneração total fosse considerada como piso até o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade, que se deu em abril de 2011, que é quando passou a valer o que está previsto em lei, ou seja, o vencimento inicial das carreiras. Disponível em Diário eletrônico do STF (ADI 4.167).

do piso estabelecido pelo Ministério da Educação, já que não existe nenhuma punição¹²⁷ a priori para os estados que a descumprirem. (BRASIL, 2008).

De acordo com o Art. 5º da Lei do piso o mesmo será atualizado, anualmente, no mês de janeiro. A cada ano no mês de dezembro o MEC, geralmente por meio de nota em seu portal eletrônico, anuncia o reajuste equivalente para o ano seguinte. Em 28 de dezembro de 2017 o piso salarial dos professores para o ano de 2018 foi anunciado em R\$ 2.455,35 mensais, para jornada de 40h semanais. (BRASIL, 2008).

O valor é calculado com base na comparação da previsão do valor aluno-ano do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, dos dois últimos exercícios. O valor aluno-ano é o valor mínimo estabelecido para repasse do FUNDEB, de acordo com a Lei nº 11.494 de 20 de junho de 2007, (que envolve recursos provenientes da arrecadação de estados e municípios e também da União), quando houver necessidade de complementação financeira para cada matrícula de aluno por ano. Para calcular esse valor ‘aluno-ano’ cabe ao MEC apurar o quantitativo de matrículas (referentes aos anos iniciais do ensino fundamental urbano) que será a base para a distribuição dos recursos (a partir do Censo Escolar da Educação Básica feito pelo INEP, e com o Tesouro Nacional fica a responsabilidade de estimar as receitas da União e dos Estados que compõem o fundo e definir o reajuste. (EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO, 2017).

De acordo com o estatuto do magistério, as gratificações e abonos fazem parte da remuneração, mas não podem ser levadas em conta como forma de contagem no valor do piso. Essa é uma questão polêmica entre muitos professores e o Sinproesemma, pois apesar das notícias divulgadas pelo governo sobre os professores da rede estadual do Maranhão ganharem o maior salário do país, parte dos professores alega que não recebe o salário divulgado pela propaganda do governo Flávio Dino nas redes sociais.

Em entrevista, professor da rede estadual de ensino, que não quis ser identificado, afirma que:

¹²⁷ O MEC afirma que “não é de sua prerrogativa fiscalizar o cumprimento de leis ou contratos estaduais e municipais, esse papel é próprio do Ministério Público Estadual, do Poder Legislativo local e dos Tribunais de Contas Estaduais. Não há uma penalidade específica para o não cumprimento da lei do piso”.

o salário divulgado pelo governo de R\$5.700 é para carga horária de 40h e contempla apenas uma pequena parte da rede, mais ou menos 1500 professores¹²⁸. A grande maioria, quase 30.000, são de carga horária de 20h e recebem de R\$ 2.400 para baixo. A recomposição salarial foi parcelada, 2,71% para o mês de março e 3,99% para o mês de junho, sem retroativo como manda a lei. E a recomposição foi de 6,70% e não de 6,81%, como divulgado. Em 2016, não tivemos reajuste. Essa propaganda toda é para ludibriar a sociedade. Na verdade, os professores estão insatisfeitos. (Informação verbal)¹²⁹.

A seguir, a figura 4 mostra a tabela salarial referente ao ano de 2018, divulgada pelo sindicato. E a figura 5, a holerite de um professor da rede estadual referente ao mês de fevereiro, ano de 2018.

¹²⁸ O primeiro concurso público para carga horária de 40h foi realizado pelo governo Flávio Dino em 2016.

¹²⁹ Trecho de entrevista concedida por professor da rede estadual de ensino em abril de 2018.

Figura 5 - Tabela salarial do magistério da educação básica referente ao ano de 2018.

TABELA SALARIAL 2018									
GRUPO EDUCAÇÃO / SUBGRUPO - MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (REAJUSTE DE 6,81% SOBRE O VENCIMENTO)									
TABELA DE VENCIMENTOS (20 HORAS)									
CARREIRA	CARGO	CLASSE	REF.	A PARTIR DE 1º DE MAR/2018			A PARTIR DE 1º DE JUN/018		
				VENC.	GAM	TOTAL	VENC.	GAM	TOTAL
Docência de Educação Básica	Professor I	C	6	1.228,32	1.093,20	2.321,52	1.228,32	1.093,20	2.321,52
			5	1.253,84	1.508,62	2.762,46	1.253,84	1.508,62	2.762,46
	Professor II	C	6	1.304,00	1.568,97	2.872,97	1.304,00	1.568,97	2.872,97
			1	1.255,03	1.510,05	2.765,08	1.305,11	1.570,31	2.875,42
	Professor III	A	2	1.317,78	1.585,55	2.903,33	1.370,36	1.648,82	3.019,18
			3	1.383,68	1.664,84	3.048,52	1.438,89	1.731,27	3.170,16
			4	1.452,86	1.748,08	3.200,94	1.510,83	1.817,83	3.328,66
		C	5	1.525,51	1.835,49	3.361,00	1.586,38	1.908,73	3.495,11
			6	1.601,79	1.927,27	3.529,06	1.665,70	2.004,17	3.669,87
			7	1.681,88	2.023,64	3.705,52	1.748,98	2.104,37	3.853,35
5			1.253,84	1.508,62	2.762,46	1.253,84	1.508,62	2.762,46	
Suporte Pedagógico	Especialista em Educação I	C	6	1.304,00	1.568,97	2.872,97	1.304,00	1.568,97	2.872,97
			1	1.255,03	1.510,05	2.765,08	1.305,11	1.570,31	2.875,42
	Especialista em Educação II	A	2	1.317,78	1.585,55	2.903,33	1.370,36	1.648,82	3.019,18
			3	1.383,68	1.664,84	3.048,52	1.438,89	1.731,27	3.170,16
			4	1.452,86	1.748,08	3.200,94	1.510,83	1.817,83	3.328,66
		C	5	1.525,51	1.835,49	3.361,00	1.586,38	1.908,73	3.495,11
			6	1.601,79	1.927,27	3.529,06	1.665,70	2.004,17	3.669,87
			7	1.681,88	2.023,64	3.705,52	1.748,98	2.104,37	3.853,35

TABELA DE VENCIMENTOS (40 HORAS)									
CARREIRA	CARGO	CLASSE	REF.	A PARTIR DE 1º DE MAR/2018			A PARTIR DE 1º DE JUN/018		
				VENC.	GAM	TOTAL	VENC.	GAM	TOTAL
Docência da Educação Básica	Professor III	A	1	2.510,07	3.020,12	5.530,19	2.610,22	3.140,62	5.750,84
			2	2.635,56	3.171,11	5.806,67	2.740,72	3.297,63	6.038,35
		B	3	2.767,36	3.329,69	6.097,05	2.877,77	3.462,53	6.340,30
			4	2.905,73	3.496,17	6.401,90	3.021,67	3.635,67	6.657,34
		C	5	3.051,02	3.670,99	6.722,01	3.172,76	3.817,46	6.990,22
			6	3.203,59	3.854,56	7.058,15	3.331,41	4.008,35	7.339,76
			7	3.363,75	4.047,26	7.411,01	3.497,97	4.208,76	7.706,73



SINPROSEMMA FILIADO A CNE CTB
 Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Escolas Municipais e Municipais do Município de São Paulo
 "Unidade e luta por Mais Conquistas!"

Fonte: página online do Sinproessemma

Figura 6 - Holerite professor da rede estadual de ensino referente a abril de 2018

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO				
COMPROVANTE DE RENDIMENTOS				
ÓRGÃO				
SECRETARIA DE EST. DA EDUCACAO				
MUNICÍPIO SAO LUIS			MÊS FEVEREIRO	ANO 2018
LOTAÇÃO/SETOR				
NOME DO SERVIDOR				
CPF		RG		GRUPO EDUCACAO
SUB-GRUPO MAG EDU		CARGO/SPECIALIDADE PROFESSOR III /PROF MAG-IV		
CLASSE A		REF. 002	FUNÇÃO	
DEP.S.F. 00	DEP.I.R. 00	CONTA CORRENTE		REGIME JURIDICO
TIPO	DISCRIMINAÇÃO		REF	VALOR
VANTAGENS				
101	VENCIMENTO			1,283.01
136	ADICIONAL TEMPO SERVICO		5,000	64.15
150	GRAT.ATIV.MAGISTERIO		120,320	1,543.72
DESCONTOS				
554	ACRESSEMA		/099	48.87
982	FEPA			318.00
983	FUNBEN			86.73
985	IMPOSTO DE RENDA NA FONTE			43.66
BASE CALCULO DO TETO		DEPOSITO FGTS	BRUTO	DESCONTOS
2.890.88		0.00	2.890.88	
BASE DE CALCULO IRPF		MARGEM DO PROPRIETARIO	MARGEM DOBRO TPA	LÍQUIDO
2.890.88		867.26	289.08	2.393.62

Comprovou-se, a partir da análise de holerite, que os professores recebem o salário divulgado pelo governo. Não são todos os professores que recebem R\$ 5 mil iniciais, pois este valor sofre alteração de acordo com a carga horária. Os profissionais com carga horária de 40h ainda são parte pequena da base de docentes (em torno de 2 mil em um contingente de mais 30 mil, em sua maioria com carga horária de 20h).

4.5 Mapa do sindicalismo maranhense

No Maranhão há inúmeros sindicatos que representam diversas categorias de trabalhadores e empregadores, sindicatos urbanos e rurais. A intenção é mostrar apenas os sindicatos oficiais, ou seja, os sindicatos que possuem Carta Sindical, além de representatividade perante a categoria, com um número

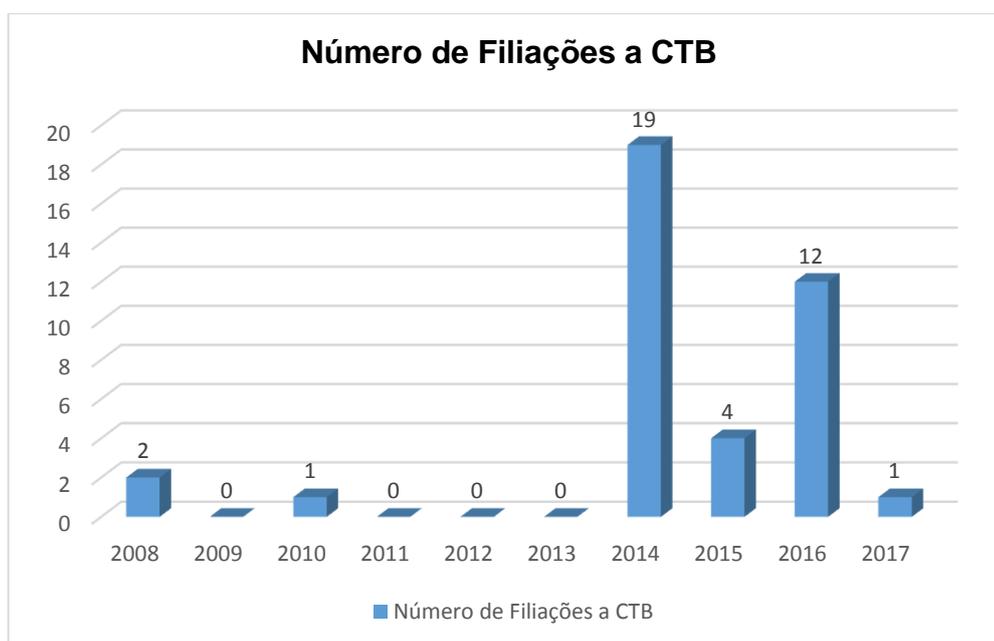
expressivo de associados e atuação em campanhas, que são filiados a CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, para aferir a significativa expansão da central com a chegada do PCdoB ao governo.

Na educação há o Sinproesemma (Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Estadual e Municipais do Estado do Maranhão) e o Sinterp-MA (Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino da Rede Particular do Maranhão). Outros dois importantes sindicatos de professores, o Sindeducação (Sindicato dos Profissionais do Magistério da Rede Municipal de São Luís) e a Apruma (Associação dos Professores da Universidade Federal do Maranhão) não são filiados à CTB. O primeiro se filiou a Força Sindical em 2016 e a APRUMA sendo uma Seção do ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, é filiado à CSP/Conlutas.

No interior do estado, e principalmente nas áreas mais rurais, há muitas organizações pequenas em número de associados e trabalhadores que não são sindicalizados. É nesse espaço que a CTB vem se empenhando em expandir sua adesão focando em grande parte nos sindicatos rurais, com a realização de assembleias em formato “de mutirões” onde ocorrem várias filiações. No ano de 2016, 11 sindicatos de pescadores e pescadoras no interior do estado aderiram à central. No mês de janeiro foram dois sindicatos, o Sindicato dos Pescadores de Santa Rita e o Sindicato dos Pescadores de Matinha, ambos em assembleia realizada no dia 30. Dois meses depois, em março, 9 sindicatos de pescadores aderiram a central, nos municípios de Bela Vista, Igarapé do Meio e Olinda Nova em 19 de março, Alto Alegre e Bacabal em 20 de março, Presidente Sarney em 05 de março, Bom Jardim em 06 de março, Pio XII em 13 de março e São João Batista em 11 de março de 2016.

A CTB vem promovendo no interior do estado cursos de formação sindical direcionado aos trabalhadores rurais, além das já citadas assembleias para realização de filiação de várias associações. Com essas ações, já é expressivo o número de sindicatos rurais filiados à central. Dentre os mais recentes estão o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Arame, que se filiou no ano de 2017 e os sindicatos citados acima, todos com filiações em 2016, o que indica fortemente uma tendência. O gráfico abaixo mostra o aumento no número de filiações sindicais à CTB, de 2008, ano em que a central chega ao Maranhão, a 2017, último ano de divulgação dos dados de filiação.

Gráfico 6 - filiações à CTB nos anos de 2008 a 2017



Fonte: CTB, 2018, gráfico elaborado pela autora, 2018.

Em 2008, ano seguinte a cisão com a CUT que resultou em seu surgimento, registrou-se no estado apenas duas filiações, porém bastante representativas: o Sinproessemma e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Luís. Os anos seguintes, 2009, 2010, 2011 e 2012, são pouco expressivos, apenas uma filiação em 2010 e nenhuma filiação nos anos 2009, 2011 e 2012. Em 2014, ano pré-eleitoral, registrou-se um aumento significativo com 19 filiações. Entretanto, é importante ressaltar que algumas dessas filiações são referentes ao ano de 2013 e de acordo com informações repassadas pela secretaria da CTB nacional, essas filiações foram contabilizadas para janeiro de 2014 por conta de uma mudança no sistema da central. Em 2015, primeiro ano do governo do PCdoB, foram 4 filiações, e 2016 registrou o crescimento mais significativo com 12 filiações, a maioria de entidades rurais, como já citado acima. Até o ano de 2017¹³⁰, a central registra 39 entidades sindicais filiadas no estado do Maranhão, um crescimento expressivo.

¹³⁰ A Central não fornece as filiações referentes ao ano de 2018.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já foi exposto, com base principalmente nas formulações elaboradas por Saes e desenvolvidas por Boito (1991), a estrutura sindical é um conjunto de relações nas quais participam “burocratas de Estado, sindicalistas e trabalhadores”, relações “que se materializam em aparelhos, dotados de recursos humanos e materiais, como os sindicatos oficiais, as Federações e Confederações sindicais e a Justiça do Trabalho”. Não são os trabalhadores que escolhem livremente seus sindicatos. Aqui, a prerrogativa cabe ao Estado, por meio da carta sindical e as decorrentes da unicidade sindical, ou seja, o sindicato único imposto por lei, e, ainda, a contribuição sindical obrigatória, o chamado “imposto sindical”. (Boito, 1991, p. 27).

Com a aprovação da Reforma Trabalhista, em abril de 2017, por meio do projeto de lei nº 6.787-B do ano de 2016 proposto pelo deputado Rogério Marinho (PSDB/RN), um dos elementos dessa estrutura, as contribuições sindicais obrigatórias, sofreu forte impacto. Este foi atenuado a partir de 11 de novembro de 2017, quando as regras começaram a valer oficialmente: as contribuições tornaram-se facultativas.

O Sinproesemma, sindicato de trabalhadores em educação pública do estado, apesar de se pronunciar oficialmente contra a Reforma, se comporta nos estreitos limites dessa estrutura sindical: defende, em estatuto, a unicidade sindical, e apesar de negar que vá ser afetado pelo fim das contribuições compulsórias, emitiu um comunicado oficial (em anexo nessa dissertação), conclamando todos os trabalhadores (e não só os associados) a realizarem o pagamento, em março de 2018, relativo ao desconto anual de um dia de trabalho.

O que nos leva a sustentar que, em sua atuação política, predominou uma lógica reprodutora de interesses de classe, que nesse caso, não são especificamente proletários. Não estamos afirmando que houve ausência de lutas; mas sim que há um efeito de atomização, particular aos sindicatos oficiais, e, no caso específico desta análise, há ainda um segundo limite: a ideologia meritocrática, característica do sindicalismo público.

Já atuação política do partido (PCdoB) opera em três frentes: políticas sociais, defesa da democracia e desenvolvimento (capitalista). As políticas sociais implementadas pela gestão Flávio Dino, ao contemplarem a educação, se voltam

para múltiplos interesses populares, desde os trabalhadores docentes até amplas parcelas do povo pobre. Não se trata de políticas antissistêmicas. Ao contrário, são compatíveis com a tríade apontada acima. Não contemplam os interesses estratégicos do proletariado, seus interesses fundamentais, mas os de “curto prazo”, ou seja, contemplam interesses que podem ser atendidos no interior das estruturas do modo de produção capitalista, porém, “que não questionam a própria estrutura das relações sociais”. (WRIGHT, 1981, p. 83). O atual governo maranhense (2015-2018) conseguiu fazer, até o momento, com que alguns aspectos do desenvolvimento capitalista no Maranhão repercutam favoravelmente para amplas parcelas dos proletários e semiproletários que, em sua imensa maior parte, são frutos deste desenvolvimento: com programas de alfabetização, de atendimento médico domiciliar em áreas de difícil acesso, investimentos em agricultura familiar e medicina alternativa, com o estímulo ao uso terapêutico de plantas medicinais.

O sucesso da gestão é grande e o governo obtém hoje mais de 60% de aprovação, o que repercutiu no crescimento do partido, tanto no número de filiações, quanto no crescimento das bancadas na Assembleia Legislativa, na Câmara Municipal, e de suas coligações, hoje intitulada “Todos Pelo Maranhão”. Boa parte de ex-aliados do grupo Sarney são agora aliados do *novo governo*, e pode se dizer que o *sarneyismo* amarga o seu maior período, até aqui, de perda de legitimidade. Ressalta-se, que nesse contexto, também crescem centrais de trabalhadores, e pontuou-se especificamente a CTB – Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, que a partir de 2014, apresentou um crescimento expressivo, principalmente no número de filiações vindas de sindicatos rurais.

Entretanto, este governo, quando em campanha eleitoral, dizia “que iria trazer o capitalismo ao Maranhão” e “proclamar a República no Maranhão”, assim como a oligarquia Sarney, se volta aos grandes projetos industriais, com investimentos em siderurgia com acordos de parceria, recém-fechado com chineses e empresas brasileiras, para a construção de um porto privado (nesse caso, um terminal) em São Luís, capital do estado. Tais projetos poderão afetar tanto a agricultura quanto a pesca nessa região, o que merece observações críticas.

O governo Flávio Dino não implementa uma política revolucionária, nem talvez seja o caso de fazê-lo. Mas esta política, especialmente ao assumir posições antigolpistas, tem condições de canalizar parte significativa do apoio popular recebido para a defesa da democracia tão ameaçada no Brasil atual. E, na medida

em que não se limita a uma política gerencial (apanágio dos oligarcas maranhenses), pode construir vínculos entre políticas sociais avançadas no atual contexto e luta pela democracia.

O Sinproesemma, mesmo ao fazer política, tem sua atuação deprimida quando comparada ao governo estadual, apesar da proximidade política das direções deste e daquele. O que não deixa de apresentar um importante desafio de análise subsequente. Até porque se trata de um processo em curso.

REFERÊNCIAS

- AGUENA, Paulo. A estrutura sindical no Brasil e o crescimento da Conlutas. **Liga Internacional dos trabalhadores - Quarta Internacional**, S.I, 15 dez. 2005. Disponível em: <http://www.litci.org/pt/index.php?option=com_content&view=article&id=15:artigo15&catid=8:brasil>. Acesso em: 30 out. 2017.
- ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. **Ideologia nacional e nacionalismo**. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2014.
- _____. Um texto discretamente explosivo: ideologia e aparelhos ideológicos de Estado. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 33, 2015.
- _____. Neonacional-desenvolvimentismo e relações de classe nos governos Lula. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 35, jul./dez. 2015.
- A NOVA Associação do Maranhão. **Jornal O Imparcial**, São Luís, 14 out. 1976, p. 4.
- ANTUNES, Ricardo. **Classe operária, sindicatos e partidos no Brasil**. São Paulo, Cortez Editora, 1982.
- _____. **O que é sindicalismo**. Editora Brasiliense, 2. ed, 1985.
- _____. Fenomenologia da crise brasileira. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 19, n 35, jul./dez. 2015.
- APEMA. **Ata de Fundação da Associação dos Professores do Estado do Maranhão**, anexo a, p. 66, 29 jun.1976.
- ARAÚJO, Francisco E. **O desenvolvimento no Maranhão**: aspectos da expansão do capital no campo. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 8., 2007, São Luís. **Anais...** São Luís: UFMA, 2017.
- ASSEMBLÉIA aprova desligamento do Sinproesemma da CUT. SIMPROESEMA, 22 nov. 2007. Disponível em: <<http://sinproesemma.org.br/2007/11/assembleia-aprova-desligamento-do-sinproesemma-da-cut/>>. Acesso em: 11 out. 2017.
- BALIBAR, Étienne. Sobre os conceitos fundamentais do materialismo histórico. In: ALTHUSSER, Louis et al. **Ler o Capital**. v. 2, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.
- BARBOSA, Zulene M. **Maranhão, Brasil**: lutas de classes e reestruturação produtiva em uma nova rodada de transnacionalização do Capitalismo. 2002. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.
- _____. As “temporalidades” da política no Maranhão. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 9/10, jul./dez. 2002; jan./jun. 2003.

BENEVIDES, Maria V. de M. **A UDN e o Udenismo: ambiguidades do Liberalismo Brasileiro (1945-1965)**. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

BOBBIO, Norberto. Oligarquia. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Org.). **Dicionário de política**. 11. ed. v.1. Brasília, UnB, 1998.

BOITO, Armando Jr. **O Sindicalismo de estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical**. São Paulo: Ed. da UNICAMP, HUCITEC, 1991.

_____. Reforma e persistência da estrutura sindical. In: BOITO JR. (Org.). **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. **Estado, política e classes sociais**. São Paulo: EdUnesp, 2007.

_____. Vargas e a herança populista. **Revista espaço acadêmico**. n. 39, ano 4, ago. 2004. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/039/39cboito.htm>> Acesso em: 14 agosto de 2017.

_____. Pré-capitalismo, capitalismo e resistência dos trabalhadores: nota para uma teoria da ação sindical. **Crítica Marxista**, n. 12, 2001, p. 77-104.

BORGES, Arleth Santos. **A Construção do Partido dos Trabalhadores no Maranhão**. 1998. Dissertação (mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 1998.

BRASIL. **Lei Nº 11.738 de 16 de julho de 2008**. Dispõe sobre a lei do Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério. Brasília: Casa Civil, 2008.

_____. **Projeto de Lei Nº 6.787-B de 2016**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2016. [Texto aprovado da reforma trabalhista]. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1550864&filename=Tramitacao-PL+6787/2016>. Acesso em: 24 nov. 2017.

_____. Ministério do Planejamento. Plano Plurianual 2016 – 2019. Brasília: Ministério do Planejamento, 2015. Disponível em: <[file:///C:/Users/Tatiana/Downloads/PPA%20-%202015-2019%20ASCOM%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/Tatiana/Downloads/PPA%20-%202015-2019%20ASCOM%20(3).pdf)>. Acesso em: 24 maio 2018.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Distribuição dos Sindicatos por Central Sindical Disponível em: < Disponíveis em: <<http://www3.mte.gov.br/sistemas/cnes/relatorios/painel/GraficoFiliadosCS.asp>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Consulta de aferição das Centrais Sindicais. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/sindicatos-consulta-afericao-centrais>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

BRUSSIO, Jose dos Santos. **A memória e a identidade do sindicato de trabalhadores em educação das redes pública estadual e municipais do**

Maranhão: Sinproesemma, São Luís, Maranhão, Brasil. 2015. 173 f. Tese (Doutorado) – Universidade Fernando Pessoa, Portugal, 2015.
 BUZAR, Benedito. **O vitorinismo:** lutas políticas no Maranhão de 1945 a 1965. São Luís: Lithograf, 1998.

CALDEIRA, José de Ribamar. Estabilidade social e crise política, o caso do Maranhão. **Revista brasileira de estudos políticos**, n. 46, jan. 1978.

CAMPOS, André Gambier. **Sindicatos no Brasil:** o que esperar no futuro próximo? Rio de Janeiro: Ipea, 2016. (Texto para discussão).

CARVALHO, Bruna. No Maranhão, oposição se articula contra clã Sarney. **Carta Capital**, São Paulo, 11 fev. 2014.

CASTRO, Tatiana C. S. de et al. Social and Environmental Impacts on Rural Communities Residing Near the Industrial Complex of São Luís Island, State of Maranhão, Brazil. **Journal of Sustainable Development**, Toronto, v. 10, n. 2; 2017.

CENTRAL DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO BRASIL. Ata de Fundação da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – Seção Estadual do Maranhão. São Luís: CTB/MA, 2008

_____. Raimundo Oliveira e mais dois diretores do SIMPROESEMMA são eleitos dirigentes nacionais da CTB. **CTB**, São Paulo, 05 set. 2017. Disponível em: <<https://portalctb.org.br/site/estaduais/nordeste/maranhao/raimundo-oliveira-e-mais-dois-diretores-do-sinproesemma-sao-eleitos-dirigentes-nacionais-da-ctb>>. Acesso em: 07 fev. 2018.

CESIT. **Dossiê reforma trabalhista** (em construção). Campinas: CESIT/IE/UNICAMP, jun. 2017.

CODATO, Adriano. Poulantzas, o Estado e a Revolução. **Crítica marxista**, S. I., n.27, p.65-85, 2008.

COSTA, Sérgio Amad. **O CGT e as lutas sindicais brasileiras (1960-64)**. São Paulo: Editora do Grêmio Politécnico, 1981.

COSTA, Wagner C. da. **Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”:** a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão. 2. ed. São Luís: EdUFMA, 1997.

COUTO, Claudio G. Oligarquia e processos de oligarquização: o aporte de Michels à análise política contemporânea. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 20, n. 44, p. 47-62, nov. 2012.

CRUTIN, Jhon. Traição e queima simbólica de caixão de Roseana e sindicato marcam fim da greve dos professores. **Jornal Pequeno**, São Luís, 19 maio 2011. Disponível em: <<http://jornalpequeno.blog.br/johncutrim/traicao-marcou-greve-dos-professores-do-maranhao-apos-78-dias-de-paralisacao/>> Acesso em: 22 maio 2018.

DANTAS, Vanessa Amorim. **Aspectos Históricos e Políticos da Associação de Professores do Estado do Maranhão**. 2016. 269 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2016.

DELGADO, Malu. MARANHÃO 2014: a derrota eleitoral e a despedida de Sarney. In: Aires, Flavio. **Revista Piauí**, ed. 98, 29 nov. 2014.

DIAS, Maria de Fátima Sabino. **Sindicalismo e Estado corporativista: o caso do sindicato dos trabalhadores nas indústrias de fiação e tecelagem de Blumenau – 1941-1950**. 1985. 143 f. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, 1985.

DIAP. PEC 369/05: Reforma sindical de Lula volta a tramitar na Câmara. Agência DIAP, Brasília, 22 set. 2011. Disponível em <<http://www.diap.org.br/index.php/noticias/agencia-diap/18454-pec-36905-reforma-sindical-de-lula-volta-a-tramitar-na-camara>>. Acesso em: 05 out. 2017.

DICIONÁRIO DE VERBETE BIBLIOGRÁFICO. **Verbete José Ribamar Ferreira de Araújo Costa**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-ribamar-ferreira-de-araujo-costa>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

_____. **Verbete Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT)**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-unificador-dos-trabalhadores-mut>>. Acesso em: 07 fev. 2018.

_____. **Verbete Roseana Macieira Sarney**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/roseana-macieira-sarney>>. Acesso em: 12 maio 2018.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. Entenda como é calculado o piso dos professores da educação básica. **Agência Brasil**, Brasília, 14 já. 2017. Disponível em: <agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-01/entenda-como-e-calculado-o-piso-dos-professores-da-educacao-basica>. Acesso em: 18 fev. 2018.

ESTATUTO do Partido Comunista do Brasil – PCdoB. Disponível em: <http://admin.paginaoficial1.tempsite.ws/admin/arquivos/documentos/comite_central/estatuto_do_partido_comunista_do_brasil_-_pcdob/estatuto_pcdob.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2018.

FARIAS, Francisco P de. **Do coronelismo ao clientelismo: a transição política capitalista no Noroeste do Piauí**. 1999. 177 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1999.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930: Historiografia e História**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1970.

_____. **Getúlio Vargas: o poder e o sorriso**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2006.

FERREIRA, Antonio J. de A. **A reestruturação urbana maranhense: dinâmica e perspectivas**. São Luís: EDUFMA, 2017, 127p.

GALVÃO, Andréia. A reconfiguração do movimento sindical no governo Lula. **Outubro Revista**, S. I., n.18, jan. 2009.

_____. A reforma sindical: as polêmicas por detrás de um falso consenso. **Revista PUC Viva**, v.23, abr., 2005.

_____. **Reformas ou contra-reformas?** As reformas sindical e trabalhista no governo Lula. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA, 26., 2007, Guadalajara. **Anais...** Montevideo: ALAS, 2007.

_____. Reforma Sindical: mudança ou continuidade? In: BORGES, Altamiro (Org.). **A reforma sindical e trabalhista no governo Lula**. Rio de Janeiro: Anita Garibaldi, 2004.

_____. **Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

_____. **Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil**. 2003. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, 2003.

_____. A reforma sindical: as polêmicas por detrás de um falso consenso. **Revista PUC Viva**, v.23, abr., 2005.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. v. 3. São Paulo: Ática, 1987.

GUASCO, Madalena Peixoto. Qual é o lugar do PCdoB na atualidade? **Portal vermelho**, 14 out. 2013. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/226740-1>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

HOBBSAWM, Eric J. **A era das revoluções: 1789 – 1848**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2010.

HOLANDA, Felipe de Macedo. **Avaliando a dinâmica do mercado de trabalho maranhense vis-a-vis o brasileiro, entre 2000-2010**. Curitiba: CORECONPR, 2015. Disponível em: <<http://www.coreconpr.gov.br/wp-content/uploads/2015/10/c2.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2018.

IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios - PNAD 2004**. Rio de Janeiro: IBGE: [2005?].

_____. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios - PNAD 2004**. Rio de Janeiro: IBGE: [2013?].

_____. **Síntese dos Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro; IBGE: 2017.

IMESC. **Síntese da conjuntura econômica maranhense**. São Luís: IMESC, 2015

Disponível em:

<http://imesc.ma.gov.br/src/upload/publicacoes/S%C3%8DNTESE_DA_CONJUNTURA_ECON%C3%94MICA_MARANHENSE_JANEIRO-FEVEREIRO_2017-2018.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2018.

INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2016**. Brasília: Inep, 2017.

Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>.

Acesso em: 10 fev. 2018.

JESSOP, Bob. O Estado, o poder, o socialismo de Poulantzas como um clássico moderno. **Rev. Sociol. Polít.** Curitiba, v. 17, n. 33, p. 131-144, jun. 2009.

JULIÃO, Francisco. O que são as Ligas Camponesas? **Cadernos do Povo Brasileiro**. Rio de Janeiro, v. 1, 1962.

JULIO Pinheiro é o novo presidente do SINPROESEMMA. **Portal Vermelho**, 17 fev. 2009. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/48010-1>>. Acesso em 18 jun. 2018.

LEAL, Victor N. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 2.ed. São Paulo, 1975.

LÊNIN, Vladimir. **Esquerdismo, doença infantil do Comunismo**. São Paulo: Ed. Escriba, 1960.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. **Balanco dos governos petistas e análise dos realinhamentos de classe na crise do governo Dilma**. Buenos Aires: Clacso, 2018.

MARANHÃO. Auditoria revela que mais de 24 mil professores do estado estão fora de sala de aula. **Agência de notícias do governo do Maranhão**, São Luís, [201-?] Disponível em: <<http://www.ma.gov.br/agenciadenoticias/educacao/auditoria-revela-que-mais-de-24-mil-professores-do-estado-estao-fora-de-sala-de-aula>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

MARANHÃO. **Diário oficial**. Poder executivo. São Luís, Ano 107, n. 125, 01 jul. 2013. 52 p.

MUSTO, Marcello. **Os 150 anos da Internacional**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2014/09/1523131-marcello-musto-os-150-anos-da-internacional.shtml>> Acesso em: 18 nov. 2017.

MORAIS, Evaristo Filho. **O problema do sindicato único no Brasil**. São Paulo: Dominus, 1952.

MOTTA, Luiz Eduardo. **Nicos Poulantzas**: para além do conceito de Estado Moderno. Revista Quaestio Iuris, vol 07, nº 02, Rio de Janeiro, 2014, pp 406-417.

PCdoB. **A política de estruturação do PCdoB**: Documentos Básicos. São Paulo: PCdoB, 2006.

PCdoB. **PCdoB**: 90 anos em defesa do Brasil, da democracia e do socialismo. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012.

PEREIRA, Maria R da S; CORONEL, Daniel A. **A industrialização no estado do Maranhão**: uma análise do plano estratégico de desenvolvimento industrial. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 6, 2013, Santa Cruz do Sul. **Anais...** Santa Cruz do Sul: UFRGS, 2013.

PEREIRA, Mônica M. **A esquerda bem informada**: a estratégia de comunicação política do PCdoB em dois tempos. Dissertação (mestrado). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

PINHEIRO, Jair. As classes trabalhadoras em movimento: alguns aspectos teóricos. **Lutas Sociais**, São Paulo, n.17/18, jan/jun. 2017.

POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais**. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 1977.

_____. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

_____. **Fascismo e ditadura**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

_____. **O Estado em crise**. Rio de Janeiro, Graal, 1975.

_____. **O Estado, o Poder, o Socialismo**. Rio de Janeiro, Graal, 1978.

QUEIROZ, M. I. P. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, B. **História geral da civilização brasileira**. 8. ed. Rio de Janeiro, 2006.

REIS, Flávio. Flávio Reis analisa conjuntura maranhense a partir de Wagner Cabral: “A bomba suja e outros escritos” e entrevista de Wagner Cabral. **Jornal Vias de Fato**, São Luís, 06 abr. 2017. Disponível em: <<https://viasdefato.jor.br/2017/04/06/a-bomba-suja-e-outros-escritos-e-entrevistas-de-wagner-cabral/>> Acesso em: 10 jul. 2018.

REIS, Flávio. **Grupos Políticos e Estrutura Oligárquica no Maranhão**. 2. ed. São Luís: [s.n.], 2013.

RODRIGUES, José Albertino. **Sindicato e desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Ed. Difusão Europeia, 1968.

SAES, Décio. A questão da autonomia relativa do estado em Poulantzas. **Crítica marxista**, São Paulo, n.7, 1998.

_____. **Classe média e sistema político no Brasil**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1984.

_____. **Estado e Democracia**: ensaios teóricos. 2. ed. Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1994.

_____. **A formação do Estado burguês no Brasil**. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1985.

_____. Classe média e escola capitalista. In: **Revista Crítica Marxista**. Cemarx, IFCH, Unicamp, nº 21, 2005.

SALES, Jean Rodrigues. Partido Comunista do Brasil: definições ideológicas. In: RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão (Org.). **História do marxismo no Brasil: Partido e movimentos após os anos 1960**. v.6. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

_____. Entre a revolução e a institucionalização: a participação eleitoral do PCdoB na história recente do Brasil. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: CPDOC, v.21, n.42, p.241-260, jul.- dez. 2008.

SANCHES, Mateus A. **A CUT E A REFORMA SINDICAL DO FÓRUM NACIONAL DO TRABALHO**: posições e divergências. 2008.138 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista – UNESP, Marília, 2008.

SANTOS, Frank Ferreira dos. Reforma Sindical no Governo Lula: restou algo do consenso? **Revista eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. v. 5, n. 1., ago /dez., 2008.

SIMÃO, Azis. **Sindicato e Estado**. São Paulo: Dominus, 1966.

SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas. O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff. **Novos Estudos**, jul. 2015.

_____. O lulismo nas cordas. **Revista Piauí**, São Paulo, n.111, dez., 2015.

SINPROEEMMA. **Estatuto do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Estaduais e Municipais do Estado do Maranhão** – Disponível em: <<http://sinproesemma.org.br/wp-content/uploads/2015/03/ESTATUTO-SINPROEEMMA-4-CONTEMA.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

SINPROEEMMA. **Sinproesemma conquista mais avanços na pauta da campanha da Campanha salarial de 2017**. Disponível em: <sinproesemma.org.br/2017/06/sinproesemma-conquista-mais-avancos-na-pauta-da-campanha-salarial-2017/>. Acesso em: 16 nov. 2017.

SILVA, Ilse G. Transnacionalização e poder político no Maranhão no final do século XX. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 2, 2005, São Luís. **Anais...** São Luís: UFMA, 2005.

SILVA, Robson Santos Camara. **O sindicalismo docente da educação básica do Maranhão: da associação à emergência do sindicato**. Tese (doutorado) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

SOUZA, Lucas M. T. A. de. **Política, estado e luta de classes: um ensaio sobre o estudo da prática política numa abordagem marxista**. Anais do XXVI do Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe: entenda como e por que você enganado**. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

TELLES, Jover. **O movimento sindical no Brasil**. Rio de Janeiro: Ciências Humanas 1962, 305p.

TSUJI, Tetsuo (Coord.). Os grandes projetos industriais e seus impactos sobre a ciência e a tecnologia do Maranhão. **Caderno de Pesquisa**, São Luís, jan. / jun. 1986

VIEIRA, Andressa Brito. **A “ilha rebelde” de novo? Lutas sociais e Estado nas manifestações de junho de 2013 em São Luís – MA**. 2013. 206 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Maranhão, UFMA, 2016.

WEFFORT, Francisco. Os sindicatos na política (Brasil: 1955-1964). **Ensaio de Opinião**. Rio de Janeiro, n. 1: p. 18-27, 1973.

WRIGHT, Erik Olin. **Classe, crise e o Estado**. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

ZOCCAL, Mariana P. Jornadas de junho de 2013: a cidade como palco dos novos movimentos sociais de protesto brasileiros. **Revista eletrônica da Faculdade de Direito de Franca**, São Paulo, v. 2, n. 1, 2017. Disponível em: <<https://www.revista.direitofranca.br/index.php/refdf/article/viewFile/356/pdf>>. Acesso em 03 de abril de 2018.

ENTREVISTAS

Wagner Aquino. Professor da rede estadual de ensino do Maranhão. 11 de junho de 2017

Mary Jones Ferreira. Professora da rede estadual de ensino do Maranhão. 11 de junho de 2017.

Julio Guterres. Professor da rede estadual de ensino do Maranhão, metalúrgico e sindicalista, militante e fundador da CTB seção/Maranhão. 7 de março de 2018.

Hildinete Rocha. Professora da rede estadual de ensino do Maranhão, vice-presidente do Sinproesemma no quadriênio 2017-2021 e parte da direção nacional da CNTE quadriênio 2017/2021. 7 de março de 2018.

Gerson Pinheiro. Secretário de Igualdade Racial do governo do estado do Maranhão, gestão Flávio Dino 2015-2018, militante do movimento negro, ex. presidente do PCdoB maranhense. 19 de março de 2018.

ANEXO

ANEXO A - FILIAÇÕES AO PCDOB NO ESTADO DO MARANHÃO.

<i>Ano de Filiação</i>	<i>Quantidade</i>	Situação dos Filiados			
		Cancelados	Desfiliados	Regulares	Sub Jovice
1903	3	0	2	1	0
1980	7	1	0	6	0
1982	1	0	0	1	0
1983	5	1	0	4	0
1984	2	0	0	2	0
1985	3	0	0	3	0
1986	6	2	0	4	0
1987	316	19	5	292	0
1988	491	41	5	445	0
1989	184	58	1	125	0
1990	423	47	7	369	0
1991	192	15	6	171	0
1992	50	7	1	42	0
1993	288	29	5	254	0
1994	89	14	3	72	0
1995	453	69	14	370	0
1996	65	15	0	50	0
1997	80	8	1	71	0
1998	29	9	1	19	0
1999	737	153	24	560	0
2000	33	10	0	23	0
2001	405	66	13	326	0
2002	154	20	2	132	0
2003	1554	411	34	1109	0
2004	331	62	4	265	0
2005	863	222	19	622	0
2006	213	92	10	110	1
2007	5025	1655	149	3218	3
2008	551	104	6	441	0
2009	1696	417	20	1259	0
2010	361	126	5	229	1
2011	6806	1784	84	4938	0
2012	434	76	6	352	0
2013	1790	293	13	1484	0
2014	468	43	4	421	0
2015	5992	391	41	5558	2
2016	3421	90	33	3295	3
2017	299	0	1	298	0
Total	33820	6350	519	26941	10

ANEXO B - NOTA EMITIDA PELO SINPROEEMMA DE COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL, 2018.

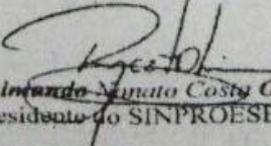
O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO BÁSICA DAS REDES PÚBLICAS ESTADUAL E MUNICIPAIS DO ESTADO DO MARANHÃO – SINPROEEMMA

EDITAL DE COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL 2018

Pelo presente edital de Convocação, o **SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO BÁSICA DAS REDES PÚBLICAS ESTADUAL E MUNICIPAIS DO ESTADO DO MARANHÃO – SINPROEEMMA**, CNPJ nº 05.645.999/0001-40, com sede na Rua Direita, nº 128, Centro, São Luís/MA, para cumprimento do disposto no art. 605 da C.L.T., científica/comunica ao Estado do Maranhão, a todos os Municípios do Estado do Maranhão, bem como a todos os trabalhadores/servidores em educação vinculados ao Estado do Maranhão e a todos os municípios do Estado do Maranhão, que Estado do Maranhão e todos os Municípios do Estado do Maranhão deverão descontar dos salários dos servidores (educadores e administrativo) da Educação, referente ao mês de março/2018, a contribuição sindical, cujo valor está estabelecido no art.582 da CLT e recolhê-la no mês de abril de 2018, em qualquer agência da Caixa Econômica Federal, indicando o Código Sindical do SINPROEEMMA nº 24000.003537/90-83, sob pena de sua cobrança ser acrescida das cominações do artigo 600 da CLT. A Contribuição Sindical a ser descontada corresponde a 1/30 (um trinta avos) da remuneração do mês de março/2018 percebida por cada servidor/trabalhador representado pelo SINPROEEMMA, sindicalizado ou não, independente do cargo ou função que exerce no Estado do Maranhão ou no respectivo município do Estado do Maranhão, devendo o valor ser recolhimento até 30 de ABRIL de 2018.

Quanto ao recolhimento da contribuição, as guias deverão ser acompanhadas da relação nominal dos contribuintes ou cópias das folhas de pagamento, com o valor da remuneração do mês de recolhimento, o desconto e a função de cada servidor, independente de filiação, e remetida ao **SINPROEEMMA** dentro de 15 (quinze) dias, contados da data do recolhimento da referida contribuição sindical, conforme exigência contida em Portaria Ministerial nº 3.570, de 04 de outubro de 1977.

São Luís/MA, 18 de março de 2018.


Raimundo Renato Costa Oliveira
Presidente do SINPROEEMMA

ANEXO C - FLÁVIO DINO ELEITO GOVERNADOR DO MARANHÃO, 2014.

ANEXO D - O ANTES E O DEPOIS DA REFORMA TRABALHISTA: DA CLT À REFORMA NEOLIBERAL DE MICHEL TEMER.

FÉRIAS	
Regra anterior (CLT)	As férias de 30 dias podem ser fracionadas em até dois períodos, sendo que um deles não pode ser inferior a 10 dias. Há possibilidade de 1/3 do período ser pago em forma de abono.
Nova regra (reforma trabalhista aprovado no governo Michel Temer, 2017)	As férias poderão ser fracionadas em até três períodos, mediante negociação, sendo que um deles não poderá ser inferior a 14 dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a 5 dias corridos, cada um.

JORNADA DE TRABALHO	
Regra anterior	A jornada é limitada a 8 horas diárias, 44 horas semanais e 220 horas mensais, podendo haver até 2 horas extras por dia.
Nova Regra	Jornada diária poderá ser de 12 horas com 36 horas de descanso, respeitando o limite de 44 horas semanais (ou 48 horas, com as horas extras) e 220 horas mensais.

NEGOCIAÇÃO	
Regra anterior	Convenções e acordos coletivos podem estabelecer condições de trabalho diferentes das previstas na legislação apenas se conferirem ao trabalhador um patamar superior ao que estiver previsto na lei.
Nova regra	Convenções e acordos coletivos poderão prevalecer sobre a legislação. Assim, os sindicatos e as empresas podem negociar condições de trabalho diferentes das previstas em lei, mas não necessariamente num patamar melhor para os

	<p>trabalhadores.</p> <p>Em negociações sobre redução de salários ou de jornada, deverá haver cláusula prevendo a proteção dos empregados contra demissão durante o prazo de vigência do acordo. Esses acordos não precisarão prever contrapartidas para um item negociado.</p> <p>Acordos individualizados de livre negociação para empregados com instrução de nível superior e salário mensal igual ou superior a duas vezes o limite máximo dos benefícios do INSS (R\$ 5.531,31) prevalecerão sobre o coletivo.</p>
--	--

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	
Regra anterior	A contribuição é obrigatória. O pagamento é feito uma vez ao ano, por meio do desconto equivalente a um dia de salário do trabalhador.
Nova regra	A contribuição sindical será opcional.

GRAVIDEZ	
Regra anterior	Mulheres grávidas ou lactantes estão proibidas de trabalhar em lugares com condições insalubres. Não há limite de tempo para avisar a empresa sobre a gravidez.
Nova regra	É permitido o trabalho de mulheres grávidas em ambientes considerados insalubres, desde que a empresa apresente atestado médico que garanta que não há risco ao bebê nem à mãe. Mulheres demitidas têm até 30 dias para informar a empresa sobre a gravidez.